

CADERNOS IPPUR

Publicação semestral do Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional da Universidade Federal do Rio de Janeiro

Editor

Henri Acselrad

Conselho Editorial

Ana Clara Torres Ribeiro
Fania Fridman
Henri Acselrad
Hermes Magalhães Tavares
Pedro Abramo
Rosélia Perissé Piquet

Conselho Científico

Aldo Paviani (UNB)
Bertha Becker (UFRJ)
Celso Lamparelli (USP)
Inaiá Carvalho (UFBA)
Leonardo Guimarães (FIJN)
Lícia do Prado Valladares (IUPERJ)
Maria Brandão (UFBA)
Maurício de Almeida Abreu (UFRJ)
Milton Santos (USP) (†)
Neide Patarra (UNICAMP)
Roberto Smith (UFCE)
Tânia Bacelar de Araújo (UFPE)
Wrana Maria Panizzi (UFRGS)

O **CADERNOS IPPUR** é um periódico semestral, editado desde 1986 pelo Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional da UFRJ. Dirige-se ao público acadêmico interdisciplinar formado por professores, pesquisadores e estudantes interessados na compreensão dos objetos, escalas, atores e práticas da intervenção pública nas dimensões espaciais, territoriais e ambientais do desenvolvimento econômico-social. É dirigido por um Conselho Editorial composto por professores do IPPUR e tem como instância de consulta um Conselho Científico integrado por destacadas personalidades da pesquisa urbana e regional do Brasil. Acolhe e seleciona artigos escritos por membros da comunidade científica em geral, baseando-se em pareceres solicitados a dois consultores, um deles obrigatoriamente externo ao corpo docente do IPPUR. Os artigos assinados são de responsabilidade dos autores, não expressando necessariamente a opinião do corpo de professores do IPPUR.

IPPUR / UFRJ

Prédio da Reitoria, Sala 543
Cidade Universitária / Ilha do Fundão
21941-590 Rio de Janeiro RJ
Tel.: (21) 2598-1676
Fax: (21) 2598-1923
E-mail: cadernos@ippur.ufrj.br
<http://www.ippur.ufrj.br>

CADERNOS IPPUR

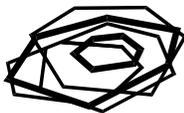
**Ano XV, N° 1
Jan-Jul 2001**

Indexado na Library of Congress (E.U.A.)
e no Índice de Ciências Sociais do IUPERJ.

Cadernos IPPUR/UFRJ/Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional da Universidade Federal do Rio de Janeiro. – ano 1, n.1 (jan./abr. 1986) – Rio de Janeiro : UFRJ/IPPUR, 1986 –

Irregular.
Continuação de: Cadernos PUR/UFRJ
ISSN 0103-1988

1. Planejamento urbano – Periódicos. 2. Planejamento regional – Periódicos. I. Universidade Federal do Rio de Janeiro. Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional.



IPPUR
Instituto de Pesquisa
e Planejamento Urbano e Regional
Universidade Federal
do Rio de Janeiro

Apoio



EDITORIAL

Em 31 de maio de 2001, Celso Daniel, prefeito de Santo André, dirigiu-se aos planejadores e pesquisadores da questão urbana e regional por ocasião do IX Encontro Nacional da ANPUR, que realizava-se então no Rio de Janeiro. Eis o essencial de sua mensagem:

Os governos comprometidos com a construção democrática têm por desafio fazer convergir a democracia de procedimentos e a democracia de conteúdo. No que diz respeito aos procedimentos, cabe assegurar a permanente participação cidadã, o debate de longo prazo sobre o futuro da cidade e a modernização administrativa destinada a fazer a máquina pública funcionar. Quanto à democracia substantiva, de conteúdo, esta implica combinar o desenvolvimento local inclusivo e o fortalecimento do direito à cidade. O desenvolvimento inclusivo é aquele que pressupõe a dinamização da economia por suas qualidades e não por intermédio da subtração de direitos. Deve-se assim dar combate à guerra fiscal, promovendo o empreendedorismo popular, a Ciência e a Tecnologia, bem como assegurar a proteção social e ambiental e combater a violência urbana. Programas integrados de inclusão social não devem reduzir-se a práticas compensatórias: devem pautar-se na garantia de direitos, através da promoção da regularização fundiária, da saúde da família, do microcrédito, de incubadora de cooperativas, de programas de renda mínima e apoio à educação e à cultura. É na conjunção entre procedimentos democráticos e democratização substantiva que poderemos proceder à revalorização da política, através de uma ética do compartilhamento do poder que é própria à esfera pública democrática.

Após repartir este saber com seus pares, Celso Daniel retirou-se afirmando ter de cumprir compromissos de ensino, dos quais, mesmo enquanto prefeito, nunca se havia separado. Assassinado em janeiro de 2002 pelos interesses que contrariou, Celso Daniel deixou por sua passagem entre nós as marcas do espírito crítico e aberto ao diálogo, como só os verdadeiros pedagogos da democracia sabem cultivar.

CADERNOS IPPUR

Ano XV, Nº 1
Jan-Jul 2001

COLABORARAM NESTE NÚMERO

Ana Fani Alessandri Carlos
Fernanda Furtado
Margareth da Silva Pereira
Marcos Pedlowski

SECRETÁRIO

João Carlos de Paula Freire

PROJETO GRÁFICO E REVISÃO

Claudio Cesar Santoro

CAPA

André Dorigo
Lícia Rubinstein

ILUSTRAÇÃO DA CAPA

Lebeau, R. *Les grands types de structures agraires dans le monde*. 2. ed. Paris: Masson et C^o. Éditeurs, 1972. p. 46; p. 57.

SUMÁRIO

Atualidade Analítica, 7

Edésio Fernandes, 9

Perspectivas para a renovação das políticas de legalização de favelas no Brasil

Artigos, 39

Emilio Duhau, 41

Las metrópolis latinoamericanas en el siglo XXI: de la modernidad inconclusa a la crisis del espacio público

Frederico Guilherme Bandeira de Araujo, 69

Tempo-espaço-ambiente: para uma nova episteme

Luís Octávio da Silva, 97

O surgimento da habitação social e a experiência da Viena Vermelha

Carlos Antônio Brandão, 119

A espacialidade da riqueza: notas teóricas sobre as principais determinações da dimensão espacial do desenvolvimento capitalista

Pesquisa, 135

Cristovão Fernandes Duarte, 137

Espaços de convergência e utopia: um diálogo entre as obras de Milton Santos e de Henri Lefebvre

Resenhas, 147

Charles Jencks, 149

Le Corbusier and the Continual Revolution in Architecture

(por Roberto Segre)

Luke Cole & Sheila Foster, 151

From the ground up: environmental racism and the rise of the environmental justice movement
(por Cecília Campello do Amaral Mello)

Atualidade Analítica

Perspectivas para a renovação das políticas de legalização de favelas no Brasil

Edésio Fernandes

Introdução

Este artigo se propõe a levantar alguns pontos importantes para uma reflexão crítica sobre as principais políticas de legalização de favelas adotadas no Brasil. Algumas referências ao quadro internacional serão feitas, inclusive quanto às idéias influentes de Hernando de Soto, no intuito de oferecer elementos para a renovação do contexto jurídico-político em que tem ocorrido a discussão da questão, sobretudo à luz dos recentes dispositivos do Estatuto da Cidade.

A proliferação de formas de ilegalidade nas cidades é uma das principais conseqüências do processo de exclusão social e segregação espacial que tem caracterizado o crescimento urbano intenso nos países em desenvolvimento como

o Brasil. Um número cada vez maior de pessoas tem sido levado a descumprir a lei para ter um lugar nas cidades, vivendo sem segurança jurídica da posse em condições precárias ou mesmo insalubres e perigosas, geralmente em áreas periféricas ou em áreas centrais desprovidas de infra-estrutura urbana adequada. Diversos dados de fontes distintas têm revelado que, se consideradas tais formas de acesso ao solo urbano e à produção da moradia, entre 40% e 70% da população urbana nas grandes cidades dos países em desenvolvimento está vivendo ilegalmente, índices que chegam a 80% em alguns casos. No Brasil, dados recentes dos municípios de São Paulo e do Rio de Janeiro têm evidenciado que pelo menos 50% da população desses municípios vive ilegalmente.

nar os altos custos da terra urbana e por reservar as áreas nobres e providas de infra-estrutura para o mercado imobiliário destinado às classes médias e altas, ignorando assim as necessidades dos grupos menos favorecidos.³ Tal processo tem sido agravado pela falta de políticas urbanísticas e fiscais efetivas de combate à especulação imobiliária e de captura das mais-valias produzidas pela ação pública.

Assim, as possibilidades oferecidas pelo quadro jurídico em vigor para a formulação de políticas de regularização fundiária precisam ser mais bem compreendidas, em especial pelos governos municipais comprometidos com propostas de democratização das formas de acesso ao solo urbano e à moradia. Dar respostas adequadas aos problemas complexos decorrentes da ilegalidade urbana é difícil, e nem sempre soluções particulares podem ser repetidas em outros casos. Em última análise, um programa de regularização bem-sucedido depende de uma ação governamental sistemática e requer tanto investimentos de vulto quanto a promoção de reformas jurídicas significativas. Entretanto, devido à enorme pressão para que respostas sejam encontradas para o fenômeno crescente da ilegalidade, as agências públicas têm-se concentrado mais na cura do que na prevenção do problema, sobretudo no plano municipal.

É preciso salientar que os programas de regularização têm um caráter essencialmente curativo e precisam ser combinados com investimentos públicos e

políticas sociais e urbanísticas que gerem opções adequadas e acessíveis de moradia social para os grupos mais pobres. Os governos locais têm de conceber urgentemente mecanismos que se prestem para romper com o processo cíclico de produção da ilegalidade urbana, principalmente por meio da formulação de sistemas mais eficientes de provisão de terras e moradias nas áreas centrais das cidades. Tais políticas sociais vão além dos limites exclusivos da ação dos governos municipais e requerem uma redefinição das relações intergovernamentais, inclusive de forma a considerar a dimensão metropolitana inerente ao processo de desenvolvimento urbano. Esse processo também requer a formação de parcerias entre os setores estatal, privado, comunitário e voluntário, dentro de um quadro político-jurídico claramente definido. A necessidade de efetiva participação popular no processo é de crucial importância para que essas políticas sejam legitimadas e bem-sucedidas.

Mas, a legitimidade dos programas de regularização dos assentamentos informais existentes é inegável e pode ser claramente justificada seja por razões pragmáticas seja por envolver direitos fundamentais. De modo geral, no Brasil os programas de regularização de favelas têm sido mais sistemáticos e consistentes do que os de regularização de loteamentos, refletindo a maior mobilização dos moradores em favelas, o que talvez possa ser explicado por sua condição jurídica mais precária e sua maior vulnerabilidade política e socioambiental.

³ Esse ponto foi demonstrado por Rolnik (1997) e Maricato (1996).

uso pelo proprietário original, não exigindo o pagamento de indenização financeira pelo ocupante ou pelo Poder Público. Entretanto, a caracterização do direito de usucapião tradicional é extremamente difícil, porque os Códigos dão aos proprietários de terras um leque de instrumentos legais que permitem questionar, em juízo, a ocupação da terra, e as invasões assim deixam de ser “pacíficas”. No caso das favelas, sua aplicação é quase impossível, porque a dinâmica, a alta mobilidade e a natureza coletiva do fenômeno da favelização não se conformam aos requerimentos técnicos e individualistas da legislação civil. Além disso, o direito de usucapião não pode absolutamente ser aplicado aos casos de invasões de terras públicas, portanto não pode ser reivindicado por cerca de 50% dos favelados, que ocupam terras públicas nas várias cidades brasileiras.

O fato é que, antes da promulgação da Constituição de 1988, ao longo do processo de urbanização, o Poder Público, em todas as esferas governamentais, tinha poucas condições jurídico-políticas de controlar os processos gerais de uso, de ocupação e de parcelamento do solo urbano, fosse no sentido de impor restrições aos direitos de propriedade ou, menos ainda, no sentido de materializar a noção da função social da propriedade introduzida pela Constituição Federal de 1934. Expressando a ideologia individualista do Código Civil, todas as Constituições anteriores à de 1988 estabeleceram que somente uma legislação federal poderia regular as relações de propriedade, já que essas teriam uma natureza civil – e não urbana ou social. Na falta dessa

lei federal, a intervenção do Poder Público no controle do processo de desenvolvimento urbano sempre acarretou contravérsias jurídicas.

Tal limitação se fez sentir ainda mais no caso das favelas, em que qualquer iniciativa estatal mais ousada tinha de enfrentar a resistência do Poder Judiciário, essencialmente conservador. É verdade que, desde meados da década de 1930, o conceito tradicional dos direitos de propriedade tem sido cada vez mais desafiado por diversas leis urbanísticas e mesmo algumas decisões judiciais que, no seu conjunto, tentam materializar o princípio constitucional da função social da propriedade. Entretanto, embora várias de tais decisões judiciais progressistas tenham reconhecido e ampliado os direitos de inquilinos e posseiros em situação irregular, antes da promulgação do capítulo constitucional elas não incluíam os favelados, já que, na perspectiva legalista, constituíam meros invasores que não tinham quaisquer títulos ou contratos formais.

A fórmula jurídica da regularização de favelas

Dada essa ordem jurídica proibitiva, foi somente no contexto contraditório da abertura política da década de 1980 que os primeiros programas de regularização de favelas foram formulados em Belo Horizonte e em Recife, tendo como principal base jurídica os preceitos da Lei Federal nº 6.766, de 1979, que regula o parcelamento do solo urbano em todo o país. Essa importante lei criou o conceito

a legislação específica das favelas foram de imediato objeto de críticas jurídicas contundentes, que se traduziram em diversas decisões judiciais conservadoras com base no argumento de que, conforme mencionado anteriormente, a legislação civil e constitucional em vigor não admitia uma intervenção estatal tão ousada no campo dos direitos de propriedade, sobretudo através de leis municipais.

A Constituição de 1988

Foi somente por meio da Constituição Federal de 1988 que os preceitos jurídicos gerais sobre política urbana e direitos de propriedade foram alterados e consideravelmente aprimorados (Fernandes, 1995, 1997, 1998; Fernandes & Rolnik, 1998). Entretanto, até a recente aprovação do Estatuto da Cidade, diversos juristas ainda defendiam a tese de que a aplicação adequada dos preceitos constitucionais sobre política urbana introduzidos em 1988 e, por conseguinte, a utilização de seu potencial – assim como a consolidação do novo paradigma sobre a questão dos direitos de propriedade privada – ainda dependiam de regulamentação por lei federal.

As políticas públicas de regularização de favelas no período após a promulgação da Constituição de 1988 foram baseadas no argumento de que, embora não houvesse no texto original da Constituição de 1988 nenhuma menção específica à questão das favelas, a garantia de moradia fora considerada uma matéria

da competência concorrente da União Federal, dos estados e dos municípios, que têm todos de “promover programas de construção de moradias e a melhoria das condições habitacionais e de saneamento básico”. Também é sua obrigação constitucional “combater as causas da pobreza e os fatores de marginalização, promovendo a integração social dos setores desfavorecidos” (Constituição Federal de 1988, art. 23, IX e X). Com a Emenda Constitucional nº 26, de 14/02/2000, o direito à moradia foi incluído entre os direitos sociais originalmente reconhecidos no art. 6º.

Outra inovação importante foi a aprovação do direito de usucapião especial urbano para os que tivessem ocupado áreas privadas – nunca públicas – menores do que 250 m² por cinco anos consecutivos. Tal preceito progressista foi proposto tendo em vista exatamente a situação dos favelados e teve por objetivo não só tornar as políticas de regularização mais viáveis, mas reconhecer que – e esse é um dos princípios básicos do direito – o tempo cria direitos. Entretanto, até a aprovação do Estatuto da Cidade, na falta de regulamentação por lei federal, também sobre essa matéria havia controvérsias entre juristas acerca da possibilidade de sua plena aplicação. Contudo, a aprovação da nova lei federal pôs termo a tais controvérsias, uma vez que ratificou o paradigma da função social da propriedade e da cidade, dando prioridade ao governo municipal para controlar o processo de desenvolvimento e uso do solo.

As principais experiências de regularização de favelas já foram objeto de uma importante análise comparativa que merece destaque especial.⁷ Entretanto, é inegável que avaliações sistemáticas e em profundidade de cada uma das diversas experiências precisam ser feitas, como as realizadas no Recife⁸, únicas até agora. Assim, com base nos estudos existentes, pode-se dizer com certeza que há com frequência um descompasso significativo entre os objetivos dos programas de regularização e as políticas e instrumentos adotados. Com todas as limitações, esses programas têm sido mais bem-sucedidos em relação às políticas de urbanização do que em relação às políticas de legalização, e ao longo dos anos de investimentos públicos muitas das favelas beneficiadas já estão mais bem equipadas com infraestrutura urbana e serviços públicos do que os loteamentos ilegais das periferias das cidades.

Problemas da legalização de favelas antes do Estatuto da Cidade

Os programas de legalização têm variado fundamentalmente, sobretudo quanto à definição – de ordem política – da natureza do direito dos ocupantes das favelas de serem reconhecidos. Seguindo a experiência pioneira de Belo Horizonte, outros municípios têm favorecido a transferência de títulos individuais de propriedade plena em todas as áreas de favelas, independen-

temente do regime original – público ou privado – de propriedade das áreas. Já Recife, Porto Alegre e outros municípios têm encampado a noção de que o papel e a obrigação do Poder Público municipal é garantir o direito social de moradia, que não se reduz de forma alguma ao direito de propriedade individual. Assim, nas favelas que ocupam áreas de propriedade particular, sempre que possível o instrumento constitucional do usucapião urbano especial deve ser adotado; nas que ocupam áreas públicas ou nos casos em que, não cabendo o usucapião, é necessário proceder à desapropriação das áreas, por princípio não deve haver a privatização das áreas por meio da venda ou da doação posterior dos lotes, mas sim pela outorga de títulos de concessão de direito real de uso aos ocupantes.

A utilização do instituto jurídico da concessão do direito real de uso tem gerado controvérsias. Ainda que tenha afinidade com outras formas de direitos reais previstas no Código Civil, como a enfiteuse, a concessão de direito real de uso foi efetivamente criada pelo Decreto-Lei nº 271/67, que nunca foi devidamente regulamentado, mas cujos dispositivos, segundo vários juristas, não seriam auto-aplicáveis. De qualquer modo, desde o começo da década de 1980, a partir do exemplo de Recife, e principalmente a partir da década de 1990, diversos municípios brasileiros – como Diadema, Santo André e Salvador – têm aplicado tal instrumento, com base no mesmo vago § 1º

⁷ Para uma ampla análise comparativa das principais experiências brasileiras, ver o trabalho fundamental de Betânia de Moraes Alfonsin (1997; 2001).

⁸ Ver FASE et al (1999; 2000).

Entre direito e ideologia

As possibilidades jurídicas – e há de fato na ordem jurídica brasileira opções apresentadas aos planejadores urbanos – são inseparáveis dessas decisões políticas. A verdade é que, na falta de uma reflexão crítica, as decisões quanto às estratégias político-jurídicas a serem adotadas nas políticas de legalização têm sido justificadas por uma combinação de argumentos religiosos, humanitários, sociopolíticos e ambientais nem sempre explicitados. Outro problema grave decorre da confusão ideológica daqueles que, não compreendendo que os programas de regularização em última análise visam reconhecer direitos de moradia, acreditam que tais iniciativas estariam indireta ou gradualmente promovendo reformas fundiárias estruturais.

Da mesma forma, argumentos de ordem ambiental são cada vez mais utilizados para justificar a oposição – frequentemente de cunho ideológico – às políticas sociais de regularização fundiária. Em que pese o papel fundamental que a instituição tem tido na construção de uma ordem pública no Brasil, o próprio Ministério Público

quase sempre opõe valores ambientais a outros valores sociais – como o direito social, constitucional, de moradia –, mesmo em áreas urbanas (públicas e privadas) onde os assentamentos humanos já foram consolidados ao longo de várias décadas de ocupação informal.¹¹ A medida dessa resistência ideológica pode ser percebida pela leitura inversa dos termos de uma decisão judicial recente: em uma ação movida contra pessoas de condição econômica privilegiada que construíram verdadeiras mansões em um “condomínio fechado” em uma área pública, o juiz indeferiu o pedido de demolição das casas com o argumento de que, apesar da ilegalidade manifesta da ocupação, ele não podia ignorar que dinheiro fora investido nas construções e empregos foram gerados. É de se perguntar se o mesmo argumento seria aceito no caso de ações propondo a remoção de favelados...

Legalização e mercado de terras

Nesse contexto, uma questão fundamental a ser enfrentada refere-se aos impactos socioeconômicos que os programas

¹¹ Muitos dos – poucos – juristas que têm-se ocupado da questão urbana ainda o fazem pela perspectiva restritiva do Direito Administrativo. Enquanto as cidades e seus problemas crescem assustadoramente, e a despeito do fato de que milhares de leis urbanísticas têm sido aprovadas em todos os níveis de governo desde a década de 1930, mas sobretudo ao longo das três últimas décadas, tais juristas ainda perdem tempo em discussões estereis acerca da autonomia do Direito Urbanístico. De modo geral, o Direito Urbanístico é aceito apenas como um sub-ramo do Direito Administrativo ou, em alguns casos, do Direito Ambiental. Como venho insistindo, acredito que essa resistência é de natureza ideológica e tem a ver com noções pré-concebidas e inquestionadas sobre o direito de propriedade imobiliária. Já a maior aceitação do Direito Ambiental deve-se em parte ao fato de que a agenda “verde” é frequentemente a expressão de uma visão naturalista de um espaço abstrato e sem conflitos, como tal mais próxima decerto da sensibilidade das classes médias do que a agenda “marrom” das cidades poluídas – que são estruturadas a partir dos conflitos político-sociais e jurídicos em torno da terra e das relações de propriedade.

políticas socioeconômicas abrangentes, os programas de regularização fundiária podem ter outros efeitos indesejados, trazendo novos encargos financeiros para os ocupantes, tendo impacto pouco expressivo na redução da pobreza urbana

e, o que é ainda mais importante, reforçando diretamente o conjunto de forças econômicas e políticas que têm tradicionalmente causado a exclusão social e a segregação espacial.

O capital sem mistério

Nesse contexto, deve ser dito que uma tal renovação da discussão sobre as políticas de legalização de favelas no Brasil se justifica ainda mais, dado o atual contexto internacional altamente favorável, já que há hoje um movimento cada vez mais forte propondo a formulação de políticas de legalização de assentamentos informais pelos governos nacionais e locais. Além da já referida Campanha Global da ONU pela Segurança da Posse, agências internacionais, como o Banco Mundial e a USAID, têm promovido debates de toda ordem sobre o tema, sendo que em alguns casos o Banco Mundial impõe mesmo a formulação e a implementação de políticas de legalização como condição para a liberação de recursos. Há, contudo, pelo menos uma distinção fundamental entre a campanha da ONU e as políticas do Banco Mundial: enquanto a ONU/Habitat propugna pelo reconhecimento do direito social de moradia, o Banco Mundial defende explicitamente o direito individual de propriedade e a homogeneização dos sistemas jurídicos nacionais, entre outras razões para remover os obstáculos à circulação global do capital imobiliário internacional.

Na origem de tal movimento, estão as idéias do economista peruano Hernando de Soto, que é seguramente um dos ideólogos mais influentes do momento. Seus livros *O Outro Caminho* e *O Mistério do Capital* já viraram *best-sellers* em muitos países e são freqüentemente aclamados em editoriais de publicações influentes, como *The Economist*, *The Financial Times* e *The New York Times*.¹² Diversos países têm traduzido as propostas de de Soto em políticas públicas nacionais de regularização fundiária em grande escala – Peru, México, El Salvador, Egito, Romênia etc. –, sobretudo por exigência do Banco Mundial.

Parece que também o Brasil está entrando nessa onda: pouco antes da aprovação do Estatuto da Cidade, em várias cidades, como Rio de Janeiro e Recife, ocorreram reuniões visando viabilizar a adoção das idéias de de Soto, e há indícios de que o governo federal também estaria interessado em fazê-lo através do já anunciado programa “Brasil Legal”. De uma hora para outra, políticos que nunca estiveram especialmente empenhados nas questões das cidades estão se

¹² Ver de Soto (1986; 2001); ver Mammen (2001).

ra de especulação que há muito tempo dá suporte a uma herança de patrimonialismo e clientelismo político. Esse processo, por sua vez, afeta profundamente as condições de acesso à terra urbana e à moradia e a distribuição espacial de equipamentos e serviços públicos, bem como gera o fenômeno de ilegalidade urbana.¹⁴

A lista de argumentos críticos, todos inter-relacionados, contra as idéias de de Soto continua: ele falha ao não reconhecer que em assentamentos consolidados os pobres, apesar da pobreza, já acumularam recursos e formaram uma forma de patrimônio, o que foi possível por meio de crédito, ainda que não através de instituições formais. De fato, de Soto falha ao não produzir nenhuma evidência de que, tal como se encontram atualmente organizados, bancos e outras instituições oficiais de crédito e financiamento estariam dispostos a oferecer crédito aos pobres – enquanto há muitas provas históricas do contrário, inclusive no caso do Peru, onde o número de pobres que efetivamente tiveram acesso a crédito oficial sistemático em seguida a um programa massivo de regularização é totalmente insignificante.¹⁵ Estudos na Colômbia questionam se os pobres têm interesse em obter crédito oficial, devido às implicações financeiras e fiscais do processo.¹⁶

Além disso, estudos recentes têm contestado a sustentabilidade urbanística e socioambiental dos assentamentos no

Peru, no México, em El Salvador e em outros países, já legalizados como resultado de programas inspirados pelas idéias de de Soto. Esses programas centram-se exclusivamente, e artificialmente, na legalização formal dos assentamentos informais e não se apóiam em programas de urbanização e em outros programas socioeconômicos, deixando, pois, de promover qualquer integração socioespacial.¹⁷

De fato, diversas pesquisas no Brasil e no mundo revelam que, mesmo na ausência de legalização, dado um conjunto de fatores políticos, sociais e institucionais, os moradores de assentamentos ilegais têm tido acesso a crédito informal – e mesmo formal, em alguns casos – e se sentem seguros de sua posse, a ponto de investir regularmente em suas casas e negócios informais. Por outro lado, essas pesquisas demonstram que, na falta de outras políticas sociais e programas econômicos que lhes dêem suporte, a mera atribuição de títulos individuais de propriedade pode até garantir a segurança individual da posse, mas com frequência acaba fazendo com que os moradores vendam suas novas propriedades e se mudem para as periferias precárias, em muitos casos invadindo novas áreas – onde recomeça o mesmo processo de ilegalidade. Se tomada isoladamente, a outorga de títulos individuais de propriedade plena não leva à integração socioespacial pretendida pelos programas de regularização, que justificaria o investimento público. Além do mais, se promo-

¹⁴ Ver Maricato (2000) para uma análise desse ponto no caso brasileiro, em especial de como a Lei de Terras de 1850 foi fundamental para a configuração desse quadro.

¹⁵ Ver Calderón (2001) e Riofrio (1998).

¹⁶ Ver Gilbert (2001).

¹⁷ Ver Kagawa (2001), Duhau (2001) e Zeledon (2001).

de regulamentações urbanísticas específicas. Entretanto, enquanto as experiências de legalização baseadas na transferência de títulos individuais de propriedade plena não têm sido bem-sucedidas, a utilização da concessão do direito real de uso, com todas as dificuldades ainda existentes, tem possibilitado maior controle pelos governos e pelas comunidades locais das transferências dos títulos pelos beneficiários originais, de tal forma que o investimento público não seja apropriado pelos promotores imobiliários privados. Uma dimensão básica de gênero é reconhecida nesses casos, em que os títulos de concessão são freqüentemente conferidos aos dois parceiros independentemente do regime formal ou informal do casamento, sendo que, em situação de conflito, as mulheres têm recebido tratamento prioritário. Uma decisão judicial importante em Porto Alegre, em um caso recente de separação por razão de violência doméstica, reverteu para o nome da mulher o título que fora originalmente dado aos dois (não legalmente casados) parceiros.

Nas duas cidades, as políticas de urbanização e de prestação de serviços não têm dependido diretamente da efetivação das políticas de legalização. Políticas de legalização tendem a ser implementadas em áreas já consolidadas em termos urbanísticos e sociopolíticos, onde é geralmente aceito que os ocupantes tenham direito a serviços e a equipamentos públicos e comunitários. A produção da moradia é em grande medida resultado de autoconstrução, melhorias nas construções são realizadas com regularidade, e o acesso a crédito informal – e às vezes a crédito formal – é normalmente possí-

vel, sobretudo para a aquisição de materiais de construção, independentemente do fato de a legalização das áreas ter sido completada ou não. No todo, as condições de integração socioespacial têm melhorado. De modo geral, o mercado oficial de terras guarda uma certa distância das áreas regularizadas e a população original nelas permanece; mesmo nas áreas onde há mobilização interna significativa, o perfil socioeconômico original da comunidade beneficiada é mantido.

Todos esses fatores parecem estar diretamente relacionados com a articulação entre as políticas de legalização, as regras urbanísticas de orientação social e as estratégias progressistas de gestão urbana naquelas cidades. Enquanto as zonas de interesse social parecem dar às áreas e aos moradores uma forma de identidade legal e social em face da sociedade mais ampla e do mercado, o aparato institucional criado para administrá-las constitui uma arena política em que os moradores podem defender seus direitos e apresentar suas reivindicações. Em particular, a experiência pioneira do orçamento participativo em Porto Alegre e sua relação direta com os programas de regularização têm sido de importância fundamental para a consolidação dos direitos de cidadania.

Apesar do caráter incipiente das políticas de legalização, existe uma percepção generalizada de segurança da posse, a qual, a meu ver, pode ser, e com freqüência o é, politicamente falsa. Nas áreas onde há mobilização social consistente e implementação de programas de regularização, parece haver atualmente menos

dominante dado a esse direito pela legislação civil, numa expressão dos fundamentos do legalismo liberal clássico.

A sobrevivência do legalismo liberal quanto à propriedade da terra – quando os governos intervêm em outros setores da economia de forma ousada, a tal ponto que hoje já se discutem a retirada do Estado da economia e o lugar do mercado – deve-se naturalmente a uma combinação histórica de fatores sociais, políticos e econômicos, que tem de ser compreendida antes que qualquer programa de legalização em massa – tal como proposto por de Soto – possa ser implementado. As principais questões continuam sem resposta, mesmo porque de Soto não as tem levantado: que tipo de implicações a ordem jurídica tem tido no processo de crescimento urbano e quem tem se beneficiado da manutenção inquestionada de tal *status quo*?

A busca por soluções jurídico-políticas inovadoras para as políticas de legalização fundiária requer a compatibilização entre a promoção de segurança individual da posse com o reconhecimento de direitos sociais de moradia, a incorporação de uma dimensão de gênero há muito negligenciada e a tentativa de minimização dos impactos dessas políticas no mercado, de tal forma que os benefícios do investimento público sejam capturados pelos moradores – e não pelos promotores imobiliários privados. Perseguir esses objetivos é de fundamental importância em um contexto mais amplo da promoção de uma estratégia de reforma

urbana que vise à inclusão socioespacial. Diversas cidades, como Porto Alegre e Belo Horizonte, têm tentado operacionalizar essa agenda urbana progressista com a reforma de sua ordem jurídica; avanços significativos têm incluído, além da criação das zonas de interesse especial, a aprovação de normas e regulamentações urbanísticas menos elitistas, e o enfrentamento da natureza excludente dos mecanismos fiscais de captura do valor da terra, de modo a torná-los menos regressivos.

É nesse contexto que a utilização da concessão do direito real de uso pode promover condições jurídicas mais efetivas e mais sustentáveis em termos urbanísticos e sociopolíticos de segurança da posse para os pobres. De maneira mais consistente do que a transferência de títulos individuais de propriedade plena possibilita, tal direito – que pode ser usado de forma individual ou condominial – permite a promoção, de maneira combinada, do direito de moradia social e da segurança individual da posse, e pode ajudar a impulsionar a integração socioespacial.

Essa parece ser uma fórmula vitoriosa: um programa de regularização tecnicamente adequado e baseado em um quadro político-jurídico coerente; a combinação entre as políticas de legalização e a legislação urbanística mais ampla; e a combinação de ambos com mecanismos político-institucionais progressistas que permitam a participação das comunidades no processo de gestão das cidades.

O usucapião especial urbano

A Seção V do Estatuto da Cidade (arts. 9º a 14) trata do usucapião especial de imóvel urbano, regulamentando assim o princípio constitucional relativo às áreas urbanas até 250 m². Dentre outras medidas de caráter processual que visam facilitar a utilização do instituto e o registro das sentenças declaratórias, a nova Lei avançou no sentido de reconhecer que as áreas urbanas com mais de 250 m², ocupadas por população de baixa renda para moradia, por cinco anos, ininterruptamente e sem oposição, em que não é possível identificar os terrenos ocupados por cada possuidor, são susceptíveis de serem usucapidas coletivamente, desde que os possuidores não sejam proprietários de outro imóvel urbano ou rural (art. 10). Na sentença, o juiz atribuirá igual fração ideal de terreno a cada possuidor, independentemente da dimensão do terreno que cada um ocupe, salvo hipótese de acordo escrito entre os condôminos, estabelecendo frações ideais diferenciadas (§ 3º); tal forma de condomínio especial constituído é indivisível, não sendo passível de extinção, salvo deliberação favorável tomada por, no mínimo, dois terços dos condôminos, no caso de execução de urbanização posterior à constituição do condomínio (§ 4º).

Um outro avanço importante: de acordo com o art. 12, são partes legítimas para a propositura da ação de usucapião especial urbano não apenas o possuidor, isoladamente ou em litisconsórcio originário ou superveniente (I), ou os possuidores, em estado de composesse (II), mas

também, como substituto processual, a associação de moradores da comunidade, regularmente constituída, com personalidade jurídica, desde que explicitamente autorizada pelos representados (III). Na ação de usucapião especial urbano – na qual o rito processual a ser observado é o sumário –, é obrigatória a intervenção do Ministério Público (§ 1º), sendo que o autor terá os benefícios da justiça e da assistência judiciária gratuita, inclusive perante o cartório de registro de imóveis (§ 2º).

Tal regulamentação legal do instituto tem sido aceita como um avanço no tratamento da questão, sobretudo no sentido de permitir aos juízes que considerem a matéria de outra perspectiva que não a do usucapião tradicional previsto no Código Civil. Contudo, somente as experiências concretas poderão possibilitar uma devida avaliação acerca das implicações práticas do novo instituto, bem como de seus limites, lacunas e possibilidades.

A concessão de direito real de uso

Em relação ao outro instituto que tem sido proposto para a promoção de regularização fundiária em favelas, qual seja, a concessão de direito real de uso, o Estatuto da Cidade tratou da matéria de forma mais sintética. Conforme já mencionado, o art. 4º inclui essa concessão entre os instrumentos jurídicos e políticos da política urbana. Todavia, embora estipule que nos casos de programas e projetos habitacionais de interesse social desenvolvidos por órgãos ou entidades da Administração Pública com atuação es-

levar à ocupação de edificações públicas e criar problemas administrativos e judiciais, foi argumentado que os arts. 15 a 20 da lei aprovada contrariavam o interesse público sobretudo por não ressaltarem do direito à concessão de uso especial os imóveis públicos afetados ao uso comum do povo, como praças e ruas, e áreas urbanas de interesse da defesa nacional, da preservação ambiental ou destinadas a obras públicas.

Contudo, “em reconhecimento à importância e validade do instituto da concessão de uso especial para fins de moradia”, o Poder Executivo se comprometeu a submeter “sem demora ao Congresso Nacional um texto normativo que preencha essa lacuna, buscando sanar as imprecisões apontadas.” Esse texto foi posteriormente discutido entre o governo federal e o Fórum Nacional de Reforma Urbana e outras entidades, e em 4 de setembro de 2001 foi adotada a Medida Provisória nº 2.220, que dispõe “sobre a concessão de uso especial de que trata o § 1º do art. 183 da Constituição, cria o Conselho Nacional de Desenvolvimento Urbano - CNDU e dá outras providências.” Trata-se certamente de um raro exemplo da utilização desse instrumento político-jurídico controverso para um fim social.

A proposta básica é assegurar o direito a moradia a quem, “até 30 de junho de 2001, possuiu como seu, por cinco anos, ininterruptamente e sem oposição”, uma área urbana pública até 250 m², utilizando-a para sua moradia ou de sua família, através da “concessão de uso especial para fins de moradia em rela-

ção ao bem objeto da posse”, desde que atendidos os mesmos requisitos do uso-capião urbano – isto é, desde que não seja proprietário ou concessionário, a qualquer título, de outro imóvel urbano ou rural (art. 1º). A concessão de uso especial para fins de moradia será conferida de forma gratuita ao homem ou à mulher, ou a ambos, independentemente do estado civil (§ 1º); o direito não será facultado ao mesmo concessionário mais de uma vez (§ 2º), sendo que o herdeiro legítimo continua, de pleno direito, na posse de seu antecessor, desde que já resida no imóvel por ocasião da abertura da sucessão (§ 3º).

Além disso, a Medida Provisória inovou ao estabelecer que nos imóveis que tenham mais de 250 m² e que, até 30 de junho de 2001, estavam ocupados por população de baixa renda para sua moradia, por cinco anos, ininterruptamente e sem oposição, e em que não é possível identificar os terrenos ocupados por possuidor, a concessão de uso especial para fins de moradia será conferida de forma coletiva, desde que os possuidores não sejam proprietários ou concessionários, a qualquer título, de outro imóvel urbano ou rural (art. 2º). O possuidor pode, para o fim de contar o prazo exigido por esse artigo, acrescentar sua posse à de seu antecessor, contanto que ambas sejam contínuas (§ 1º); nessa forma coletiva de concessão de uso especial será atribuída igual fração ideal de terreno a cada possuidor, independentemente da dimensão do terreno que cada um ocupe, salvo hipótese de acordo escrito entre os ocupantes, estabelecendo frações ideais diferenciadas (§ 2º), sendo que a fração

tenças declaratórias de usucapião (I, 28); dos termos administrativos ou das sentenças declaratórias da concessão de uso especial para fins de moradia (I, 37); e do contrato de concessão de direito real de uso de imóvel público (I, 40).

A enorme importância social e política do novo instituto criado pela Medida Provisória n° 2.220 é indiscutível, sobretudo no que toca ao reconhecimento oficial da urgência de se enfrentar a questão da moradia social. Também da perspectiva jurídica, a importância do novo instituto é inquestionável, já que implica na verificação inequívoca de que existe um direito individual e coletivo à moradia. Entretanto, é de se supor que novas controvérsias jurídicas surgirão não só pela natureza jurídico-política polêmica do instrumento da Medida Provisória, mas também pela falta de definição plena da natureza jurídica do instituto da concessão de direito de uso especial em si – em outras palavras, trata-se de uma nova forma de *direito real* de uso? Há muitos elementos nesse sentido, contudo a Medida Provisória não o explicita de maneira inquestionável. Se a Medida Provisória regulamenta o § 1° do art. 183 da Constituição, como fica a questão da regulamentação da concessão de direito real de uso instituído pelo Decreto-Lei n° 271/67? Como conciliar os dois institutos de modo adequado?

Se a destinação social do instituto para a população de baixa renda só é explicitada na hipótese do art. 2°, como interpretar o art. 1° de forma a impedir o abuso do instituto? A Medida Provisória também não enfrenta a dimensão pro-

cessual da questão – conforme já evidenciado nas questões ambientais, os mecanismos processuais tradicionais não dão conta dos novos direitos coletivos –, o que possivelmente vai gerar problemas de interpretação judicial que podem comprometer sobremaneira a aplicação efetiva do instituto.

Outros problemas potencialmente explosivos – da ordem do pacto federativo constitucional e da autonomia dos entes federativos – são os que decorrem do impacto que a utilização do novo instituto poderá exercer sobre os imóveis de propriedade dos estados e dos municípios, sobretudo nos municípios, como Porto Alegre, que já têm lei própria em vigor sobre a utilização da concessão de direito real de uso.

Além disso, deve-se ressaltar que, conforme discutido anteriormente, vários dos municípios que já utilizam a concessão do direito real de uso – como Recife e Porto Alegre – o fazem por meio da articulação entre a urbanização das favelas e a legalização das áreas e dos lotes. Em que pesem as preocupações de ordem ambiental claramente expressas na Medida Provisória, não foi feita essa necessária articulação entre as duas dimensões dos programas de regularização.

De qualquer forma, a aprovação do importante Estatuto da Cidade consolidou a ordem constitucional quanto ao controle jurídico do desenvolvimento urbano, visando reorientar a ação do Poder Público, do mercado imobiliário e da sociedade, de acordo com novos critérios econômicos, sociais e ambientais. Sua efetiva ma-

ma urbana na cidade. Um tal mecanismo democrático de debate amplo decerto garantiria que as propostas de mudanças eventualmente formuladas pudessem ser discutidas sem que isso acarretasse o risco de perda dos avanços políticos e jurídicos fundamentais que, ao longo das décadas de resistência e mobilização, as comunidades faveladas vêm conquistando.

Além disso, as pesquisas existentes mostram que não há um laço claro entre regularização/legalização e erradicação da pobreza, o que só pode ser obtido através de uma reforma urbana estrutural, que por sua vez depende, entre outros fatores, de uma reforma abrangente da

ordem jurídica que afeta a regulação dos direitos de propriedade imobiliária e o processo mais amplo de desenvolvimento urbano, planejamento e gestão. A realização gradual de obras de urbanização e a prestação de serviços têm inegavelmente melhorado as condições de vida quotidiana das comunidades beneficiadas. Contudo, se o objetivo é causar um impacto mais significativo na redução das condições crescentes de pobreza social, os programas de regularização têm de ser parte de um vasto conjunto tanto de políticas públicas destinadas a promover a reforma urbana quanto de políticas socioeconômicas especificamente destinadas a gerar emprego e renda.

Referências bibliográficas

ALFONSIN, Betânia de Moraes. *Direito à moradia: instrumentos e experiências de regularização fundiária nas cidades brasileiras*. Rio de Janeiro: FASE/IPPUR, 1997.

_____. Políticas de regularização fundiária: justificação, impactos e sustentabilidade. In: FERNANDES, Edésio. (Org.). *Direito Urbanístico e Política Urbana no Brasil*. Belo Horizonte: Del Rey, 2001.

BOURBEAU, Heather. Property Wrongs – How weak ideas gain strong appeal in the world of development economics. *Foreign Policy*, p. 78-79, Nov./Dec. 2001.

CALDERÓN C., Julio A. Análisis Comparativo de la población beneficiada y la no beneficiada por el plan nacional de formalización. In: *Ha mejorado el bienestar de la población? Balance de las principales políticas y programas sociales*. Lima: INEI, 2001. p. 65-92.

DUHAU, Emilio. *Impactos de los programas de regularización. Notas a partir de la experiencia mexicana*. 2001. Trabalho apresentado no Workshop Mercados informales: regularización de la tenencia de la tierra y programa de mejoramiento urbano. 2001. Cambridge, Lincoln Institute of Land Policy, out. 2001.

Developing Countries. London: Zed Books, 1998.

GILBERT, Alan. *On the mystery of capital and the myths of Hernando de Soto: what difference does legal title make?* Trabalho apresentado em N-Aerus Workshop. 2001. Leuven, Bélgica, jun. 2001.

HEREDA, Jorge Fontes et al. *O impacto das AEIS no mercado imobiliário de Diamema*. 1996. Mimeo.

GRINBERG, Keila. *Código Civil e Cidadania*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.

KAGAWA, Ayako. *Policy effects and tenure security perceptions of Peruvian urban land tenure regularization policy in the 1990s*. Trabalho apresentado em N-Aerus Workshop. 2001. Leuven, Bélgica, jun. 2001.

MAMMEN, David. (Org.). Roundtable discussion for the International Division of the American Planning Association. *Interplan*, v. 2, n. 9, jun. 2001.

MARICATO, Ermínia. *Metrópole na periferia do capitalismo: ilegalidade, desigualdade e violência*. São Paulo: Hucitec, 1996.

_____. As idéias fora do lugar e o lugar fora das idéias. In: ARANTES, Otilia et al. *A cidade do pensamento único: desmanchando consensos*. Petrópolis: Vozes, 2000.

PAYNE, Geoff. *The Mystery of Capital: Why Capitalism Triumphs in the West and Fails Everywhere Else*. *Habitat Debate*, v. 7, n. 3, p. 23, set. 2001.

RIOFRIO, Gustavo. *Por que las familias han hipotecado tan poco?* Trabalho apresentado no Workshop Comparative Policy Perspectives on Urban Land Market Reform in Latin America, Southern Africa, and Eastern Europe. 1998. Cambridge, Lincoln Institute of Land Policy, jul. 1998.

ROLNIK, Raquel. *A Cidade e a Lei*. São Paulo: Studio Nobel, 1997.

_____. (Org.). Regulação urbanística e exclusão territorial. *Polis*, São Paulo, n. 32, 1999.

SAULE JR., Nelson. *Plano Diretor*. Porto Alegre: Fabris, 1997.

DE SOTO, Hernando. *The Other Path*. London: I.B. Tauris & Co Ltd., 1986.

_____. *The Mystery of Capital*. London: Bantam Press, 2001.

ZELEDÓN, Aida. *Tierra urbana y procesos de regularización en El Salvador. Problemas de hecho y de derecho*. Trabalho apresentado no Workshop Mercados informales: regularización de la tenencia de la tierra y programa de mejoramiento urbano. 2001. Cambridge, Lincoln Institute of Land Policy, out. 2001.

Artigos

Las metrópolis latinoamericanas en el siglo XXI: de la modernidad inconclusa a la crisis del espacio público

Emilio Duhau

Metrópolis y modernidad

Los principales estudios clásicos sobre el fenómeno urbano, coinciden en definir a la ciudad como la forma espacial asociada por excelencia al ámbito público, ya que se vincula históricamente con el surgimiento y al desarrollo de la *civitas* y de la *res publica*, en cuanto formas institucionalizadas que hacen posible la convivencia, el intercambio, el encuentro y el dialogo entre sujetos e intereses diversos (Sjoberg, 1960; Weber, 1982; Mumford, 1961)¹.

La metrópolis como consumación de la vida urbana y de la modernidad, se afirma, en particular desde la segunda mitad del siglo XIX, como forma urbana

y realidad social cosmopolita, frente a las formas urbanas del pasado y a la sociedad preindustrial. Producto simultáneo del desarrollo industrial capitalista, la acelerada urbanización de la población, el desarrollo de nuevas tecnologías de transporte y la concentración de servicios y actividades de gestión, es percibida desde su emergencia como concentración urbana en una escala virtualmente sin precedentes, tanto como expresión por excelencia del progreso, como realidad problemática, escenario y ocasión de los más diversos males. Sea porque el progreso debía ser expresado en ella de modo tangible y en lo posible monumental y porque debía darse respuesta a las

¹ Retomo este párrafo y algunas referencias utilizadas en el siguiente apartado, del protocolo de un proyecto de investigación en cuya elaboración final participó Angela Giglia.

necesidades de la vida moderna, sea porque los males de la metrópoli debían ser enfrentados a través de formas urbanas alternativas, el urbanismo produciría diversas propuestas.

De este modo, la renovación haussmaniana de París, el ensanche de Barcelona, la ciudad jardín británica, la ciudad de los rascacielos (Nueva York y Chicago), entre otros modelos, funcionaron entre la segunda mitad del siglo XIX y las primeras décadas del XX, como otros tantos paradigmas que podemos observar todavía cristalizados en prácticamente todas las metrópolis occidentales incluidas las mega ciudades latinoamericanas (cfr. Hall, 1996).

En términos de las prácticas urbanas este urbanismo de la primera modernidad metropolitana, se caracterizó por conformar el espacio de lo que hoy retrospectivamente se nos presenta como ideal de la modernidad urbana: domesticación de la calle; clara separación entre el espacio privado y el espacio público; uso intenso de este último, como espacio de libre acceso, de uso simultáneamente recreativo, de circulación y de acceso directo a las ofertas de consumo y en donde coexisten de modo normalizado los extraños y la diversidad y funciones diversas, incluida la habitacional, en los mismos espacios urbanos y; en general se desenvuelve una activa vida pública. Pública en un doble sentido, en tanto conjunto de prácticas desarrolladas en espacios abiertos a todos y a través de las cuales se accede a la novedad y se participa e informa de los acontecimientos y manifes-

taciones de interés general. Todo esto hecho posible tanto por medio de la institucionalización de reglas cívicas y de urbanidad que establecieron el uso y las conductas apropiadas en el espacio público, como por medio de dispositivos físicos: aceras amplias y seguras para el uso peatonal, parques y plazas; paseos y avenidas; disposición espacial del comercio y los servicios, en particular los destinados al encuentro y la sociabilidad, destinada a facilitar un intercambio y acceso fluidos entre la calle y los locales cerrados de uso público.²

En las grandes ciudades latinoamericanas, esta primera modernidad metropolitana, se expresó invariablemente, aunque con distintos ritmos y en distintos momentos, en la realización de grandes proyectos urbanos, consistentes en la ampliación planeada de la traza colonial original, y también de su transformación, el trazo de avenidas y paseos, la implantación de monumentos y espacios monumentales destinados a representar y escenificar tanto el progreso de naciones que se querían modernas, como los hitos principales de la historia independiente y, también, como en el caso de México, la reivindicación y recuperación oficiales de las raíces indígenas. Mencionamos sólo algunas expresiones conspicuas de esta voluntad modernizadora y cosmopolita. En México el Paseo de la Reforma, sus glorietas y monumentos, la Avenida Juárez, la Alameda Central y las nuevas “colonias” residenciales destinadas a las clases acomodadas que abandonaban el viejo centro colonial (véase Tenorio, 2000). En Buenos Aires el trazo

² A este respecto resulta sumamente ilustrativo el trabajo de Baldwin, 1999.

de las diagonales Norte y Sur, la avenida Nueve de Julio, la Avenida de Mayo, Palermo Chico como asiento de la oligarquía y el Barrio Norte como nuevo espacio residencial. En San Pablo, la Avenida Paulista, Higienópolis, espacio residencial inspirado en la ciudad jardín, y el parque Ibirapuera.

Pero si esta modernidad urbana se inspiró en todos los casos en modelos europeos y produjo el espacio público que hoy podríamos denominar clásico, debió entre los años treinta y cincuenta del siglo pasado, coexistir e incorporar de alguna forma, procesos y realidades generados por un proceso de industrialización que a diferencia del europeo, sólo de modo parcial y fragmentado convergió con el desarrollo del Estado Benefactor (cfr. Duhau, 1995). Así, en las metrópolis latinoamericanas, convertidas en principales centros industriales de sus respectivos países, la inmigración masiva, la presencia explosiva de la industria y el rápido desarrollo de una clase obrera industrial, se manifestaron en diversas formas de hábitat urbano muy distantes del modelo de la metrópoli moderno imaginado por las élites. Entre otros, suburbios populares carentes de atributos y dispositivos bási-

cos de la metrópoli moderna, formas de hábitat-refugio como las favelas, las villas miseria y las ciudades perdidas y, más adelante la sustitución de éstas por medio de la difusión de un urbanismo popular que combinado con las implantaciones industriales y con el encuentro con cascos urbanos preexistentes pero ajenos a la metrópoli, daría lugar a procesos de conurbación y de urbanización extensivas.

De este modo, la realidad que hoy enfrentan las mega ciudades latinoamericanas es la convergencia de una modernización inconclusa, en el sentido de que integró, hasta cierto punto, con apoyo en la industrialización sustitutiva, a las nuevas masas urbanas en el mercado urbano de trabajo, pero de modo muy limitado en términos de la ciudadanía política y social (Duhau y Girola, 1992), con los impactos de procesos de globalización que parecen potenciar en términos de las prácticas y procesos urbanos, las contradicciones y ausencias que heredó de la primera. Es en este contexto que pretendo situar la cuestión de la transformación de las prácticas urbanas y la crisis del espacio público en la mega ciudad contemporánea.

La crisis del espacio público

La problematización de los espacios públicos en el mundo occidental se remonta a los años sesenta del siglo XX y aparece asociada a la observación de síntomas que parecen poner en cuestión las características y valores atribuidas a la ciudad moderna: diferenciación social sin exclu-

sión; coexistencia de funciones diversas; aceptación y disfrute de lo extraño, lo nuevo y lo sorprendente; publicidad, que se refiere al espacio público como siendo por definición un lugar abierto y accesible a cualquiera y donde cada uno arriesga y acepta encontrarse con quienes son

diferentes (Simmel, 1977; Young, 1990: 238-41, citado por Caldeira, 2000:301).

Entre los años sesenta y setenta, diversos autores comenzaron a abordar desde diferentes ángulos la cuestión de lo público en las sociedades modernas, inaugurando un debate que se mantiene vigente, pero que, al menos en lo que respecta al espacio público, había sido en gran medida ignorado hasta hace poco tanto en México como en general en América Latina. Entre ellas, es necesario mencionar cuando menos la obra de Jane Jacobs (1961), *Vida y muerte de las grandes ciudades* que constituye un manifiesto enormemente persuasivo en contra del urbanismo funcionalista, entonces la corriente dominante en esta disciplina, así como un análisis brillante de los factores y características que explican la vitalidad de la vida urbana y de los espacios públicos. El libro de Richard Sennet (1977), *El declive del hombre público*, que aborda el problema de cómo una cierta concepción de los valores atribuidos a la vida privada en el mundo occidental, implican el progresivo declive y vaciamiento de la vida pública y por consiguiente amenazan la supervivencia de los valores y prácticas propios de la ciudad cosmopolita.

El debate iniciado por estos y otros autores, está asociado a lo que en el marco de la crisis de los años setenta, puede ser considerado como el rechazo al urbanismo funcionalista y al modernismo de Le Corbusier, que habían inspirado en las décadas previas, entre otras cosas la producción de las nuevas periferias obreras en Europa y el proyecto de Lúcio Costa para la nueva capital de Brasil (Brasilia) en los años cin-

uenta (véase Hall, 1996:cap. 7). Así, la reflexión sobre el espacio público iniciados hacia los años sesenta del siglo XX, aparece en Europa como reacción a los efectos percibidos de decisiones, proyectos y procesos urbanos (y macro sociales) previos o en gestación en esos años (urbanismo funcionalista, dispersión urbana, grandes y problemáticos conjuntos de vivienda de interés social, rápida difusión del uso del automóvil, de un lado, crisis de la industrialización fordista y del Estado benefactor, del otro).

En los años ochenta, en los países desarrollados, en el marco de la reestructuración industrial por una parte, y la puesta en cuestión del Estado Benefactor, por otra, se produce una redefinición de la cuestión urbana. En Europa la brusca interrupción del crecimiento demográfico de las ciudades y la desindustrialización – o más bien la crisis de los espacios industriales en los que se había basado el consumo de masas –, así como las políticas de descentralización como componente de la gestión de la crisis del Estado Benefactor centralizado, harían visibles o arrojarían nueva luz sobre algunas cuestiones que se convertirían en problemas centrales de investigación y de política pública.

Las periferias populares conformadas por grandes conjuntos de interés social en Francia, de vivienda pública en Gran Bretaña, comenzaron a ser observados como espacios problema, tanto por mostrar el relativo fracaso del Estado Benefactor que no habría producido allí ciudades sino espacios monofuncionales y segregados de “la” ciudad, como por-

que se advertía que habían evolucionado como ámbitos de concentración de la nueva problemática social. Una problemática en la que convergían altas tasas de desempleo y la difícil integración de los trabajadores inmigrados cuyo arribo había sido promovido durante los “gloriosos treinta”. Por otro lado, el principal problema de las ciudades dejó de ser visto como el de la “reproducción de la fuerza de trabajo” por medio del Estado Benefactor expresado de modo tangible en las ciudades, para pasar a ser definido como el de la implantación de nuevas actividades económicas y de una integración social que el estatuto salarial ya no parecía garantizar. El municipio y las ciudades comienzan a ser percibidos ahora como actores políticos que, munidos de nuevas competencias, estarán a cargo de la gestión local de la crisis. Tanto a nivel de las políticas públicas como de la investigación urbana y el urbanismo, se convierten en cuestiones prioritarias la descentralización, el desempeño de los gobiernos locales, el mejoramiento barrial, los proyectos urbanos que sustituyen a la planeación en gran escala, la proyección de la imagen urbana, el rescate, los programas de mejoramiento o la privatización (en el caso de Gran Bretaña), o de plano la demolición de los grandes conjuntos más problemáticos, como en el caso del conjunto estadounidense de Pritt Igoe, antes celebrado por importantes revistas de arquitectura y después modificado radicalmente y finalmente demolido (Amen-dola, 1984).

Es en este contexto que emerge con fuerza en Europa la cuestión de los espacios públicos y el rescate de los valores

de la ciudad moderna. En España el proyecto Barcelona 92, asociado a los Juegos Olímpicos que se realizarían en ese año, al papel del gobierno autónomo catalán y a un protagónico gobierno de la ciudad, se convirtió en un paradigma, hoy todavía vigente y amplia y eficazmente difundido, de rescate de los espacios públicos y de la imagen urbana, asociado a un fuerte énfasis en el papel integrador de la ciudad y de la democracia local. Pero si Barcelona es el caso más conocido y mejor difundido, no es el único ni tampoco el primero.

En Estados Unidos, la reestructuración industrial, el aumento de las tasas de desempleo y la concentración del ingreso transformaron rápidamente el escenario de las grandes zonas metropolitanas. Pero aquí la respuesta tanto a nivel de las políticas públicas como de la investigación, fue muy diferente. En primer término porque el desarrollo del Estado Benefactor nunca convergió con el modelo europeo continental ni alcanzó su grado de penetración en la reproducción social. En segundo término porque la cuestión de la descentralización no se planteó en la medida que se trataba de una estructura gubernamental ya ampliamente descentralizada.

Las políticas públicas se articularon en Estados Unidos en torno al discurso neo-conservador de la era Reagan. En ese contexto, el problema no consistía en afrontar los nuevos problemas a través de políticas sociales y urbanas impulsadas por el sector público, sino en facilitar la reestructuración económica a través de la flexibilización del mercado de trabajo,

la inversión privada en nuevas tecnologías apalancada sobre la maquinaria militar y la reestructuración económica y la renovación física de las ciudades a través de coaliciones o “máquinas” orientadas al crecimiento. El éxito de los gobiernos locales se mediría en función de su capacidad para promover tales coaliciones. Esto se tradujo en la proliferación de proyectos urbanos orientados a impulsar el mercado inmobiliario a través de la generación de espacios e infraestructuras destinados a albergar las actividades que hegemonizaron las nuevas centralidades en los años ochenta: servicios financieros, jurídicos, contables, consultoría, software y tecnologías de la información y la comunicación; así como a proporcionar la oferta de espacios residenciales y recreativos destinados a los profesionales y ejecutivos generosamente retribuidos por esta “nueva economía” (Squires, 1996; Logan y Molotch, 1996; Smith, 1996).

La expresión urbana de este proceso fue la renovación de espacios tradicionales, convertidos en áreas “temáticas” (p.e *waterfronts* y áreas portuarias en decadencia) destinadas al turismo y al consumo conspicuo y sofisticado de las nuevas clases profesionales, la *gentrification* de áreas residenciales que habían conservado ciertos atractivos debido a su imagen urbana pero que se encontraban en situación de relativa decadencia, y la producción de nuevos centros comerciales y temáticos en una escala inédita (véase Harvey, 1989).

La contrapartida de todo ello: por una parte la presencia ostensible de un grupo creciente de excluidos, identificados como

desclasados (*underclass*), producto simultáneo de la pérdida de empleos en la industria tradicional, el abandono por parte de los aparatos públicos de asistencia y bienestar social (originado en el desfinanciamiento de estos aparatos) de las áreas centrales de vivienda popular y la “liberación” de enfermos mentales por los hospitales públicos, debido al recorte de los fondos destinados a los mismos. *Homeless, bag-ladies, dealers y peddlers*, proliferan entonces como la otra cara del paisaje urbano de las metrópolis estadounidenses. Y por otra parte una ampliación sin precedentes del tema del “miedo” como un ingrediente fundamental y constitutivo de la experiencia urbana actual, amplificado en forma exponencial por los medios de comunicación y generador de políticas de la seguridad urbana que desde su formulación (el programa “tolerancia cero” implementada por Rudolph Giuliani en Nueva York) tienden a “limpiar” los espacios públicos hasta del menor signo de “desviación” (Wacquant, 1999), en un panorama socioespacial que algunos denominan simplemente “ciudad blindada” (Amendola, 2000).

En el ámbito de la investigación urbana se desarrolla el estudio de la nueva geografía económica derivada de estos procesos, la reestructuración urbana, la nueva cuestión social y las políticas urbanas, así como a finales de la década de los ochenta, los intentos por proporcionar explicaciones de conjunto de la evolución observada en términos primero del debate sobre la postmodernidad (Harvey, 1989; Lash, 1990) y luego a partir del concepto de globalización (Sassen, 1992; Lash y Urry, 1994). 1990). La cuestión

del espacio público, su decadencia o incluso su fin (Sorkin, ed., 1992), asociada a las nuevas formas urbanas y las nuevas formas de consumo, segregación espacial, exclusión y control de las nuevas “clases peligrosas”, es entonces objeto de análisis que muestran escenarios urbanos caracterizados por el enclaustramiento de los sectores medios y altos, la erección de barreras físicas o electrónicas y la proliferación de los mecanismos y cuerpos de vigilancia y control centrados sobre las minorías étnicas y los desclasados (Sorkin, ed., 1992; Davis, 1992).

Los años noventa, son a nivel internacional años en los cuales la lógica y el discurso de la liberalización económica, los procesos de globalización y el papel de las nuevas tecnologías y en particular las tecnologías de la información y comunicación, se imponen ampliamente. Son también años en los que los procesos de reestructuración económica de los años setenta y ochenta se traducirán en el mundo desarrollado en una etapa de crecimiento económico sostenido que coexiste con una rápida reestructuración del mercado de trabajo – iniciada en la década precedente – y la definición de una nueva cuestión social, caracterizada por altas tasas de desempleo, la precarización de una porción significativa de los puestos de trabajo y dramáticos cambios en la estructura social definidos por la presencia de “perdedores” y “ganadores” (Castel, R, 1995; Bolstanski y Chiapello; 1999, Thurow, 1996).

A nivel de las ciencias sociales, estas grandes transformaciones detonadas en los años setenta, pero que comienzan a

hacerse plenamente evidentes en la segunda mitad de los años ochenta, son tematizadas y teorizadas a través de algunos conceptos y debates que ocupan hoy un lugar central: radicalización de la modernidad, sociedad del riesgo, globalización, sociedad de la información. En estas teorizaciones y debates, algunos autores cuyas obras han sido ampliamente difundidas y reconocidas a nivel internacional, colocan la dimensión espacial de estos procesos – la relación entre globalización y localización, entre espacios de flujos y espacios de lugares, entre localización y deslocalización, el futuro de las ciudades y el nuevo papel de las grandes metrópolis –, como cuestiones centrales para entender las grandes transformaciones sociales en curso (Beck, 1986; Beck, Giddens y Lash, 1997; Castells y Hall, 1994; Harvey, 1989; Castells, 1996, 1997, 1998; Borja y Castells, 1997; Sassen 1991 y 1998). A partir de estos desarrollos teóricos emergen con claridad un conjunto de procesos que parecen poner en cuestión las jerarquías urbanas y las relaciones entre territorios tal como habían venido siendo concebidas hasta los años setenta y desde luego, la relación entre el espacio urbano y sus habitantes y entre el espacio privado y el espacio público en las nuevas formas de habitar, de trabajar, de transitar, de consumir y de recrearse.

Con sus especificidades, las ciudades latinoamericanas también estaban experimentando estos procesos. Pero la conciencia y la percepción de los cambios globales en curso aparecería retardada por diversas razones, pero destacadamente porque sería en los años ochenta que

los países latinoamericanos comenzarían a emerger de los regímenes político autoritarios y dictaduras militares entonces predominantes en la región y experimentarían de modo brutal los límites del modelo de desarrollo dominante hasta los años setenta.

En América Latina, los años ochenta son los años de la gestión de la crisis. Las grandes ciudades experimentan con fuerza la penuria de recursos fiscales y el proceso de reestructuración industrial. Habiendo sido espacios relativamente privilegiados hasta los años setenta en tanto en ellas se había venido concentrado ampliamente la inversión pública y privada, dejan de ser durante los ochenta polos de atracción migratoria y ámbitos concentradores de la inversión productiva. Las nuevas inversiones en la industria manufacturera, en la medida que las hay, tienden a desconcentrarse durante la década, porque ya no responden al modelo de sustitución de importaciones. Las inversiones derivadas de la “nueva economía”, que posteriormente se presentarán fundamentalmente bajo la forma de grandes proyectos inmobiliarios y la reestructuración del comercio y de los servicios, sólo se insinúan tímidamente, dado que su auge está asociado a la globalización. Esta última entendida en este caso como apertura de la economía, desregulación financiera, liberación del mercado cambiario, privatización de empresas públicas y asociación (o venta) de empresas nacionales con empresas transnacionales, políticas todas aplicadas sobre todo a partir de los años noventa.

El escenario urbano se presenta en este contexto marcado por el impacto de

la crisis del modelo de desarrollo hacia adentro y por consiguiente de la base industrial de las grandes metrópolis. Por un lado se produce una interrupción del crecimiento económico y el aumento del desempleo o la sustitución del empleo formal por el empleo informal. Por otro, la crisis de las finanzas públicas y la ausencia de inversión privada, se traducen en la ausencia de proyectos urbanos a gran escala y el deterioro en los niveles de mantenimiento de las infraestructuras, el equipamiento y el mobiliario urbanos.

En el caso específico de la ciudad de México, se pueden observar diversos síntomas asociados a estos procesos: la conversión del problema de la seguridad en un tema central de la agenda pública, la proliferación del llamado comercio ambulante y de todo tipo de actividades económicas informales en la vía pública en una escala sin precedentes en las décadas anteriores; el crecimiento acelerado del área urbanizada como mecanismo para hacer frente, a través de procesos de urbanización irregular, a las necesidades masivas de vivienda; el despoblamiento acelerado de la ciudad central (las cuatro delegaciones – distritos – centrales); y la decadencia de áreas comerciales y equipamientos recreativos y culturales tradicionales.

En América Latina los años noventa son los años en que estas transformaciones se traducen en cambios ostensibles en la organización y las formas de producción y gestión del espacio urbano: proliferación de grandes proyectos inmobiliarios conducidos por el capital privado; auge de la producción de espacios

públicos cerrados y privadamente controlados, estratificados de acuerdo con los sectores sociales a los que están destinados; renovación de espacios urbanos en decadencia o en desuso destinados a convertirse en referentes simbólicos y turísticos; creciente difusión de urbanizaciones cerradas y del cierre y control de acceso de áreas urbanas previamente abiertas, así como de complejos urbanos multifuncionales aislados del espacio urbano tradicional; abandono de espacios públicos tradicionales por parte de las clases media y alta y colonización de los mismos por los sectores populares (Caldeira, 2000:cap. 7; Gamboa de Buen, 1994; Fidel y Fernández, 1998; Rolnik et al, 1992).

Por su parte, la investigación urbana en México ha venido incorporando las teorías y debates internacionales y los cambios apuntados en la organización del espacio urbano, por distintas vías.

La primera consiste en el análisis de la reorganización del territorio y los espacios destinados a la producción y el papel jugado en dicha reorganización por las nuevas formas de la división internacional del trabajo y las nuevas tecnologías de la información (Rosales Ortega, coord., 2000).

La ciudad de México: las dos caras de la realidad metropolitana

La ciudad de México, en cuanto conglomerado metropolitano, a pesar del inventario de lugares comunes que es posible invocar en cuanto a los males que la

La segunda, emprendida sobre todo desde la antropología cultural, combina la cuestión del multiculturalismo y la fragmentación de las prácticas urbanas en las grandes metrópolis, la globalización del consumo y el papel de los medios electrónicos en la construcción de identidades y en la participación de los habitantes en la vida pública (García Canclini, 1994 y 2000).

La tercera se aboca al estudio de las transformaciones en los usos y significados de los espacios públicos, a través por una parte del estudio de las practicas sociales propias de los nuevos espacios comerciales (Ramírez Hurí, 1998; Cornejo 2000) y; y por la otra abordando el estudio de las características y el significado social de las urbanizaciones cerradas (Giglia, 1998 y 2001). Esta segunda cuestión será objeto de un seminario internacional en la ciudad de Guadalajara en julio de 2002: "Latinoamérica: países abiertos, ciudades cerradas".

Por mi parte, en los siguientes apartados intentaré aportar algunos elementos para la interpretación de estos procesos en términos de las formas de producción de la ciudad y de la expresión espacial de la estructura social y las prácticas urbanas.

aquejan (congestión vial, deficiencia de los servicios públicos, contaminación ambiental, déficit de vivienda, pobreza, proliferación del comercio en la vía pú-

blica, inseguridad, etc.), vista desde otra perspectiva, y tal como acertadamente lo ha señalado Gilbert, comparte con otras mega ciudades latinoamericanas, el hecho de exhibir logros notables en cuanto a haber enfrentado “extremadamente bien” las presiones generadas por el rápido crecimiento de la población (Gilbert, 1995:1).

Y en efecto, la zona metropolitana de la ciudad de México (ZMCM), está conformada por el Distrito Federal subdividido en 16 delegaciones políticas, y un número no oficialmente definido de municipios conurbados del Estado de México, pero que si consideramos el tejido urbano continuo, ascienden a alrededor de 28, y una población censal de aproximadamente 18 millones de habitantes en el año 2000. Pero a pesar de sus dimensiones y de las fuertes tasas de crecimiento demográfico que experimentó hasta los años setenta, ha sido capaz de proporcionar vivienda y servicios públicos básicos, transporte público, servicios educativos y de salud, a una escala y con niveles de cobertura que se comparan favorablemente no sólo con el conjunto del país, sino con las restantes 24 ciudades y zonas metropolitanas más importantes. Por ejemplo, en 1970 el 77.5 de las viviendas contaban con agua potable suministrada mediante red pública, pero en 1995 esta proporción ascendió a 95.7 %; en tanto que los porcentajes correspondientes a disponibilidad de drenaje para esos mismos años fueron respectivamente 42.7 % y 92.6 %. Si consideramos además que

durante ese mismo período su población pasó de poco más de 9 millones de habitantes a más de 16 millones y medio y que el stock habitacional se multiplicó 2.5 veces, pasando de 1,562,610 viviendas a 3.775,756, estamos sin duda frente a logros notables.³

El inventario de logros podría continuar mencionando cuestiones como los niveles de cobertura educativa y el aumento notable en el grado promedio de escolaridad de la población, el desarrollo de la red del metro, cuya primera línea inaugurada en 1969, contaba con 16 estaciones, se extendía sobre 12.6 Km. y transportaba 240.000 pasajeros, y que actualmente cuenta con 11 líneas, 167 estaciones, 191.5 Km. de longitud y transporta diariamente más de 4,200,000 pasajeros. Pero todavía más notable es el hecho de que la indudable existencia de una amplia población en situación de pobreza no haya llevado a la conformación de áreas estigmatizadas, al menos no en una escala significativa. En este sentido, la urbanización popular periférica, como alternativa al tugurio central, ha jugado un papel semejante al desempeñado por el proceso de suburbanización masiva en Londres durante las primeras décadas del siglo XX (Hall, 1996:9). Igualmente, la vivienda de interés social, también con una presencia significativa que ha implicado la implantación de grandes conjuntos habitacionales que forman parte de la expansión periférica, tampoco ha dado lugar al tipo de percepción que, como en el caso por

³ Los datos mencionados fueron elaborados con base en los Censos Generales de Población y Vivienda de 1970 y 2000 y en el Censo General de Población y Vivienda realizado en 1995.

ejemplo de Francia, ha tendido a convertirse a las *banlieues* en espacios estigmatizados (cfr. Bourdieu, 1993; Champagne, 1993, 1993a).

Y, sin embargo, es necesario preguntarse qué tipo de ciudad es la que se ha producido durante las últimas décadas, la cual cuantitativamente en términos de número de viviendas y del área urbanizada supera ampliamente a la existente para 1960. Esquemáticamente, se puede afirmar que, hasta fines de los años ochenta, la expansión física de la metrópoli se realizó a través de cuatro modalidades fundamentales. Las tres primeras forman parte de lo que podríamos denominar la ciudad planeada y en términos de la superficie urbanizada dan cuenta de un área menor a la correspondiente a la “ciudad no planeada” o urbanización irregular. Estas modalidades reguladas o planeadas estuvieron en general orientadas por una perspectiva funcionalista, basada en técnicas de zonificación combinadas, en el caso de algunos grandes proyectos, con el modelo de las ciudades satélite.

Una de estas modalidades corresponde a la urbanización por incorporación de suelo a través de fraccionamientos destinados al uso habitacional. El modelo específico subyacente en este caso es el de los suburbios norteamericanos: un número variable, pero generalmente importante de lotes destinados a viviendas unifamiliares con sus correspondientes vialidades a los que se agrega, en nuestro

caso y, en el mejor de los casos, un área destinada a edificios de departamentos combinados con un área o centro comercial, y organizados a partir de una o más vialidades primarias de acceso que operan como un circuito distribuidor a las distintas porciones del fraccionamiento. Bajo esta modalidad, además de los fraccionamientos realizados en el Distrito Federal, se urbanizaron en 13 municipios conurbados del Estado de México entre 1958 y 1987, alrededor de 16,000 hectáreas, que comprenden, de acuerdo con los planes originales, más de 500,000 viviendas (Schteingart, 1989: cuadro 9, p. 113). Una variante de esta modalidad es la correspondiente a conjuntos habitacionales de interés social. Se trata en este caso de unidades claramente diferenciadas y recortadas del tejido urbano adyacente, concebidas para uso puramente habitacional, aún cuando en los casos de las más grandes suelen incluir pequeñas áreas comerciales y equipamientos como escuelas. Sólo el Instituto Nacional del Fondo de la Vivienda para los Trabajadores, financió bajo esta modalidad, para el conjunto de la ZMCM, entre 1973 (año en que este Instituto comenzó a operar) y 1992, 228,806 viviendas (García y Puebla, 1998: cuadro 12, p. 78), pero nuestro cálculo es que para el año 2000, alrededor de un 15 % de la población metropolitana se alojaba en este tipo de vivienda, es decir alrededor de 2,800,000 personas y 670,000 viviendas.⁴

La segunda modalidad corresponde a la creación de espacios productivos a

⁴ Estimación realizada con base en las áreas geoestadísticas básicas definidas en el Censo General de Población y Vivienda de 1990.

través de la implantación de parques industriales. Buena parte de la industria asentada en la zona metropolitana, sobre todo la gran industria fordista, se localiza en estos parques, básicamente al norte y norponiente de la aglomeración, en las delegaciones Azcapotzalco y Gustavo A. Madero, y en los municipios de Naucalpan, Tlalnepantla, Ecatepec y Cuatitlán Izcalli. Al mismo tiempo, la población censal de estas seis unidades político-administrativas, fue para el año dos mil, de algo más de 5,300,000 habitantes.

La tercera modalidad planeada durante la etapa de referencia (hasta los años ochenta), que en parte incluye las dos primeras, es la de las ciudades satélite. La primera en el tiempo, llamada precisamente "Ciudad Satélite", y localizada en el municipio de Naucalpan que colinda con el norponiente del Distrito Federal. Ciudad Satélite fue concebida en los años cincuenta como una gran suburbia residencial destinada a las nuevas clases medias. La segunda, situada más al norte, y conectada por el mismo eje, y constituida como municipio de Cuatitlán Izcalli, fue desarrollada en los años 70 a partir de un complejo industrial preexistente, y pensada al igual que la anterior como un mecanismo de descentralización de la industria, vivienda y población. Esto durante un período en el que se partía de la premisa de que el modelo de industrialización sustitutiva continuaría indefinidamente hacia delante, al mismo tiempo que seguía siendo una preocupación central la concentración industrial en las tres

grandes zonas metropolitanas del país (véase López Saavedra y Torres Jiménez, 1984).

La modalidad no planeada, por su parte, corresponde a la llamada urbanización popular, resultado de un complejo proceso de urbanización irregular, en algunos casos en gran escala, sobre todo en el oriente de la metrópoli, y en otros en una escala menor, pero incluso más enmarañada. Se trata de un proceso que, aunque algunos casos y, sobre todo en los momentos iniciales, implicó actos de "invasión", en lo fundamental se ha asentado en el desarrollo de un mercado irregular de suelo para vivienda popular. Una idea de su magnitud nos la proporciona el hecho de que para 1990 pudimos estimar que cerca del 60 % de la población metropolitana y el 55 % del área urbanizada correspondía a zonas que si bien en muchos casos en la actualidad se encuentran plenamente consolidadas y resultan, salvo para el experto, difícilmente distinguibles de las áreas cuyo desarrollo fue regulado, fueron desarrolladas irregularmente⁵.

Al observar el resultado general de la convergencia de estas distintas modalidades, lo que podemos advertir es que se trata de respuestas a un proceso de metropolización basado en el desarrollo industrial, que implicaron la adopción hasta cierto punto planeada, pero de modo fragmentado, de diferentes modelos de tejido urbano y la incorporación de un modelo, la urbanización popular, impuesto por la

⁵ Para un desarrollo pormenorizado del papel jugado por la urbanización popular en la ciudad de México, véase Duhau, 1998: capítulo 3.

lógica de la renta del suelo, las necesidades habitacionales de los mayoritarios sectores populares, y la lógica populista del Estado (Duhau, 1998: cap. 4). Así, si bien diversos componentes del tejido metropolitano fueron planeados, la estructura de conjunto no lo fue. El desarrollo de las infraestructuras o bien respondió a las necesidades derivadas de cada proyecto en particular, o bien fue realizado como respuesta a posteriori a la dinámica seguida por la expansión metropolitana y los procesos de conurbación. El resultado, una enorme metrópoli articulada por unas pocas grandes vialidades que al mismo tiempo operan como tramo urbano de los ejes carreteros que conectan a la metrópoli con la región centro y con el resto del país; y en términos de movilidad cotidiana por varios millones de automóviles particulares y algo así como 200,000 microbuses, autobuses y taxis y el sistema de transporte colectivo (metro).

De acuerdo con la encuesta de origen y destino realizada en 1994, en la ZMCM se efectuaban diariamente más de 20 millones y medio de viajes diariamente, de los cuales aproximadamente una cuarta parte se efectuaba en alrededor de tres millones de automóviles particulares y el restante 75 % en unidades de transporte público, correspondiendo, a pesar de la importante red del metro existente, más de la mitad a vehículos de baja capacidad (microbuses y combis) (DDF-SETRAVI, 1994:53).

En conjunto, el resultado observable es un tejido urbano denso en promedio, sumamente intrincado y desigual y dentro del cual las áreas que cuentan con los atributos propios de una gran ciudad, es decir aquellas con un tránsito local intenso, diversidad de actividades, múltiples ofertas recreativas y culturales, áreas adecuadas para el tránsito peatonal, en buena parte de los casos, en particular el centro histórico y las áreas correspondientes a los principales nodos de transporte, han experimentado un serio deterioro de su imagen urbana y su espacio público ha sido colonizado por modalidades del comercio y la oferta de servicios en la vía pública, que no sólo han adquirido un carácter masivo, sino que son realizadas en condiciones tales que llevan a un fuerte deterioro del espacio público y tienden a hacer incompatible el desarrollo de otras actividades.

Por otro lado, cuando observamos estas formas de producción de la ciudad en términos de la distribución y condiciones habitacionales de la población, lo que encontramos es un resultado de conjunto, probablemente matizado, pero no modificado en cuanto a su dirección fundamental, por las nuevas formas de producción del espacio urbano cuyo auge se advierte a partir sobre todo de los años noventa. Este resultado muestra dos tendencias claramente definidas: el predominio creciente de la vivienda independiente⁶ en propiedad en todos los niveles sociales y

⁶ En el Censo General de Población y Vivienda de 2000 se entiende por vivienda independiente la casa unifamiliar que posee entrada independiente, se encuentre o no localizada en un conjunto habitacional o condominio. En las áreas de clase media se trata de viviendas desarrolladas predominantemente en dos niveles; en conjuntos habitacionales generalmente de viviendas conocidas como "duplex"; y en los barrios populares de viviendas construidas generalmente en un nivel, aunque pueden contar con dos y hasta tres niveles.

la relocalización permanente de la población desde áreas más centrales a áreas menos centrales, periféricas o no en sentido estricto.

En lo que respecta al predominio de la vivienda independiente, de acuerdo con datos censales correspondientes al año 2000, para el conjunto de la ZMCM, ésta constituye, con 2,787,458 unidades, el 66.4 %, es decir las dos terceras partes de las 4,194,622 viviendas particulares existentes. Y, aunque los censos anteriores no registraron este dato, resulta muy claro que la expansión del área urbanizada, que no sólo se ha derivado del crecimiento de la población sino también de su relocalización intrametropolitana, ha sido al mismo tiempo el factor inductor de este predominio creciente. Porque, y esto nos remite a la segunda tendencia apuntada, por una parte la ciudad central (las cuatro delegaciones centrales) perdió entre 1970 y 2000 el 41.8 % de su población, al pasar de poco más de 2,900,000 habitantes en el primer año a poco más de 1,688,000 en el último. Por otra, porque con la excepción de algunas jurisdicciones cuyo urbanización ha respondido en buena medida a la implantación más o menos planeada de conjuntos habitacionales de interés social, en gran parte conformados por edificios de departamentos, todas las demás cuya urbanización se inició en los años cincuenta o posteriormente, tanto si se trata de delegaciones del Distrito Federal como de municipios conurbados, muestran proporciones de viviendas independientes significativamente superiores al promedio señalado.

Esto desde luego, puede ser objeto de

una lectura positiva, en el sentido de que estaría reflejando una tendencia universal a la suburbanización, facilitada por el desarrollo de la movilidad y la descentralización no sólo de la vivienda sino también del empleo, a través de la cual se realiza la aspiración cada vez más generalizada a la vivienda independiente. Pero, si en general es probable que estemos frente a un espejismo, no cabe duda que en el caso de la ciudad de México no hay casi nada o, muy poco de eso. No es posible abundar aquí al respecto, pero un ejemplo servirá para ilustrar la cuestión.

Consideremos el caso del municipio de Nezahualcóyotl, situado a unos pocos kilómetros al oriente del centro histórico. Con una población censal de 1,224,924 habitantes en el año 2000, este municipio es demográficamente hablando, la cuarta jurisdicción político-administrativa de la zona metropolitana. Se trata de una población semejante a la que en Europa corresponde a una “gran” ciudad. Sin embargo, no encontraremos casi nada en este municipio, nacido en los años sesenta como ciudad popular dormitorio, que nos haga recordar no digamos una “gran” ciudad europea, sino algunas capitales y ciudades de provincia mexicanas que, con una población considerablemente menor, cuentan en la actualidad con una oferta comercial y de servicios mucho más diversificada, así como con una imagen urbana, áreas recreativas, patrimonio arquitectónico y ofertas culturales enormemente superiores. Pero tampoco encontraremos nada semejante a los suburbios norteamericanos (centros comerciales, grandes áreas verdes, viviendas rodeadas por jardines, etc). En su lugar, encontramos en cambio una ur-

banización sumamente densa, en donde el coeficiente de construcción de los terrenos es notablemente alto, las áreas verdes son prácticamente inexistentes, una muy alta proporción de la población económicamente activa se desplaza para trabajar al Distrito Federal y, cuando cuenta con el tiempo y los recursos para realizar actividades recreativas, no encontrará casi nada en el propio municipio.

La paradoja reside en que mientras que gran parte de la ciudad producida después de los años cincuenta, ha tendido a replicar, desde luego con diferencias en las que no me puedo detener aquí, en su variante popular, el modelo de Nezahualcōyotl, y en su variante de clase media el del fraccionamiento planeado para segregar totalmente la función habitacional de las restantes funciones urbanas, la ciudad central que reúne todavía lo más destacado del patrimonio arquitectónico, cultural y urbano con que cuenta la metrópoli, ha venido perdiendo consistentemente población, un proceso que además parece estar haciéndose extensivo a otras cuatro delegaciones de la capital, las que colindan con las cuatro centrales al norte, al oriente y al sur⁷.

Podríamos invocar para explicarlo el impacto de procesos “globales”. Pero esta invocación no resiste una mínima aproximación comparativa. Otras mega ciudades, tanto en América Latina como en Europa e incluso Estados Unidos han venido experimentando, bajo condiciones diferentes, pero con algunos efectos muy

semejantes, los impactos de la llamada globalización, sin que ello haya significado la pérdida de población en la ciudad central. Para citar sólo casos latinoamericanos; Buenos Aires (la capital Federal), sigue teniendo los aproximadamente 3 millones de habitantes con los que cuenta desde hace décadas (Pérez, 1994: cuadro 4, p. 26) y; San Pablo sigue teniendo una amplia porción central, habitada sobre todo por las clases medias, que sólo hacia fines de los años ochenta ha manifestado cierta reducción de población (Caldeira, 2000:228-233).

Lo anterior no significa que en Buenos Aires y San Pablo no se adviertan síntomas semejantes a los que es posible observar en México, ya que también en estas ciudades se puede observar durante los últimos años el auge de las áreas residenciales cerradas, la rápida difusión de centros comerciales y recreativos planeados por el capital inmobiliario con una lógica transnacional y que tienden a producir burbujas que operan como dispositivos de segregación; la instalación de la cuestión de la seguridad y el discurso de la inseguridad y el miedo como inductores del repliegue de las clases media y alta sobre espacios asumidos como “seguros”, entre otros. Es decir, aunque en grados diferentes, y probablemente con efectos menos ostensibles en Buenos Aires que en San Pablo, también en estas ciudades se pueden percibir cambios en las prácticas urbanas asociados a procesos de reestructuración social, a nuevos modelos residenciales y nuevas formas de segre-

⁷ Las delegaciones G.A. Madero, Azcapotzalco e Iztacalco, perdieron en conjunto más de 105,000 habitantes entre 1990 y 2000, y la Delegación Coyoacán, cuya población todavía aumentó entre 1990 y 1995, perdió algo más de 15,000 habitantes entre 1995 y 2000.

gación urbana y al rápido aumento de la movilidad individual y de sus formas por medio del automóvil entre las clases medias y a cambios en las modalidades y los espacios de consumo y de recreación que tienden a redefinir la relación con el espacio público.

En todo caso parece importante explorar en qué medida este rasgo relativamente específico de la ciudad de México está asociado a la forma aguda en que en esta mega ciudad se manifiesta actualmente la

crisis del espacio público. La observación de los componentes fundamentales de esta crisis seguramente puede ayudar a entender mejor las tendencias en curso y a repensar en qué medida sigue siendo todavía la ciudad concebida como realidad abierta y como espacio público una alternativa a la ciudad amurallada de la que nos habla Teresa Caldeira, refiriéndose al caso de San Pablo, pero con el mismo propósito que anima estas páginas, de comprender tendencias observables en muchas otras ciudades (Caldeira, 2000).

El orden reglamentario urbano y la crisis del espacio público

Manteniéndonos en un plano comparativo, es evidente que lo que podemos denominar como crisis del espacio público, aparece asociado en todas partes, a nuevos problemas de integración social que se manifiestan de formas más agudas en las grandes ciudades y en particular, en las mega ciudades. Pero es más o menos obvio que estos problemas no han alcanzado en todas partes las mismas dimensiones y que se despliegan en contextos sociales y urbanos que presentan evoluciones muy dispares.

Por ejemplo, una parte de la periferia parisina ha adquirido las características de espacios de exclusión, y de acuerdo con las estadísticas disponibles, París parece estar experimentando un incremento considerable de acciones delictivas (*The Economist*, 11-17 de agosto de 2001) pero, con la excepción del fracasado modelo de los “grandes conjuntos” de vivienda social, continúa siendo en lo

fundamental una ciudad “abierta”, en la cual la suburbanización de las clases medias no constituye una forma de escapar de los “males” de la ciudad central, sino de las dificultades, en particular para las familias nucleares completas, de sufragar los costos monetarios de residir en ella. En contraste, Los Angeles, metrópolis del siglo veinte y referente original del concepto de “megalópolis”, desde el comienzo evolucionó como aglomeración policéntrica, impulsada por la utopía antiurbana de la ciudad fuera de la ciudad y del automóvil y la autopista como manifestación de las libertades americanas (Hall, 1996:cap. 9). Como contrapartida, en los años noventa se convirtió en paradigma de la ciudad segregada y de las murallas físicas y electrónicas (Davis, M., 1992, 1992a).

México, comparada con sus pares de América Latina, Buenos Aires y San Pablo, como hemos visto presenta en forma

relativamente temprana, un proceso de suburbanización que comprende, al igual que en Buenos Aires, pero a diferencia de San Pablo, tanto a los sectores populares como a las clases medias, pero que a diferencia de lo ocurrido en las mega ciudades sudamericanas está acompañado de la tendencia al abandono de la ciudad central por parte de las últimas por medio de un modelo que ha intentado ser una réplica del modelo de los suburbios norteamericanos.

Es muy probable que este proceso en parte tenga sus orígenes en el desarrollo de un imaginario urbano, o más bien suburbano, que dio sustento al recurso a los espacios residenciales socialmente homogéneos y monofuncionales como dispositivo de construcción física de las distancias sociales en un contexto urbano marcado durante varias décadas por migraciones masivas constituidas por una población mayoritariamente pobre proveniente del interior del país. En todo caso, este imaginario suburbano, parece haber tenido profundas consecuencias respecto de las formas de organización espacial y de gestión tanto de los espacios residenciales como de los espacios públicos. Cabe subrayar a este respecto que los espacios residenciales cerrados que en Buenos Aires y San Pablo se presentan como novedad en los años noventa (Caldeira, 2000: cap. 6; Fidel y Fernández, 1998), reconocen en México antecedentes considerablemente anteriores, ya que desde al menos los años setenta comenzaron a producirse “fraccionamientos” y conjuntos habitacionales de acceso controlado y desde mucho antes apareció, sobre todo en áreas más o menos centra-

les, lo que podríamos considerar como su réplica en pequeña escala, las llamadas originalmente “privadas” y actualmente “condominios horizontales”. Es decir, conjuntos de viviendas independientes que comparten un mismo acceso privado y que dependiendo de su tamaño y nivel económico cuentan también con ciertos equipamientos poseídos en copropiedad (condominio) como áreas recreativas, canchas de tenis, piscina, salón para fiestas, etc. Este modelo alcanza su apogeo en años recientes, ya que prácticamente todas las nuevas viviendas destinadas a las clases medias ofrecidas actualmente por la promoción inmobiliaria, incluidas las correspondientes a los nuevos “conjuntos urbanos” que han venido a sustituir a los fraccionamientos, son desarrolladas bajo esta modalidad o, en su defecto, constituyen departamentos en condominio horizontal, que cuando el nivel económico del proyecto lo permite, buscan interiorizar los espacios recreativos y diversos servicios personales. Igualmente, el proceso de renovación que se insinúa en algunas áreas centrales de la ciudad se apoya en gran medida en este modelo, a través de la utilización de los predios en los que existían residencias de gran tamaño para la implantación de pequeños condominios horizontales.

¿Cuál es la importancia de todo esto respecto de la cuestión abordada? Que es posible sostener que se trata de dispositivos que al mismo tiempo que constituyen una respuesta a lo que podemos considerar como una profunda crisis del orden reglamentario y cívico urbano, contribuyen a que la misma sea enfrentada a través de la balcanización o feudaliza-

ción de la gestión urbana. Veamos por qué.

Lo que denomino como orden reglamentario urbano, es aquella parte de las normas jurídicas, y por siguiete del armazón del Estado de derecho, en gran medida correspondiente a la jurisdicción administrativa y judicial local, orientada a regular no sólo la organización del espacio urbano, cuestión que cae normalmente en la esfera de la llamada “planeación urbana”, sino las características y el uso de los inmuebles privados, de los locales y equipamientos de uso público y los espacios públicos. Es decir, abarca, en una lista sin duda incompleta, aspectos tan variados como los reglamentos de tránsito, la regulación del transporte público, las características de las aceras, el uso, el equipamiento, el cuidado y vigilancia, de los parques, plazas y paseos, el mobiliario urbano, la altura de las edificaciones y las características de sus fachadas, las obligaciones de los particulares respecto la limpieza y cuidado de las aceras situadas frente a los inmuebles que habitan o que utilizan para diferentes fines, las actividades comerciales y de servicio que se desarrollan en la vía pública y el dónde, cómo y cuándo tales actividades podrán ser llevadas a cabo, las características de los anuncios publicitarios y comerciales que se ven desde el exterior o que están situados en vías públicas; los horarios de funcionamiento, las características, los requisitos y localización de los locales públicos destinados al consumo de alimentos y bebidas, la música, el baile, los espectáculos.

En este sentido, los usos y significados

actuales de los espacios públicos en la ciudad de México, no pueden ser entendidos sin tener en cuenta lo que podríamos denominar como crisis de la relación ciudadana con la cosa pública, y por consiguiente con los espacios públicos. De este modo, por una parte se observa el despliegue de un pseudo comunitarismo defensivo (y a veces muy agresivo) que en las áreas de clase media se expresa a través de reivindicaciones en torno a la defensa del entorno urbano inmediato, buscando la protección del valor de la propiedad, el control de las externalidades urbanas y la exclusividad de los espacios residenciales en tanto que dispositivo de distinción, a través de instrumentos como los planes de usos del suelo, y de lo que podríamos denominar como creciente “condominización de la ciudad”. Pero por otra, este recurso a dispositivos jurídico-urbanísticos, implica la paradoja de la apelación a instrumentos públicos como un medio para garantizar el valor de la propiedad y la calidad y seguridad de la vida privada, en un contexto de incertidumbre y de prescindencia generalizada respecto de la vigencia efectiva de las normas que regulan la organización del espacio urbano y los usos legítimos del espacio público, más allá del entorno urbano inmediato del lugar donde cada uno habita. Entorno que como acabamos de ver, puede reducirse y parece tender a reducirse progresivamente a la escala “condominial” o a la pretensión manifestada y, muchas veces realizada, de convertir en una suerte de condominio espacios residenciales que no lo son.

En estas tendencias convergen diferentes procesos y circunstancias: una es-

estructura social sumamente polarizada; modos específicos de percibir y enfrentar la cuestión de la inseguridad; actitudes depredadoras respecto de los espacios y los bienes públicos; ignorancia generalizada, aplicación limitada y serias omisiones y deficiencia de regulaciones urbanas básicas relativas a la circulación, los usos permitidos de las vialidades y aceras, la publicidad en la vía pública, los derechos y obligaciones respecto de los espacios públicos contiguos a la vivienda, entre otros. Así, prácticamente hacia cualquiera de las dimensiones del orden reglamentario urbano que dirijamos nuestra mirada, encontraremos, por una parte, que las regulaciones o bien presentan notables vacíos, u operan como letra muerta al haber sido ampliamente desbordadas por la generalización de prácticas que las ignoran. Y, por otra, que el espacio público es objeto de una gran diversidad de prácticas que lo deterioran, de las más diversas modalidades de apropiación para fines particulares y de diversas formas de privatización tanto por grupos de interés organizados como por colectivos vecinales.

Es imposible detenerse aquí en las múltiples manifestaciones de este fenómeno, pero lo que debe remarcarse es que tiene profundos impactos en la calidad del medio urbano y que sus manifestaciones más conspicuas contribuyen fuertemente a convertir el espacio público en un medio hostil, a través de una lógica sostenida en lo que Carlos Nino

ha denominado una “anomia boba” (Nino, 1992), es decir una situación en donde la ignorancia y ausencia de respeto y aplicación de las normas, en este casos las correspondientes a lo que he llamado el orden reglamentario urbano, determinan que todos los habitantes de la ciudad resultemos igualmente perdedores.

Esta situación presenta algunas manifestaciones particularmente conspicuas por la importancia y masividad de las actividades con las que están relacionadas. Es el caso del servicio concesionado de transporte público, cuyos microbuses y choferes han sido definidos con razón como uno de los “imaginarios malignos” de la ciudad (Mandoki, 1998) pero también del individualismo exacerbado, prepotente e invasivo exhibido por gran parte de los automovilistas de clase media⁸, el control absoluto ejercido sobre ciertas áreas, de la metrópoli, por el comercio en la vía pública; la explotación sin freno de ciertas externalidades urbanas por parte de restaurantes, bares, locales nocturnos y anunciadores de todo tipo; y las manifestaciones generalizadas del encapsulamiento residencial de las clases medias.

Cuando observamos desde una perspectiva de conjunto lo que resulta como imagen general del modo en que diferentes clases sociales se relacionan con la ciudad y con el espacio público, es lo siguiente.

⁸ En relación con el tráfico en la ciudad de México se puede afirmar, tal como lo hace Caldeira para San Pablo, que el mismo revela que la gente usa las calles de acuerdo con su particular conveniencia y no parece estar dispuesta a sujetarse a reglas generales o a respetar los derechos de los demás (Caldeira, 2000:316).

La movilidad consumo y en general la reproducción de las mayorías populares, ha sido objeto de soluciones, en gran medida de bajo costo, que tienen efectos muy definidos en la estructura y los usos del espacio urbano. La movilidad cotidiana estas mayorías (75 % de los viajes intrametropolitanos son realizados en transporte público) se resuelve a través de dos medios fundamentales. En primer término, un sistema de bajo costo (directo pero no social) de microbuses, que proporciona un servicio de transporte de gran flexibilidad y tarifas reducidas, pero de baja calidad e inseguro. Sólo en el Distrito Federal circulan 28,000 de estos microbuses, los cuales saturan las principales vialidades y no cumplen con reglas elementales como realizar las paradas en lugares preestablecidos. En segundo término, el metro, un sistema moderno, de buena calidad y de elevado costo, a través del cual se subsidia la movilidad de los sectores populares, diseñado sobre todo para facilitar la realización de trayectos largos, pero que al estar diseñado con distancias relativamente largas entre estaciones y baja conectividad entre las distintas líneas, salvo en el centro de la ciudad, desestimula su utilización para la realización de trayectos cortos, lo que ha contribuido a la proliferación del transporte de superficie, inclusive en los mismos recorridos de las líneas del metro.

A su vez el sistema de microbuses está vinculado, al proporcionar la movilidad a escala metropolitana, al desarrollo no planeado de extensas áreas habitacionales populares. Estas áreas, al mismo tiempo que son una solución a las necesidades habitacionales populares,

han limitado enormemente los intentos de organización espacial de la metrópoli, al generar áreas urbanas que vinculadas funcionalmente a la ciudad central, y a otras áreas urbanas concentradoras de actividades económicas, presentan una deficiente conectividad interna, así como fuertes limitaciones en cuanto a su conectividad con el resto de la ciudad.

Por otro lado, el desplazamiento urbano de las multitudes populares y sus reducidos niveles de ingreso, se articulan con una solución a los problemas de empleo, consistente en el uso intensivo y generalizado del espacio público como espacio para el desarrollo del comercio y los servicios populares, así como de una gran variedad de servicios informales dirigidos a las clases medias y relacionados en gran medida con el uso del automóvil (lavacoches, acomodadores, cuidadores, venta de artículos en los semáforos). Así, a escala metropolitana, alrededor de uno de cada cinco trabajadores tiene como lugar de trabajo el espacio público.

Esta presencia y uso intensivo de la ciudad y su espacio público por parte de los sectores populares, a su vez se vincula con las formas en que ha evolucionado la inserción en la ciudad de los espacios residenciales ocupados por las clases medias y la clase alta, así como con el uso y la relación que dichas clases tienen con la ciudad y en particular con los espacios públicos.

Como ya hemos mencionado, los espacios residenciales destinados a estas clases, son crecientemente organizados

o reorganizados como enclaves orientados hacia la homogeneidad social y hacen uso de diversos dispositivos de clausura respecto del espacio urbano circundante: fraccionamientos de acceso controlado, condominios de viviendas independientes cerrados hacia el exterior, áreas residenciales originalmente abiertas que incorporan dispositivos de cierre y control (barreras, rejas, casetas de vigilancia), procediendo de este modo a la privatización no sólo de las calles, sino incluso en muchos casos de equipamientos públicos, parques por ejemplo, que se encuentran dentro del área cuyo acceso ahora es controlado.

Al mismo tiempo estas clases abandonan crecientemente el uso peatonal de la ciudad y los espacios públicos “clásicos” (parques, plazas, calles comerciales), desarrollando sus actividades extradomésticas en espacios especializados en los cuales tienden a concentrar sus actividades de consumo y de recreación y en los que reencuentran la homogeneidad social de su espacio residencial y creen obtener una seguridad que perciben que la calle y los espacios públicos tradicionales no les ofrecen. Su vinculación con éstos cobra entonces un carácter puntual, por ejemplo acceder en automóvil hasta la puerta de un restaurante situado sobre una avenida, donde el vehículo será recibido por un servicio de “valet parking”.

Por supuesto, en la ciudad de México siguen existiendo espacios típicos de la

ciudad moderna, en los cuales convergen múltiples usos, actividades y grupos sociales⁹. Dichos espacios, situados fundamentalmente en la ciudad central, corresponden a lo que originalmente fueron los espacios residenciales de clase media y alta, a través de los cuales la ciudad se expandió desde principios de siglo hasta aproximadamente los años cuarenta. O que, como el centro de Coyoacán, al sur de la capital, fue originalmente un núcleo urbano que no formaba parte de la ciudad. Estos espacios típicamente modernos en el sentido señalado, pudieron evolucionar de este modo porque no fueron constreñidos por las regulaciones que bloquean la transformación de áreas residenciales producidas posteriormente, las cuales fueron ya concebidas como espacios puramente residenciales, al estilo de los suburbios norteamericanos, aún cuando en la actualidad ya muchos de ellos no poseen una localización periférica.

Tiende de este modo a definirse una determinada organización socio-espacial de los espacios residenciales de la mega-ciudad y una polarización de las prácticas relacionadas con su uso. Esta polarización expresa la organización de una coexistencia de los sectores populares con las clases medias y alta que implica que los primeros y sus prácticas tiendan a ser dominantes, con algunas excepciones importantes, en la calle y los espacios públicos tradicionales, y los segundos se desentiendan de ellos en la

⁹ Es importante enfatizar, sin embargo, que tales espacios destacan por ser muy pocos y estar permanentemente amenazados por los estragos que produce la “anomia boba” a la que hice referencia un poco más adelante.

medida que de acuerdo con sus prácticas sólo operan como lugares de tránsito en automóvil entre enclaves y locales de usos especializados y socialmente homogéneos.

Así, las clases medias y la clase alta tienden a replegarse sobre sus espacios residenciales y sobre espacios públicos bajo control privado socialmente segregados, adoptando una actitud indiferente respecto del espacio público “clásico”, salvo en lo que se relaciona con sus necesidades de desplazamiento. Tanto este repliegue como esta actitud indiferente tienen vastas consecuencias, porque implican que la ciudad en cuanto tal es asumida como una realidad ajena y en cierto modo irredimible y con ello sus apuestas fundamentales respecto de ella quedan reducidas al control del ámbito donde se localiza su vivienda, respecto del cual de

lo que parece tratarse para ellas es de limitar su carácter de espacio público.

Las clases populares por su parte, usan intensivamente el espacio público tradicional, colonizándolo a través de sus prácticas económicas, de movilidad, de consumo y de recreación. Imponen sobre ellos su propia estética, marcada por la ausencia de una cultura cívica que permita asumir lo público como propio y al mismo tiempo de todos, y por consiguiente como algo que debe ser respetado y cuidado. Esta actitud tiene su contrapartida en el individualismo anómico de las clases medias¹⁰, expresado en la actitud de primero yo, mi comodidad, mi libertad de movimiento y mi propiedad, las que se traducen en un conjunto de prácticas que resultan igualmente depredadoras y en formas de uso y apropiación del espacio público indiferentes al bien común.

Conclusiones

Junto con los procesos a los que he hecho referencia que estarían operando como factores inductores de los cambios observables en las prácticas urbanas, la antropología cultural ha enfatizado, el papel de los medios de comunicación electrónica y las nuevas tecnologías de la información, y la imposibilidad física para el habitante de las mega ciudades de contar con referentes comunes y de participar en la esfera pública, sino a través de estos medios, en el repliegue sobre la esfera doméstica de una amplia proporción de los ciudadanos (García Canclini, 1997,

1995). Sin embargo creo que existen buenas razones para sostener que estos efectos de *anclaje* en la esfera doméstica observables sobre todo en las clases populares y en una parte de las clases medias, y de extensión de la esfera privada en la esfera pública, a través del automóvil-cápsula, la privatización de los espacios residenciales y la recreación de los espacios públicos como lugares “rigurosamente vigilados”, no son el producto *directo* de los diversos procesos y tendencias invocados (polarización social, cambios en la movilidad y en las formas de

¹⁰ El concepto de individualismo anómico lo tomo de Girola, 2001.

consumo, papel de los medios electrónicos, etc.). Y no lo son porque están mediados por el tipo de respuestas que a través de las formas de producción del espacio urbano y de gestión de la ciudad, y en general, del orden urbano, se están dando a las nuevas circunstancias y de una crisis del orden reglamentario urbano cuyos orígenes son anteriores a tales circunstancias.

Es cierto que el espacio público ya no desempeña el papel que tenía hasta mediados del siglo pasado y que por consiguiente no se trata simplemente de lamentar los cambios sino de entender que los nuevos espacios públicos desempeñan funciones en muchos casos semejantes a las desempeñadas por los espacios públicos clásicos y, que al igual que estos, también guardan una estrecha relación con formas específicas de consumo. Por lo demás, podemos estar de acuerdo con García Canclini en que el “consumo sirve para pensar”¹¹.

Es cierto también que los medios electrónicos han suplantado en buena medida el papel de los espacios públicos como ámbito de participación en la esfera pública. Pero es también igualmente cierto que allí donde la organización espacial de las actividades urbanas y la vivienda y los dispositivos físico-espaciales que ofrece la ciudad, lo hacen posible, una parte significativa de la vida cotidiana, de la recreación y el disfrute de bienes culturales y de la sociabilidad sigue tenien-

do lugar en espacios públicos. Incluso en una ciudad como México, donde las costumbres y las distancias sociales tienden a valorizar el espacio privado como espacio de sociabilidad, se advierte no sólo una intensa y socialmente diversa apropiación, sino también un notorio “apetito” de espacio público. Pero ello ocurre precisamente en los pocos lugares donde la convergencia, en cierta medida fortuita, de una traza y una imagen urbanas propicias, la coexistencia de diferentes actividades y ofertas recreativas, culturales y comerciales y de públicos diversos y por lo mismo, la experiencia de sentirse seguro en el seno de la multitud, lo hacen posible. Hasta cierto punto, paradójicamente, estos escasos lugares en el sentido fuerte del término, en la medida que tienden a concentrar prácticas urbanas que, en un contexto urbano diferente estarían distribuidos en un gran número de lugares parecen tender, por saturación, a ser víctimas de su propio éxito.

Sin duda en un conglomerado urbano de 18 millones de habitantes si bien, tal como parecen mostrarlo algunas investigaciones recientes, no dejan de existir lugares y símbolos que operan hasta cierto punto como referentes urbanos compartidos de modo generalizado (véase Nieto, 1995), es imposible pretender que las prácticas urbanas estén estructuradas por medio de una jerarquía ordenada y fácilmente legible de centralidades y referentes espaciales. Es inevitable por consiguiente, que las experiencias urbanas de

¹¹ Luego de discutir diferentes formas de abordar los significados del consumo y su papel cultural y político, este autor concluye, con base en argumentos sin duda plausibles, que “... debemos admitir que en el consumo se construye parte de la *racionalidad integrativa y comunicativa de una sociedad*” (García Canclini, 1995:45).

los habitantes de la metrópoli, resulten múltiples y hasta cierto punto fragmentadas. ¿Pero debe esto necesariamente implicar el repliegue y la decadencia irreversible de las prácticas urbanas que se desenvuelven en el espacio público precisamente por ser espacio público? ¿La figura del ciudadano cosmopolita capaz de desenvolverse con soltura entre extraños y de aplicar las reglas inscritas en un saber práctico que podemos definir como el de la urbanidad y el civismo, será efectivamente una especie definitivamente en extinción? ¿Es que al ser expulsado de su “hábitat natural” por el temor y el desorden, habrá de replegarse necesariamente en el espacio privado de su casa o en el privatizado de su seudo comunidad o de los espacios comerciales de uso público en los cuales “la casa se reserva el derecho de admisión”?

En todo caso no debemos engañarnos, como ya lo planteó la sociología desde comienzos del siglo pasado: la gran ciudad y, en general la ciudad moderna, es la negación histórica de la comunidad basada en el terruño, el apego a lo conocido y familiar y el rechazo del extraño. Sustituir la experiencia de la modernidad urbana por la de feudos residenciales amurallados, guetos populares abando-

nados a su propia suerte por el Estado, y espacios monofuncionales del capital, sin duda es una posibilidad, pero no la única. ¿Pero acaso será que como parecen inducimos a pensar sociólogos como Castells, la sociedad de la información trae consigo la construcción de una ciudadanía global y de comunidades virtuales que existen en el espacio de los flujos y pueden prescindir del espacio de los lugares, en tanto que los nuevos desheredados, los puestos a un lado por la globalización, habrán de permanecer aferrados a lugares crecientemente desvalorizados y a la pantalla brillante del televisor? (cfr. Castells, 1998: cap. VI). Creo que se trata de una visión extremadamente hiperbólica de la última modernidad. El espacio de los lugares sigue siendo tan importante como siempre, incluso para la organización de las redes electrónicas y, tanto para los ricos como para los pobres.

La respuesta a la pregunta sobre la extinción del ciudadano cosmopolita debería ser por consiguiente un contundente no y lleva implícita una apuesta en sentido contrario. ¿O acaso es posible suponer que ciudades amuralladas puedan ser un medio propicio para la construcción de sociedades abiertas y plurales?

Referencias bibliográficas

AMENDOLA, Giandomenico. *La città post-moderna*. Bari: Laterza, 1997.

BALDWIN, Peter. *Domesticating the Street. The Reform of Public Space in Hartford,*

1850-1930. Columbus: Ohio State University Press, 1999.

BECK, Ulrich. *La sociedad del riesgo*. Barcelona: Paidós, 1998 (1986).

- BECK, U.; GIDDENS, A.; LASH S. *Modernización reflexiva. Política, tradición y estética en el orden social moderno*. Madrid: Alianza Universidad, 1997 (1994).
- BOLSTANKI, L.; CHIAPPELLO, È. *Le Nouvel Esprit du Capitalisme*. Paris: Gallimard, 1999.
- BOURDIEU, Pierre. Effets de lieu. In: BOURDIEU et al. *La Misère du Monde*. Paris: Editions du Seuil, 1993.
- BORJA, J.; CASTELLS, M. *Local y global. La gestión de las ciudades en la era de la información*. Madrid: Taurus, 1997.
- CALDEIRA, Teresa P.R. *City of Walls. Crime, Segregation, and Citizenship in São Paulo*. Los Angeles, Berkeley: University of California Press; London, 2000.
- CAPRON, Guénola. Les centres commerciaux à Buenos Aires. *Les Annales de la Recherche Urbaine*, n. 78, mar. 1998.
- CASTEL, Pierre. *Les métamorphoses de la question sociale*. Paris: Folio, 1995.
- CASTELLS, Manuel. *La société en réseaux. L'ère de l'information I*. Paris: Fayard, 1998 (1996).
- CASTELLS, M.; HALL, P. *Technopoles of the World: The Makings of 21st Century Industrial Complexes*. London: Routledge, 1994.
- CORNEJO, Ines. *El centro comercial Santa Fe, practicas e imaginario*. Ponencia presentada al Congreso de culturas y ciudades contemporaneas ENAH, oct. 2000. Mimeo.
- CHAMPAGNE, Patrick. La vision d'État. In: BOURDIEU et al. *La Misère du Monde*. Paris: Editions du Seuil, 1993.
- _____. La vision médiatique. In: BOURDIEU et al. *La Misère du Monde*. Paris, Editions du Seuil, 1993a.
- DAVIS, Mike. *City of Quartz*. New York: Vintage Books, Random House, 1992.
- _____. Fortress Los Angeles: The Militarization of Urban Space. In: SORKIN, M. (Ed.). *Variations on a Theme Park. The New American City and the End of Public Space*. New York: Hill and Wang, 1992a. Departamento del Distrito Federal, Setravi. *Encuesta de Origen y Destino*. México: DDF, 1994.
- DUHAU, Emilio. Estado benefactor, política social y pobreza. *Sociológica*, año 10, n. 29, 1995.
- _____. *Hábitat Popular y Política Urbana*. México: Ed. M. M. Porrúa/UAM-A, 1998.
- DUHAU, Emilio; GIROLA, Lidia. La ciudad y la modernidad inconclusa. *Sociológica*, año 5, n. 12, 1990.
- FIDEL, C.; FERNÁNDEZ, G. *La producción de ciudades abiertas con fronteras internas, el caso de la Argentina en los noventa*. Ponencia presentada en el seminario El Nuevo Milenio y lo Urbano, Buenos Aires: Instituto Gino Germani, UBA, nov. 1988. Gamboa de Buen. *Ciudad de México, una visión*. México: FCE, 1994.
- GARCÍA, B.; PUEBLA, C. El Infonavit en el contexto de las políticas habitacionales.

In: SCHTEINGART y GRAIZBORD. (Coord.). *Vivienda y Vida Urbana en la Ciudad de México. La Acción del Infonavit*. México: El Colegio de México, 1998.

GARCÍA CANCLINI, Nestor. *Consumidores y Ciudadanos. Conflictos multiculturales de la globalización*. México: Grijalbo, 1995.

_____. La ciudad espacial y la ciudad comunicacional: cambios culturales en los noventa. In: EIBENSCHUTZ, Hartman. (Coord.). *Bases para la planeación del desarrollo urbano de la ciudad de México. Economía y sociedad en la metrópoli*, México: Ed. M.A. Porrúa/UAM-X, 1997. Tomo I.

_____. *La Globalización Imaginada*. Buenos Aires: Paidós, 1999.

GIGLIA, Angela. Vecinos e instituciones. Cultura ciudadana y gestión del espacio compartido. In: GARCÍA CANCLINI. (Coord.). *Cultura y comunicación en la ciudad de México*. México: Primera Parte, Editorial Grijalbo, 1998.

_____. Los espacios residenciales cerrados: el caso de la Villa Olímpica. In: PORTAL, María Ana. (Ed.). México: Flacso, 2001.

GILBERT, Alan. Land, Housing, and Infrastructure in Latin America's Major Cities. In: GILBERT, A. (Ed.). *The Mega-city in Latin America*, United Nations University Press. Tokyo; New York; Paris, 1995.

GIROLA, Lidia. *Anomia e Individualismo en el Pensamiento Sociológico Clásico y Contemporáneo*. México, 2001. Mimeo.

GOFFMAN, Erving. *Behavior in Public Places*. Chicago: University of Chicago Press, 1963.

HALL, Peter. *Cities of Tomorrow*. Updated Edition. Malden, Mass.: Blackwell Publishers, 1996.

HARVEY, David. *The Condition of Postmodernity*. Cambridge, Mass.: Basil Blackwell, 1989.

JACOBS, Jane. *The Death and Life of Great American Cities*. New York: Vintage Books, 1992 (1961).

LASH, Scott. *Sociología del Posmodernismo*. Buenos Aires: Amorrortu, 1997 (1990).

LASH, Scott; URRY, John. *Economías de Signos y Espacio. Sobre el capitalismo de la posorganización*. Buenos Aires: Amorrortu, 1998 (1994).

LOGAN, J. R.; MOLOTCH, H. L. The City as a Growth Machine. In: FAINSTAIN, S.; CAMPBELL, S. (Ed.). *Readings in Urban Theory*. Oxford, U.K.: Blackwell Publishers, 1993 (1987).

LÓPEZ SAAVEDRA, N.; TORRES JIMÉNEZ, Ricardo. *Una nueva ciudad: Cuatitlán Izcalli*. México, 1984. Tesis (Licenciatura en Sociología) – Universidad Autónoma Metropolitana, Azcapotzalco.

MANDOKI, Katia. Desarraigo y quiebre de escalas en la ciudad de México. Un problema de Semiosis y estética urbana. *Anuario de Espacios Urbanos*, 1998.

MONNET, Jerome. Espacio público, comercio y urbanidad en Francia, México y Esta-

dos Unidos. *Publico-privado: la ciudad desdibujada*, *Alteridades*, año 6, n. 11, 1996.

MUMFORD, Lewis. *The City in History. Its Origin, its Transformations and its Prospects*. New York: Harcourt Brace Jovanovich, 1961.

NIETO, Raul. Experiencias y prácticas sociales en la periferia de la ciudad. In: GARCÍA CANCLINI. (Coord.). *Cultura y Comunicación en la Ciudad de México*. México: Primera Parte, Editorial Grijalbo, 1998.

NINO, Carlos S. *Un país al margen de la ley*. Buenos Aires: Ed. Emecé, 1992.

PIREZ, Pedro. *Buenos Aires Metropolitana. Política y gestión de la ciudad*. Buenos Aires: Centro Edito de América Latina; Centro de Estudios Sociales y Ambientales, 1994.

ROSALES ORTEGA, Rocío. (Ed.). *Globalización y regiones en México*. México: PUEC-UNAM/M.A. Porrúa, 2000.

RAMÍREZ KURI, Patricia. Coyoacán y los escenarios de la modernidad. In: GARCÍA CANCLINI. (Coord.). *Cultura y comunicación en la ciudad de México*. México: Primera Parte, Editorial Grijalbo, 1998.

ROLNIK, Raquel et al. *São Paulo: Crise e Mudança*. São Paulo: Brasiliense, 1990.

SASSEN, Saskia. *The Global City: New York, London, Tokyo*. Princeton: Princeton University Press, 1991.

_____. *Globalization and its Discontents*. New York: The New Press, 1998.

SCHTEINGART, Martha. *Los Productores del Espacio Habitable. Estado, empresa y sociedad en la Ciudad de México*. México: El Colegio de México, 1989.

SENNET, Richard. *The Fall of Public Man*. New York: W. W. Norton & Company, 1992 (1977).

SIMMEL, Georg. Digresión sobre el extranjero. *Sociología*, Madrid: Revista de occidente S.A., p. 716-722, 1977 (1908). Estudios sobre las formas de socialización.

SJOBERG, Gideon. *The Preindustrial city. Past and present*. Glencoe, Illinois: Free Press, 1960.

SMITH, Neil. Gentrification, the Frontier, and the Restructuring of Urban Space. In: FAINSTAIN, S.; CAMPBELL, S. (Ed.). *Readings in Urban Theory*. Oxford, U.K.: Blackwell Publishers, 1993 (1986).

SQUIRES, Gregory D. Partnership and the Pursuit of the Private City. In: FAINSTAIN, S.; CAMPBELL, S. (Ed.). *Readings in Urban Theory*. Oxford, U.K.: Blackwell Publishers, 1993 (1991).

TENORIO, Mauricio. L'idéal de la modernité: Mexico 1910: le rêve du dictateur. In: MONNET, J. *L'urbanisme dans les Amériques*. Paris: Karthala, 2000.

THE ECONOMIST. *Watch your wallet*, 17 ago. 01. p. 41-42.

THUROW, Lester C. *El Futuro del Capitalismo*. Buenos Aires: Javier Vergara Editor, 1996.

WACQUANT, Loïc. *Les prisons de la misère*. Paris: Ed. Raison d'agir, 1999.

WEBER, Max. *La ville*. Paris: Aubier Montaigne, 1982 (1947).

YOUNG, Iris M. *Justice and the Politics of Difference*. Princeton: Princeton University Press, 1990.

Resumo

O espaço público das grandes metrópoles latinoamericanas é o *locus* de uma forma específica da crise da moderna ordem urbana. Nessas metrópoles, a crise, por um lado, combina os limites encontrados pelo modelo social, econômico, político e urbano de integração da população prevalente até os anos setenta do século XX (a modernidade inconclusa), com os efeitos sociais e urbanos da economia política de uma globalização periférica, e, por outro, mostra, como assinalou recentemente a antropóloga Teresa Caldeira, uma disjunção entre o processo político de democratização e a construção de cidades com muros. Essa disjunção é explorada no caso da Cidade do México como um processo de fortalecimento material e simbólico das desigualdades sociais e de planejamento organizado da segregação, meios perversos de enfrentar o colapso da ordem urbana cívica e estatutária.

Palavras-chave: metrópoles, modernidade, espaço público.

Abstract

This paper addresses the issue of public space in large Latin American metropolis, as a specific form of crisis of the modern urban order. To this regard, the author states that in those metropolis, this crisis, on one hand, combines the limits faced by the social, economic, political and urban model of population integration prevailing until the seventies of the XX century (unfinished modernity), with the social and urban effects of the political-economy of a rather peripheral globalization. But, on the other hand, it shows, as the Brazilian anthropologist Teresa Caldeira has recently pointed out, a disjunction between a process of political democratization and the building of walled cities. This latter, taking as main concern the case of Mexico city, is explored in the paper as a process of material and symbolic strengthening of social inequalities and of planned organization of urban segregation, perverse ways of confronting the collapse of the civic and statutory urban order.

Keywords: metropolis, modernity, public space.

Recebido para publicação em julho de 2001

Emilio Duhau é professor do Departamento de Sociologia da Universidad Autónoma Metropolitana, Azcapotzalco, México.

Tempo-espaço-ambiente: para uma nova episteme*

Frederico Guilherme Bandeira de Araujo

Introdução

Este texto tem como plano de frente o saber sobre os homens. Diz respeito aos modos de conhecimento das suas relações entre si e com o meio, no contexto da modernidade radicalizada, visando a apresentar idéias que possam servir de fundamento a narrativas das práticas contemporâneas, para enfrentá-las na plenitude de suas complexidades. O caráter profundo das amplas transformações em vigor – ainda que condicionado pelos marcos do modo de produção capitalista, agora não mais restrito ao território que antes convencionou-se chamar de “ocidente” – objetiva-se por meio de mudanças na capacidade de manipulação dos

materiais, nos modos técnicos e organizacionais de produzir, na divisão técnica e social do trabalho, nas formas e modos de circulação e consumo, nos modos e na velocidade das trocas comunicacionais, no arranjo e nos mecanismos de conservação do poder internacional e no interior de cada nação, no caráter da globalização dos diversos tipos de relações e valores, na configuração das subjetividades, no sentido da criação artística, e, em especial, objetiva-se também pela crescente aceleração do próprio processo de transformação. Isso tudo importa em vivências temporais e espaciais drasticamente distintas das até então experimen-

* Este texto é baseado, em parte, na tese de doutorado *Saber sobre os homens, saber sobre as coisas: história e tempo, geografia e espaço, ecologia e natureza*, defendida pelo autor em maio de 1997 na COPPE / UFRJ.

tadas pelos homens; da mesma maneira, e talvez em sentido mais dramático, corresponde ainda, pelo domínio adquirido sobre os processos genéticos e sobre as formas de existência da matéria, a uma experiência demiúrgica em relação aos viventes e às coisas inanimadas, porventura, em relação ao próprio Universo. As modalidades de saber sobre os homens vigentes na alta modernidade mostram-se em estranheza com essas novas vivências de tempo, de espaço e do mundo das coisas, o que torna a episteme que rege esse saber, em si, um objeto problemático contemporâneo.

O caráter das idéias que serão apresentadas adiante não é o de novos cânones, nem seus eventuais conjuntos e respectivas articulações devem ser supostos como organizadores de uma nova episteme no sentido tradicional do termo, ou seja, enquanto quadro rígido de dogmas fundamentais, princípios lógicos de relação e hipóteses operativas. Por esse motivo, denominamos o referencial ao saber que compõe essas idéias de “episteme não-canônica”. Cada idéia aí, então, não deve ser entendida como mais do que uma alusão possível, ou, talvez mais nitidamente, como mais do que uma pista – instigante, fértil, múltipla e problemática em si mesma – às narrativas sobre um objeto compreendido por princípio como opaco e, por conseguinte, abordado necessariamente como pura superfície. São instrumentos praticáveis às fugidias

demarcações regionais nos jogos de legitimação dos valores, dos juízos e do saber no mundo hodierno. Assim, não conformam totalidade fechada, muito menos arranjo perene; a escolha em meio às possibilidades de cada idéia e a consequente configuração, pelo conjunto das opções tomadas, de determinado quadro gnosiológico, têm validade apenas localizada, regional, no tempo-espaço.

O método utilizado para a construção teórica das idéias em pauta tem, como vetor primário, o olhar inquiridor sobre as próprias práticas às quais busca-se oferecer elementos descritivos. Esse olhar, todavia, olhar da cultura, não seria capaz de extrair nada novo desse exercício, caso, em primeira instância, não estivesse criticamente distanciado dos dogmas que cristalizaram os juízos do saber sobre os homens na alta modernidade e, ao mesmo tempo, não estivesse municiado da fertilidade do ideário especulativo fermentado em outros campos do conhecimento. Isso evidentemente não é uma inovação, basta lembrar a singular posição das ciências humanas no “*triedro dos saberes*” de Foucault e a prática de importação conceitual identificada historicamente por esse autor¹. Assim, tendo por referência genérica toda a bagagem da cultura ocidental é que se constitui o olhar com que buscamos fundamentar idéias a essa “episteme não-canônica”, em compatibilidade com o devir humano dos dias que correm. Tomamos como inspiração mais

¹ Existe ampla literatura sobre a problemática do liame entre ciência e filosofia. Queremos aqui destacar, no entanto, ante os aspectos particulares do tema a que nos referimos nesta passagem, além do trabalho citado de Michel Foucault, o artigo/conferência de Alexandre Koyré intitulado “Da influência das concepções filosóficas sobre a evolução das teorias científicas” (Koyré, 1991).

imediatas, todavia, concepções oriundas da ciência das coisas que se apresentam em ruptura com o padrão construído pela Revolução Científica e, ao mesmo tempo,

as críticas que se erigem em contraposição às modalidades historicistas do saber sobre os homens. Enfrentemos o desafio.

Idéias para uma “episteme não-canônica”

Práticas contemporâneas, o tempo, o espaço

Da sistematização das práticas contemporâneas podemos pinçar os seguintes tópicos relacionados de modo mais direto e objetivo a vivências inovadoras relativas ao tempo, ao espaço e às coisas.

A criação artística predominante nos tempos atuais, contrapondo-se ao padrão hegemônico na alta modernidade, é marcada pela rejeição a qualquer caminho de deslindamento de algum suposto absoluto, visto que, por princípio, nega toda e qualquer essência e totalidade. É uma linguagem simbólica que ressalta as diferenças, os fragmentos, e os superpõe em colagem. Como não há essência a ser revelada, mas apenas “dobras”, “texturas”, “cores”, “temperaturas” daquilo que é exclusivamente superfície, sem determinação pretérita e destino sinalizador do futuro, cada criação é por natureza aberta; os significados emergem no ato de confronto do observador com a obra, não estão dados previamente e não permanecem a partir daí à guisa de universais. Isso proporciona uma experiência temporal exclusiva ao momento vivido e, em termos de espaço, uma experiência de descontinuidade, de acidente, de rele-

vo, de textura, de não-direção privilegiada, de caleidoscópio de infinitas possibilidades.

Sobre o tópico do poder, saltam imediatamente aos olhos a drástica transformação representada pelo fim da utopia socialista enquanto experiência em prática e a associada quebra da bipolaridade sob a qual se estruturava a política mundial a partir do Pós-Guerra. Nesse mesmo campo temático, embora observando-se a permanência formal de organismos estatais vinculados a territórios singulares de escala variada, não se pode deixar de constatar um nítido enfraquecimento do papel que essas instituições políticas cumpriram na alta modernidade, paralelo à emergência e ao crescimento do significado de entidades político-econômicas multinacionais, e à proliferação e ao alargamento vertiginoso das áreas de atuação, dos objetivos e da importância de organizações empresariais transnacionais. Isso corresponde, no que tange ao nosso escopo, a certa diluição das fronteiras entre as bases territoriais dos estados-nação e entre seus recortes político-administrativos internos.

No âmbito particular da sociedade civil há, de modo similar, um enfraquecimento do papel disseminador e legitima-

dor do poder cumprido por estruturas tradicionais – família, escola, partido, sindicato –, por sua vez tendo como dupla contraface tanto a emergência de entidades reivindicadoras de cidadania, a expressar novas e velhas subjetividades, mas sob formato organizacional não ligado imediatamente à relação entre capital e trabalho, quanto o florescimento como processo de largo espectro de modos informativos e normativos de disseminação indiscriminada (mídia de massa). Em paralelo – todavia como processo ainda mais recente e em aceleradíssima dinâmica de mudanças de qualidade, possibilidade técnica e abrangência –, eclodem meios informáticos de comunicação, capazes de tornar cada indivíduo um ser além-fronteiras, desde que esteja em sintonia com as possibilidades do mundo hodierno; portanto, para o que importa neste trabalho, que esteja devidamente amalgamado a seu álter maquinal, seu *personal computer*, por sua vez conectado às infovias.

Na esfera do trabalho, os modelos organizacionais flexíveis, as modalidades *just in time* e *lean production*, a fragmen-

tação global da atividade produtiva, associados a uma tecnologia que rapidamente está abandonando o antigo padrão analógico da divisão fordista-taylorista dos tempos e movimentos – cuja essência é a série sucessiva singular e constante – por um padrão correspondente de caráter digital – cuja essência é a multiplicidade simultânea e inconstante –, fazem com que o tempo das máquinas clássicas, do operário, das fábricas, típico da Revolução Industrial e mensurável pelo relógio mecânico, até bem poucos anos passados, tempo padrão do agitado viver moderno, seja agora confrontado pelo tempo do computador, do trabalhador do imaterial², da Internet, cujo padrão de mensuração é a “instantaneidade” ilusoriamente criada pela comunicação e pela operação de informações à velocidade da luz.

A experiência artística e a situação de traspasse dos limites territoriais associado ao enfraquecimento dos Estados, assim como as situações configuradas pelo advento da mídia de massa, das modalidades flexíveis da atividade produtiva e do largo uso de sistemas informacionais, proporcionam novas vivências

² Denominamos “trabalhador do imaterial” o trabalhador que realiza “trabalho imaterial”, noção, como esclarece Giuseppe Cocco (1995, p. 97. Grifo do autor), referente a uma atividade produtiva comunicativo-relacional “que, por um lado, leva em conta o processo de desmaterialização do trabalho e dos produtos e, por outro lado, enfatiza a *dimensão cooperativa e conflitual* (...) O trabalho desmaterializado, o trabalho imaterial aparece como fruto (...) da marginalização do trabalho repetitivo taylorista cuja dimensão coletiva é abstraída na maquinaria e (...) da afirmação do trabalho como capacidade de intervenção sobre as relações sociais. Um trabalho cuja dimensão coletiva tornou-se, de novo, concreta, independente da maquinaria. Yves Clot explica como, de fato, as performances da maquinaria dependem da subjetividade do trabalhador (e não mais da sua submissão a ela) até determinar uma patologia ansiosa, uma extensão – dolorosa porque não reconhecida – do esforço (imaterial) de produção ao tempo da vida como um todo.” Sobre o tema, ver Corsani, A.; Lazzarato, M.; Negri, A. *Le bassin de travail immatériel (B.T.I.) dans la métropole parisienne*. Paris: L’Harmattan, 1996; e Marazzi, C. *La svolta linguistica dell’economia e i suoi effetti nella politica*, Bellinzona: Casa Grande, 1994.

de tempo e espaço. A ruptura que cada um desses tipos de vivência propicia tem seu conteúdo qualificado sob a égide do padrão digital; nele, ou a partir dele, tradicionais noções, como as de duração, de sucessão, de distância, de forma e de presença, não mais se sustentam.

Nesse contexto, o *ethos* global desde sempre presente no capitalismo está mudando de qualidade, reiterando a desqualificação territorial do poder apontada. A globalização contemporânea – da economia, dos valores, dos saberes – é menos uma problemática de abrangência quantitativa, geográfica – afinal de contas, ainda que em formas, em intensidades e em modos variados, os padrões capitalistas espriam-se hoje por todo o planeta –, que uma questão da natureza singular da relação das partes entre si e com o todo. Agora, o que era um todo recortado em partes explode em miríades de fragmentos, sendo cada uma dessas unidades não mais apenas seção que, em somatório, compõe determinado conjunto. Em acepção distinta, cada uma *contém* esse conjunto, *é* esse conjunto, no sentido de que somente existe e se transforma em referência e tensão com o arranjo do qual *é* constituinte. Os *loci* das positivações, das afirmações soberanas, assim, deixam de ter a forma de recorte territorial especificado a partir de si, de sua interioridade, por contraposição a seu “fora”. O poder situa-se da mesma maneira, portanto, em todo e nenhum lugar; sua efetividade tem como eixo a articulação de escalas. As regiões de fragmentos configuradas nesse contexto escapam à necessidade férrea da contigüidade. As identidades e diferenças que podem espe-

cificá-las em grande parte não mais se mostram constrangidas por impedimentos relativos à distância; têm caráter essencialmente topológico. A globalização capitalista hodierna, além disso, não trata apenas de algo que diz respeito exclusivamente ao espaço, mas mergulha duplamente no tempo exacerbando o presente. Procura livrar-se das amarras com o passado por meio da imposição de padrões globais³ permanentemente recriados de forma descomprometida com o então vigente, tanto quanto visa a “eternizar” o momento atual negando qualquer novidade essencial posterior – o futuro *é* aqui, *é* agora, *é* sempre – no mesmo compasso que, incorporando uma *ratio* oriunda do ecologismo, açambarca o tempo vindouro através de uma utopia tornada atual, em cada instante, por intermédio da intenção concernente ao apregoado compromisso de “sustentabilidade” com as gerações que virão. Nesse contexto de privilégio quase que absoluto do tempo presente e de requalificação do espaço, as modalidades modernas de planejamento estratégico global e de planejamento territorial revelam-se anacrônicas e, em conseqüência, têm sido abandonadas em nome de uma prática reguladora, de ajuste, instantânea e constante, imaginada para ser realizada por intermédio da própria dinâmica do mercado globalizado. Os significados singulares de certos recortes espaciais e temporais atribuídos em consonância com as práticas da alta modernidade – respectivamente, por exemplo, os significados de: cidade, região e território nacional; passado, presente e futuro – tendem também a se mostrar inadequados.

³ Referimo-nos a padrões produtivos, de consumo, culturais etc.

  destacável ainda nas práticas contemporâneas o fato de o caráter de cada objeto, de cada processo, enfim, o caráter do mundo globalizado, ser fortemente marcado por determinada impregna o “técnica-científica-informacional”⁴. O conjunto de coisas distintas do *self* humano não deixa de continuar a ser predominantemente apropriado como recurso econ mico viabilizado por determinado padrão técnico-científico, em prosseguimento ao modo consagrado com a modernidade. Mas agora a técnica deixa de ser simplesmente um meio que permite o uso dos materiais enquanto coisas dadas, transfigurando-os em recursos; torna-se também, com o caráter expandido apontado anteriormente, modo necessário e primordial de institui o das próprias coisas enquanto tais. A solidez da separa o entre o que era visto como existente aut nomo, natural, e o artifício apresenta-se quebrada pelo alcance e a profundidade da interven o humana na estrutura e nos processos do mundo das coisas. Além disso, a impregna o aludida faz com que as mãos, os cora es e as mentes que “se apropriam” dos materiais não diretamente trabalhados, não mais neles distinguam, metodológica e gnosiol gicamente, qualquer sentido específico próprio, isolado do contexto. Tudo transcorre como se os existentes “naturais” fossem amálgamas indissolúveis: ao mesmo tempo todos os valores e tensões sociais a eles asso-

ciados, todas as quantidades verificadas e imaginadas, todas as propriedades testadas e concebidas, todas as teorias que os descrevem, todas as fórmulas matemáticas capazes de traduzir essas teorias em suas múltiplas facetas, todas as formas e modos concernentes às manipula es possíveis e supostas, todas as imagens associadas a essas formas e modos, todos os correspondentes números e combina es de *bits* que traduzem tudo isso em informa o digital disponível, todo o espectro de distribui o dessa informa o.   claro que, na a o, cada agente, em fun o de seu escopo e de condicionantes circunstanciais, opera seletivamente em meio a esse conjunto do que cada coisa “ ”; mas a síntese sinérgica de todas as facetas nunca deixa de ser o referencial subjacente.

Questões atuais do saber sobre os homens

A análise dos eixos de mudança no  mbito das práticas sociais contemporâneas acima abordados – referentes particularmente   cria o artística, às rela es de poder,   globaliza o da economia e da cultura, e   base técnico-científica – permite afirmar que essas práticas, no que aportam de novidade⁵ e pelas conseqüentes vivências que produzem, estabelecem certos campos problemáticos em rela o

⁴ A no o   do geógrafo Milton Santos (1993).

⁵ A observa o   necessária para destacar, mais uma vez, que não compreendemos as práticas efetivamente realizadas na atualidade como exercício *puro* de novas formas e modos de a o social e técnica, mas como resultantes da tensão viva entre a resistência do velho, do cristalizado, do experimentado, e o ímpeto arrebataador da inova o. Por conseguinte, não consideramos válida qualquer reflexão sobre as experiências hodiernas que despreze de forma absoluta os termos de referência antes instituídos.

ao modo de saber sobre os homens hegemônico na alta modernidade. Dois desses campos nos parecem traduzir ampla e essencialmente o ponto principal da questão. O primeiro, mais genérico, diz respeito ao tópico do próprio caráter específico do saber sobre os homens, expressando as questões decorrentes da *débâcle* das grandes narrativas de legitimação e, ao mesmo tempo, trazendo à baila as contradições relativas ao esvaimento da dicotomia diferencial entre artifício e não-artifício, e das correspondentes metonímias de artifício com cultura e de não-artifício com natureza. O outro campo polariza-se no tópico mais circunscrito do conteúdo das afirmações referentes ao par presença/ausência enquanto metonímia do par inclusão/exclusão, sintetizando os paradoxos relacionados ao tempo e ao espaço.

Do campo problemático primeiramente indicado, o tema da legitimação do saber na modernidade radicalizada não constituindo foco central nas preocupações que norteiam este trabalho, queremos apenas deixar claro nosso entendimento cultural

do saber e nossa proximidade com a visão lyotardiana, no que aponta a ruína das metanarrativas modernas como falência da razão enquanto seu (das metanarrativas) sustentáculo por excelência e no que indica, como caminho de superação do impasse, a legitimação através do confronto das “pequenas narrativas” em jogos paralógicos, jogos em que mesmo as regras permanecem em constante disputa e nos quais não há, como idéia mestra subjacente, a necessidade de “vitória” por eliminação dos contrários. Associamos a essas idéias a de que o saber não só é uma elaboração cultural em termos gerais, mas é uma elaboração erigida especificamente como símbolo⁶. Ou seja, esse saber não nega em absoluto a existência efetiva do mundo, mas parte do princípio da impossibilidade da constituição de elementos de juízo que permitam qualquer afirmação sobre o sentido absoluto de verdade das apresentações narrativas. Isso tampouco é uma fenomenologia que aceita a impossibilidade do conhecimento diante das coisas em si, mas flui sem agravos em meio à supostamente deslindável verdade do aparente fenomênico⁷.

⁶ Adotamos a nomenclatura usual na antropologia americana, oposta à de Saussure. Objetivamente, então, neste texto: *símbolo* é a elaboração arbitrária; *signo*, a motivada (Sahlins, 1979, cap. 2, especialmente p. 72, nota 1).

⁷ Referimo-nos à fenomenologia de base husserliana. Essa teoria opera uma “suspensão de juízo” sobre o mundo das coisas de modo a realizar o que denomina de “redução fenomenológica”. O mundo resultante dessa operação é então passível de uma fenomenologia, ou seja, é passível de conhecimento. Como explica Mora (1994, p. 1.240), a redução referida não significa negação da realidade, mas a abstenção de juízos sobre a existência espaço-temporal do mundo. “El método fenomenológico consiste, pues”, diz aquele autor, “en reconsiderar todos los contenidos de conciencia. En vez de examinar si tales contenidos son reales o irreales, ideales, imaginarios, etc., se procede a examinarlos en cuanto son puramente dados. Mediante la epojé (a suspensão aludida) le es posible a la conciencia fenomenológica atenerse a lo dado en cuanto tal y describirlo en su pureza. Lo dado no es en la fenomenología de Husserl lo que es en la filosofía trascendental (um material que se organiza mediante formas de intuición y categorías). No es tampoco algo ‘empírico’ (los dados de los sentidos). Lo dado

Na concep ao que adotamos, as id eias aparentadas de Ser, Verdade, Ess encia, Natureza⁸ – enquanto substância das coisas ou, em rela ao aos homens, no formato de “natureza humana” –, estão descartadas; do mesmo modo, no oes correlatas, como as de Historicidade, Destino e Progresso humanos. Conforme já aludimos, a gnosiologia que temos em conta esgota-se em si mesma enquanto narrativa de descri ao “de superfície”⁹; constrói propriamente *simulacros*, como

caracterizados por Deleuze (1974)¹⁰, na medida em que apenas elabora imagens sem semelhança “daquilo que  ”, designando potência para produçao de um efeito. O valor próprio de uma narrativa, portanto, rigorosamente s  diz respeito ao contexto que a empreende e tem como referência um t pico específico. Há nessa modalidade gnosiológica um largo e, sem d vida, sofrido salto em abandono da pretensão desde sempre reiterada de conhecimento exato e verdadeiro “daquilo

es el correlato de la conciencia intencional*. No hay contenidos de conciencia, sino únicamente ‘fen menos’. La fenomenología es una pura descripción de lo que se muestra por sí mismo, de acuerdo com <el principio de los principios>: reconocer que <toda intuición primordial es una fuente legítima de conocimiento, que todo lo que se presenta por sí mismo ‘en la intuición’ (y, por así decirlo, ‘en persona’) debe ser aceptado simplemente como lo que se ofrece y tal como se ofrece, aunque solamente dentro de los límites en los cuales se presenta>.” O tema   abordado por Edmund Husserl na “Sexta investiga o” de sua obra *Investiga oes Lógicas* (ver Husserl, 1996).

*Observe-se que *inten o* no pensamento de Husserl expressa um sentido gnosiológico, designando o fato de que qualquer conhecimento só se torna possível quando existe determinada intencionalidade em opera o. Na explica o de Mora, “La intención es entonces el acto del entendimiento *dirigido* al conocimiento de un objeto.” (p. 1.878)

⁸ Na interpreta o de Clément Rosset, as vis oes que se pautam por alguma forma direta ou correlata da id eia de natureza – que ele denomina genericamente de vis oes “naturalistas” – podem ser agrupadas na modernidade “segundo três grandes tendências, que figuram três maneiras diferentes de utilizar a id eia de natureza: ou se estima que a natureza estava presente mas se degradou, sendo necessário protegê-la de toda deteriora o nova (naturalismo conservador); ou se estima que a natureza ainda não está presente e que   preciso instaurá-la (naturalismo revolucionário); ou, enfim, se estima a natureza como uma instância ausente, cujas pretendidas manifesta oes são puramente de ordem social, tratando-se de, paradoxalmente, transgredi-la para alcançar uma existência real e verdadeiramente ‘natural’ (naturalismo perverso).” (Rosset, 1989, p. 284)

⁹ O que não quer dizer, evidentemente, superficial em rela o a algo profundo; isso simplesmente porque, em termos gnosiológicos, como visto, essa imaginável profundidade está fora de questão. Para nós a cultura   arranjo com a opacidade.

¹⁰ Deleuze (1974, p. 263. Grifo nosso), ao discutir a nietzschiana proposi o de “reversão do platonismo” em apêndice da *Lógica do Sentido*, específica: “A *cópia*   uma imagem dotada de semelhança, o *simulacro*, uma imagem sem semelhança (...) O simulacro   construido sobre uma disparidade, sobre uma diferença, ele interioriza uma dissimilitude.” “O simulacro inclui em si o ponto de vista diferencial; o observador faz parte do próprio simulacro, que se transforma e se deforma com seu ponto de vista.” (ibid., p. 264). “O simulacro não   uma cópia degradada, ele encerra uma potência positiva que nega tanto o *original* como a *cópia*, tanto o *modelo* como a *reprodu o*.” (ibid., p. 267. Grifo do autor)

de que se trata”. Se aqui, no entanto, esse caráter de superfície do saber é entendido como necessário em resposta ao reconhecimento da limitação humana – resposta, conseqüentemente, ao arrogante e ilusório autoritarismo epistemológico que pretende ajuizar sobre o essencial –, a moderna ciência das coisas – em sentido distinto do moderno saber sobre os homens, que em momento algum deixou de estar enamorado de alguma forma de historicidade – desde há muito vem assumindo na prática postura assemelhada¹¹ – ainda que no discurso sempre tergiverse sobre o tema –, contentando-se com um saber cujo valor é atribuído primordialmente por sua funcionalidade em relação à determinação maior de apropriação utilitária do mundo.

O segundo tópico distinguido ainda dentro do campo problemático referente à especificidade do saber sobre os homens é o que considera a ruptura da diferenciação moderna entre artifício e não-artifício. Não há nenhuma dificuldade em tomar exemplos à modernidade radicalizada em que o mais duro predicado associado à idéia de natureza, o atributo de autonomia, fique abalado¹². Assim, nesse espectro em que o não-artifício parece ter desaparecido – ou, no máximo, é visto como ainda não tendo desaparecido de todo –, poder-se-ia imaginar o esvaecimento da diferença entre as noções que

respectivamente especificam os mundos dos homens e das coisas; a idéia de natureza como categoria própria do que existe e desenvolve-se independentemente da ação humana voluntária desapareceria. Entretanto, no que se refere ao âmbito da teoria do conhecimento que vimos assumindo, toda descrição é tomada por princípio como cultura. Se, no plano das práticas, cada vez mais a existência de objetos vivos e inanimados pode ser reproduzida ou recriada em inusitadas formas e modalidades, a fantasia demiúrgica gerada não implica, dentro da esfera gnosiológica, a desqualificação da especificidade ao que denominamos mundo dos homens. A perda de significado das metonímias indicadas – artifício por cultura, não-artifício por natureza – não expressa o desaparecimento da sociedade e das coisas (enquanto *res naturalis*) como singulares objetos do conhecimento, ou seja, presumidos no âmbito das apresentações narrativas como estruturados em fundamentos próprios e distintos entre si.

Mas quais são exatamente as diferenças imaginadas – dentro do âmbito da própria cultura, frisemos, e não como discernimento entre o que é e o que não é elaboração cultural – que consideramos em sintonia com o saber e as práticas atuais? Recordemos inicialmente que a visão dominante de natureza na mo-

¹¹ Não queremos dizer com isso que a ciência moderna opere com referência a uma idéia de simulacro; queremos apenas destacar que, após a Revolução Científica, o valor do saber científico tornou-se primordialmente atrelado à sua utilidade técnica. Mesmo teorias que, declaradamente, especulam sobre “o que é”, como a atual concepção da origem do Universo através de um “Big Bang”, não escapam mediatamente a essa designação.

¹² Para não deixarmos de citar ao menos um caso, lembremos a clonagem de mamíferos adultos experimentada com êxito recentemente, porta aberta à recriação não ficcional da epopéia de Frankenstein.

dermidade centra-se não somente no princípio de autonomia – hoje minado, como visto –, mas também no de ordem necessária, caracterizado nos viventes pelo impulso inevitável e sem tensões do intento de reprodução da espécie.

Em paralelo, marcada pela similaridade formal, a visão moderna sobre o mundo dos homens baseia-se no princípio de historicidade, a expressar a “natureza humana” em seu inexorável destino de reprodução social no caminho da salvação. O devir humano imaginado por essa visão, entretanto, é gravado pela tensão entre as determinações maiores da historicidade e os anseios da vontade, predicado também considerado inerente, ainda que, em última instância, constrangido pela rota ao destino. A questão da liberdade assim estabelecida é o pólo dramático desse devir e, sob outro ponto de vista, o verdadeiro tópico da especificidade humana. A modernidade radicalizada incorporou à idéia de natureza certa modalidade de acaso, qual seja, o evento decorrente do cruzamento não estritamente previsto – no entanto, passível de antecipação probabilística – de séries causais perfeitamente determinadas; incorporou ainda a noção de ordem decorrente da desordem. Nos dois casos, como se pode inferir, não há rompimento com a amarração às âncoras da causalidade – agora, então, probabilística ou determinística – e do ordenamento. No campo do saber sobre os homens, a necessidade foi abrandada como “historicidade fraca” de modo a incorporar certas contingências não abarcadas pelo olhar severamente necessitarista e teleológico. Mas isso não desarma o naturalismo da

concepção. Em nosso ponto de vista, mesmo suavizada, a suposição de uma historicidade qualquer para os homens é descabida por corresponder à suposição de uma natureza humana universal – não há como sustentar, por mais difícil que seja compreender e aceitar o vazio daí decorrente, que mesmo idéias tão caras ao mundo moderno, como as de liberdade, de fraternidade e de igualdade, nor-teiem universalmente o existir e o devir dos homens. Nem ainda como instrumento gnosiológico a idéia de historicidade é válida, visto que não poderia deixar de tornar-se o pólo forte do saber gerado, obscurecendo todas as vicissitudes, os meandros e a textura errática do acontecer do mundo dos homens, prenhe de acaso, invento e intenção. De modo similar, é descabida a própria noção de natureza como essência absoluta e universal das coisas, o que não impede, esclareça-se, a consideração gnosiológica de regularidades situadas no tempo-espaço. Assim, na concepção que vimos sustentando, como as afirmações tanto sobre o mundo dos homens quanto sobre o mundo das coisas são apresentações produzidas pelo contexto cultural, é internamente ao âmbito desse contexto que a especificidade gnosiológica de cada um dos mundos tem que ser buscada.

Em primeiro lugar, há que se ter em conta a “metadistinção” representada pelo fato de serem os homens que se interrogam a si mesmo e interrogam o que discernem como seu exterior, produzindo desse modo saber, cultura. De modo corolário, esse meio exterior ao *self*, que inclui tanto os objetos materiais – inclusive o próprio corpo humano – quanto

as relações sociais, é o objeto das interrogações. Enquanto objeto de conhecimento, dois planos, totalmente entrelaçados e em tensão, podem ser tomados como planos de afirmação do que seria específico ao mundo dos homens: o das regularidades causais regionais, determinadas intencionalmente em função de certa utopia teleológica mentalizada, e o do acaso, não somente na dimensão restrita do “por acaso” das ordens, mencionado anteriormente, mas na dimensão da incerteza decorrente da arrojada capacidade de criação humana. O mundo das coisas, por sua vez, pode ser especificado gnosiologicamente também através de um plano que tome regularidades causais regionais, no qual, porém, as durações e as extensões vigorantes podem ser supostas em escalas distintas das imaginadas para os mesmos termos no reino dos homens e, ainda mais significativo, no qual essas regularidades são consideradas movimento sem intenção, mas que constituem certas “normas locais de convívio”¹³. O outro plano de afirmação da especificidade do âmbito das coisas é também o que tem por referência o acaso. Do mesmo modo, reivindicamos para esse plano a amplitude que transcende o território restrito do “por acaso”. Mas aqui situa-se uma das delicadas pedras de toque do mundo das coisas. O acaso radical então imaginado não corresponde mais, evidentemente, à indeterminação

de um ato criativo puro, nem à incerteza de uma invenção intencional – que, mesmo inusitados e em ruptura de padrões, não escapam ao gravame da cultura, ou seja, não escapam ao fato de se constituírem enquanto novidade que politicamente reitera ou nega valores. O acaso no mundo das coisas, em seu sentido mais próprio, corresponde à imponderabilidade absoluta da novidade genuína – que somente é, independentemente de qualquer contexto do que era, ou do que será –; é aquela transformação que eclode em decorrência de uma mudança cujo significado nos parece bem traduzido pela idéia de *clinamen* do velho atomismo lucreciano.

O outro campo problemático assinalado, aquele cujo foco nevrálgico é a problemática das afirmações de presença e ausência e das metonímias correspondentes, tem sido objeto de alentada discussão no seio da espaciologia. Para Anthony Giddens, o tópico é crucial à compreensão da sociedade, por considerar que “toda vida social ocorre em – e é constituída por – interseções de presença e ausência no ‘escoamento’ do tempo e na ‘transformação gradual’ do espaço” (Giddens, 1989, p. 107). Todavia, neste ponto do trabalho, fixemo-nos na contribuição de R. Shields (1992), que, usufruindo da base giddensiana, caminha mais diretamente no sentido do que queremos discernir¹⁴.

¹³ No “local” “mundo dos viventes”, por exemplo, a norma em referência pode ser tomada como a reprodução regular e sistemática do que já é; qualquer mudança decorre de injunções necessárias a esse intento reprodutivo. No “local” correspondente à constituição íntima dos materiais, outro exemplo, a norma gnosiológica de convívio pode ser constituída pelo conjunto de instrumentos à narrativa que a teoria quântica especifica e trata como leis.

¹⁴ Apesar de adotar a caracterização de “pós-modernidade” ao mundo hodierno, caracterização distinta, portanto, da posição firmada por Giddens e por nós assumida (modernidade radicalizada).

Esse autor, arguindo através da análise do que toma como três formas de manifestação da espacialidade – inclusão/exclusão, diferenciação espacial e presença/ausência – sobre as descontinuidades geográficas dos processos sociais contemporâneos, constata que a fundamentação do par presença/ausência, como estruturadora do espaço, encontra-se subvertida. Para ele,

“the modernist alignment of presence and absence with interiority and exteriority, which gives rise to all those tropes of exclusion and distance, should not be taken for granted as a universal. *Post modernism destabilises the metonymic structure which relates presence and absence with proximity and distance.* A synthetic union of distance and presence, of the foreign and intimate, becomes conceivable and practicable. But any potential rapprochement of presence and absence implies changes in the spatialisation by which identities such as the state, community, or person are understood. In turn, this cannot but have widespread impacts on the conception of society and the individual.” (Shields, p. 192. Grifo nosso)

“*The world is no longer given as a simple presence and what is present, but as an incongruous synthesis of new social proximities which may not coincide with spatial proximity...*” (Ibid., p. 196. Grifo nosso)

No pensamento de Shields, por conseguinte, a incorporação do tópico do espaço na teoria social através da abor-

dagem da tensão presença/ausência, associada aos pares inclusão/exclusão e proximidade/distância, se ainda faz sentido para uma interpretação paradigmática da alta modernidade, tem que ser revista para uma narrativa sobre os processos atuais.

Na discussão traçada por Shields e Giddens sobre as noções de presença e ausência como determinantes do conteúdo do espaço, destacamos especialmente a idéia, aceita por ambos, de que o vínculo tempo-espacial dos acontecimentos na sociedade hodierna é de natureza distinta do prevalecente na alta modernidade, na medida em que não mais se mostra subsumido de modo absoluto à problemática do deslocamento dos corpos, o que corresponde, em outros termos, a uma situação limítrofe em que a referência tempo-espacial dos eventos é a velocidade da luz. Segundo a formulação de Shields, há uma ruptura na rigidez metonímica que permite exclusivamente as associações presença/proximidade/inclusão e ausência/distância/exclusão, e que então pode assumir formas múltiplas, contemplando também associações antes imaginadas paradoxais, como presença/distância/inclusão. Isso é possível em decorrência da vigorosa intromissão do tempo nos processos espaciais operada, como indicado, através dos novos modos e formas das práticas que transformam, até, o caráter resistente da dimensão geográfica que a *Nouvelle Histoire* especifica como tempo longo. Shields aparentemente dá um passo adiante, ao sugerir que o mundo atual deve ser pensado como síntese de “proximidades sociais” que não coincidem necessariamente com “proximidades es-

paciais”. A lógica é perfeita se aceitarmos que a idéia de “proximidade espacial”, inserida no contexto da teoria social – e não de qualquer ciência de caráter puramente geométrico –, possa ser concebida em algum momento como mera expressão quantitativa, simples medida constituinte de uma idéia de espaço reduzido à extensão. Aqui transparece o fulcro do problema que identificamos nas formulações tanto de Shields quanto de Giddens. A questão por eles corretamente identificada – a desvinculação tempo-espacial dos eventos hodiernos – não pode ser tratada por uma abordagem voltada exclusivamente à construção de novas metonímias a partir dos mesmos conceitos-base; estes próprios conceitos devem ser (re)apreendidos criticamente.

Com esse intuito, tomemos particularmente a idéia-chave de *presença*. O que lhe confere positividade? Mesmo se for aceita a noção de “proximidade” para referência – como supôs-se válido para a alta modernidade –, quais os critérios para definir a distância limite a partir da qual “há proximidade”, logo, presença? É um critério de percepção direta pelos sentidos? Qual a temporalidade associada a essa presença? É necessário continuidade? E qual duração? Enfim, a consideração da idéia de presença – e de sua contraface, ausência –, sem a devida fundamentação conceitual, deixamos num terreno pantanoso, de vaguidade teórica.

Um caminho fértil de substantivação da noção referida é o de construí-la a partir das idéias-suporte de *pertinência*, *identidade* e *alteridade*, por sua vez con-

cebidas como fundamentos de caráter topológico e quântico. *Topológico* porque fundamentos entendidos como expressão de configurações relacionais, em que o característico não é meramente o fato de que os pontos conectados remetem-se uns aos outros; a relação aí dominante é mais abrangente e globalizadora: cada ponto, ainda que de modo fugidio, define e constitui certo arranjo do conjunto; cada ponto “sabe” esse arranjo porque, como diferença na unidade, é também seu criador e sua síntese. Isso, não ao modo das mônadas leibnizianas – em que uma harmonia preestabelecida garante a reciprocidade com o exterior diante da não-existência de “janelas” –, mas por intermédio de uma porosidade que tende ao absoluto, por meio da qual exterior e interior intercambiam recriando-se intensa, veloz e constantemente. O predicado topológico, no modo aqui entendido, expressa a vigência das relações consideradas *no tempo-espaço*, portanto, frisemos, não apenas a vigência das relações *no espaço* – como no sentido usual do termo –, ou mesmo, independentemente, *no tempo e no espaço*. Os fundamentos referidos são também especificados metaforicamente como de caráter *quântico* porque, enquanto relações topológicas, são concebidos com características em que podemos identificar similaridades formais com certos traços dos processos imaginados no seio da teoria dos *quanta*, quais sejam: não significam necessariamente continuidades; não constituem quadro fixo, mas apresentam-se como febril campo de transformações; cada apresentação pela qual se objetivam depende duplamente do sujeito que a afirma, tanto pela linguagem adotada,

quanto pelo fato de que o próprio ato gnosiológico é o que institui o objeto tomado em consideração; as múltiplas apresentações que podem ser configuradas são tidas como complementares¹⁵.

O caráter de relação topológica e quântica especifica o que supomos como essência das idéias-suporte de pertinência, identidade e alteridade. Desse modo, podemos compreender, de maneira precisa, o sentido de pertinência como âmbito, como atribuição. Isso, por sua vez, exige a explicitação do contexto gnosiológico na forma “fictícia” de um par sujeito/objeto. Fictícia, visto que tal sujeito somente objetiva-se como identidade positiva – como conteúdo específico, duração, extensão e situação no tempo-espaço –, quando sua virtualidade complexa confronta-se com um álter (objeto) constituído como significante e, ao mesmo tempo, como determinante do próprio sujeito, no mesmo processo. A noção de presença assim substantivada expressa estruturas e dinâmicas relacionais; em função de seu conteúdo topológico e quântico específico, define determinado território no tempo-espaço – ou, talvez melhor dizer, é determinado território. Cada evento tomado, no entanto, é síntese complexa de inúmeras pertinên-

cias, portanto parte de inúmeros territórios tempo-espaciais.

Os termos geográficos de um evento pensados nesse arranjo teórico têm, assim, como vetor de positividade uma idéia de presença que escapa ao determinismo férreo do espaço euclidiano; a fundamentação topológica e quântica da pertinência através da qual presença ou ausência são afirmadas é incompatível com o caráter absoluto, com a homogeneidade, com a continuidade e com a redução do espaço à extensão. Além disso, esses termos geográficos estão imbricados necessária e inexoravelmente em uma história – o que está expresso acima pela noção do uno tempo-espaço – que, de modo similar, possui como vetor de positividade uma idéia de presença que foge à rígida sucessão comandada por *Chronos*. O devir histórico, marcado agora pelo tempo de *Zeus* aberto a *kairos*, não é então necessariamente composto de momentos contíguos em sucessão; a presença ou a continuidade entre acontecimentos é somente afirmada pela pertinência estabelecida entre eles. Esse tempo, assim, não é único – pois várias podem ser as pertinências associadas a um evento –, nem redutível à homogeneidade, à linearidade

¹⁵ A especificação “topológica e quântica” que fazemos para as idéias-suporte da noção de presença, inspira-se em certa formulação de Deleuze e Guattari relativa a conceitos de *devir e vizinhança*. No *Mil Mesetas* (1988), eles afirmam: o “principio de proximidad o de aproximación es muy particular, y no reintroduce ninguna analogía. Indica lo más rigurosamente posible una zona de entorno o de copresencia de una partícula, el movimiento que adquiere cualquier partícula cuando entra en esa zona (...) También se puede decir: emitir partículas que adquieren tales relaciones de movimiento y de reposo porque entran en tal zona de entorno; o: que entran en esa zona porque adquieren esas relaciones. Una haecceidad es inseparable de la niebla o de la bruma que dependen de una zona molecular, de un espacio corpuscular. *El entorno es una noción a la vez topológica y cuántica, que indica la pertenencia a una misma molécula, independientemente de los sujetos considerados y de las formas determinadas.*” (Op. cit., p. 275. Grifos nossos)

e a um irreversível caminho ao *telos*. Portanto, melhor dizendo, “os tempos históricos” incorporam também a possibilidade de serem heterogêneos, de bifurcarem-se, de mudarem de ritmo, de irem e voltarem, de serem intencionais, de viverem sem culpa o prazer da incerteza da criação. Mas não é só. Como os eventos sociais não são pensados enquanto meras virtualidades, mas supostos enquanto acontecimentos efetivos – afirmados como tais pela interação dos homens, mediada pela técnica, em relação a determinado meio –, as presenças que configuram no tempo-espaço através de pertinências, de identidades e de alteridades, envolvem também, necessariamente, termos ecológicos; o saber sobre eles, pois, envolve determinada visão do mundo das coisas. A fundamentação topológica e quântica assumida para as noções-suporte da presença exige, em nome de uma compatibilidade conceitual, que essa visão das coisas comporte o mesmo tipo de essência relacional, portanto, que seja livre de determinismos e fins absolutos e, ao inverso, seja prenhe de múltiplos caminhos, de regularidades locais, de incertezas probabilísticas, de acasos puros; que seja prenhe de campos qualitativos.

A construção teórico-conceitual delineada desarma a problemática gnosiológica encontrada perante as práticas do mundo atual. A quebra do formato das metonímias modernas de presença por

proximidade ou por inclusão e de ausência por distância ou por exclusão¹⁶ deixa de ter significado maior: as afirmações de presença/ausência ou de inclusão/exclusão tornam-se possíveis a partir do conteúdo da pertinência levada em conta e não de qualquer parâmetro quantitativo de juízo.

O uno tempo-espaço-ambiente

Voltemo-nos agora mais diretamente às idéias de “mundo das coisas” e “tempo-espaço” que acima adotamos associadas às injunções dos fundamentos supostos à noção de presença. Em relação à idéia de mundo das coisas, já discorremos anteriormente, no que tange à sua especificidade de *res naturalis*, sobre os tópicos concernentes que se articulam referenciados ao pólo problemático gerado pela tensão entre determinação e incerteza. Queremos ainda esclarecer a noção de *complexidade*, fundamento que especifica de modo particular a estrutura e a dinâmica dessas “coisas naturais” enquanto atravessadas pela mistura de ordens e desordens, por ruídos e silêncios, por passos à frente, retroações e derivações. Diferentemente da concepção desenvolvida por Edgar Morin (1987)¹⁷, queremos romper com a fundamentação sistêmica da idéia de complexidade. Não no sentido de negar a possibilidade da suposição de sistemas

¹⁶ Termos tomados em seus sentidos usuais.

¹⁷ Uma visão mais recente e sob outro ângulo da concepção de Morin relativa ao tema pode ser vista no artigo/conferência intitulado “Epistemologia da Complexidade” (Morin, 1996). Aí, preso à idéia de natureza em si, esse autor identifica, no que diz respeito à complexidade, um pólo empírico e um pólo lógico. O primeiro corresponde à idéia de que tudo está em relação no Universo; o outro, às limitações de teorias particulares a dar conta de um evento.

complexos localizados para as apresentações daquele mundo, mas no intuito de, afirmando também nesse âmbito o caráter topológico e quântico às relações, contrapomo-nos à rigidez de uma amarração absoluta e determinista que tende a obscurecer a emergência gnosiológica das regularidades regionais e do acaso. Isso vai de encontro também à ainda mais radical visão sistêmica, aquela sustentada, entre outras, pela vertente do pensamento ambientalista “Ecologia Profunda” com a noção de “campo total”, que indica a absoluta e indiscriminada interdependência das partes, fundindo homens e coisas em um colossal ecossistema Terra. Queremos, não obstante, destacar positivamente dois pontos de ordens distintas relacionados à idéia de complexidade. Um deles é o que aponta a retroalimentação como o tipo particular de mecanismo que caracteriza o acontecer complexo, numa rica apropriação ao campo do saber sobre a *res naturalis* de uma idéia emergida dos estudos de técnicas de controle dos mecanismos e desenvolvida na esfera da cibernética¹⁸. O outro é o que entende as apresentações complexas, segundo o espírito quântico, como trama de visões e de reinos complementares. No primeiro caso, significando, por exemplo, a complementaridade expressa pelas teorias ondulatória

e corpuscular da luz. No segundo, por exemplo, traduzindo a complementaridade existente entre as teorias voltadas à escala microdimensional – reino de forças eletromagnéticas e nucleares – e as voltadas à escala macrodimensional – reino de forças gravitacionais.

A introdução de concepções de tempo-espaço no campo do saber sobre os homens acontece de modo mais explícito e significativo no seio da espaciologia crítica, particularmente através de Anthony Giddens e David Harvey. Giddens incorpora determinada idéia de tempo-espaço¹⁹ à sua visão do saber sobre os homens no contexto de uma reflexão em que, como ponto de partida, imputa à teoria social dominante o exercício de certa “repressão do tempo e do espaço”, ou seja, ele identifica nessa teoria uma postura asséptica e distanciada em relação às efetividades temporais e espaciais dos eventos. Em contraposição a isso, procura desarmar os antagonismos presentes na teoria social referentes à tensão entre ação e estrutura, assumindo objetivamente que todas as interações entre os homens e destes com o meio consistem em práticas localizadas inexoravelmente no tempo e no espaço. Em desdobramento, adota a correspondência gnosiológica

¹⁸ Nos mecanismos, a primeira aplicação conhecida do princípio de retroalimentação é o sistema usado por James Watt (1736-1819), para autocontrole de sua máquina a vapor, em 1788 (Ryder, 1996). Numa especulação sobre a relação entre cibernética e sociedade, um dos pioneiros da ciência cibernética, Norbert Wiener (1894-1964), chega a afirmar: “A minha tese é a de que o funcionamento físico do indivíduo e o de algumas máquinas de comunicação mais recentes são exatamente paralelos no esforço análogo de dominar a entropia através da realimentação.” (Wiener, 1967, p. 26)

¹⁹ Giddens refere-se sempre à idéia pela forma “tempo-espaço”, sugerindo certa prevalência do tempo. Para nós, porém, a ordem de composição do termo não importa em nenhum significado especial, prévio e permanente, apesar de, em geral, o grafarmos da mesma maneira que Giddens.

entre as tramas diacrônica e sincrônica, e, exatamente através do corolário conceito de “distanciamento tempo-espaço”, entrelaça a problemática da transformação ao tópico do poder. Apesar disso, a conjugação dos dois referentes (tempo e espaço) efetuada por Giddens não evidencia a assunção de um terceiro, novo, cujo caráter diferencia-se por efeito sinérgico da simples aglutinação, ou da consideração paralela, dos desdobramentos no tempo e dos arranjos no espaço. A idéia de tempo-espaço nesse autor não chega a configurar um uno de espírito minkowskiano, visto que extensões e durações dos eventos permanecem objetivações independentes. Isso transparece, por exemplo, na concepção giddensiana de “desencaixe dos sistemas sociais”, que exprime para a modernidade a idéia de extravasamento desses sistemas dos contextos circunscritos de espaço e tempo, através dos mecanismos que denomina de “fichas simbólicas” e “sistemas

peritos”²⁰; nada aí sugere mútua e necessária vinculação entre os conteúdos do espaço e do tempo abarcados. A independência de espaço e tempo fica ainda mais nítida no pensamento de Giddens, todavia, quando ele explicita a reprodução dos sistemas sociais como práticas geográficas – sincronias sociais num espaço de Euclides – e históricas – diacronias sociais num tempo de Zeus. Portanto, se não supõe oposição, nem mesmo diferenças lógicas e epistemológicas, entre as disciplinas ciência social, história e geografia, a “teoria da estruturação” não deixa de ser, em última instância, uma teoria da estrutura agregada a uma teoria da ação.

Harvey não escapa a essa forma “somatório” de configuração da idéia de tempo-espaço. Não obstante, a associação que estabelece entre distintos períodos do mundo capitalista – Iluminismo, Modernidade e Pós-Modernidade²¹ – e níveis

²⁰ “Fichas simbólicas” significando “os meios de intercâmbio que podem ser ‘circulados’ sem ter em vista as características específicas dos indivíduos ou grupos que lidam com eles em qualquer conjuntura particular” (Giddens, 1991, p. 30); por exemplo, o dinheiro. “Sistemas peritos” significando “sistemas de excelência técnica ou competência profissional que organizam grandes áreas dos ambientes material e social em que vivemos hoje.” (ibid., p. 35)

²¹ Harvey (1993, p. 7. Grifo nosso) considera a emergência de práticas culturais “pós-modernas”, mas não, propriamente, um conjunto de transformações que possam caracterizar globalmente um novo paradigma. Sua tese sobre o tema afirma: “Vem ocorrendo uma mudança abissal nas práticas culturais, bem como político-econômicas, desde mais ou menos 1972. Essa mudança (...) está vinculada à emergência de novas maneiras dominantes pelas quais experimentamos o tempo e o espaço. Embora a simultaneidade nas dimensões mutantes do tempo e do espaço não seja prova de conexão necessária ou causal, podem-se aduzir bases *a priori* em favor da proposição de que há algum tipo de relação necessária entre a ascensão de formas culturais pós-modernas, a emergência de modos mais flexíveis de acumulação do capital e um novo ciclo de ‘compressão do espaço-tempo’ na organização do capitalismo. Mas essas mudanças, quando confrontadas com as regras básicas de acumulação capitalista, mostram-se mais como transformações da aparência superficial do que como sinais do surgimento de alguma sociedade pós-capitalista ou mesmo pós-industrial inteiramente nova.” Em outra passagem, esse autor afirma que o caos da vida moderna e a impossibilidade de sua abordagem pela razão “não implica que o pós-modernismo não passe de uma versão do modernismo; verdadeiras revoluções da sensibilidade podem ocorrer quando idéias latentes e dominadas de um período se tornam explícitas e dominantes em outro.” (p. 49)

diferenciados daquilo que denomina “compressão do espaço-tempo” tem o mérito de transcender ao reducionismo ao tempo e ao espaço explícito em suas próprias argumentações²² e de suscitar um conceito de tempo-espaço como noção de caráter particular e uno, cujas formas objetivas traduzem conteúdos singulares das práticas. Para ele, a história capitalista tem-se caracterizado por patamares distintos de aceleração do ritmo de vida e de superação das barreiras espaciais. Mas se na modernidade essa “compressão” do tempo-espaço teve como operador um processo marcado pela espacialização do tempo, no mundo atual tem como operador uma dinâmica cujo traço delineador é a “temporaliza-

ção” do espaço, pela exacerbação do efêmero e do fragmento. Harvey (1993, p. 257), com a atenção voltada mais diretamente às especificidades da acumulação, pergunta-se “como os usos e significados do espaço e do tempo mudaram com a transição do fordismo para a acumulação flexível”. A resposta sublinha a aceleração do tempo de circulação do capital e a conseqüente volatilidade do mundo presente²³. Todavia, neste momento, interessa-nos menos a resposta do que a indagação. Queremos chamar atenção sobre um aspecto que, apesar de identificar, Harvey não desdobra convenientemente em nosso entendimento. Se mudam na passagem para as práticas hodiernas da acumulação os “usos e significados do espaço e do

²² Relembrando: “À medida que o espaço parece encolher numa ‘aldeia global’ de telecomunicações e numa ‘espaçonave terra’ de interdependências ecológicas e econômicas (...) e que os horizontes temporais se reduzem a um ponto em que só existe o presente (o mundo do esquizofrênico), temos de aprender a lidar com um avassalador sentido de compressão dos nossos mundos espacial e temporal.” (Harvey, 1993, p. 219)

²³ “Desejo sugerir”, diz Harvey (1993, p. 257-8), “que temos vivido nas duas últimas décadas uma intensa fase de compressão do espaço-tempo que tem sido um impacto desorientado e disruptivo sobre as práticas político-econômicas, sobre o equilíbrio do poder de classe, bem como sobre a vida social e cultural (...) A transição para a acumulação flexível foi feita em partes por meio da rápida implantação de novas formas organizacionais e de novas tecnologias produtivas. Embora estas últimas possam ter se originado da busca da superioridade militar, sua aplicação teve muito que ver com a superação da rigidez do fordismo e com a aceleração do tempo de giro como solução para os graves problemas do fordismo-keynesianismo, que se tornaram uma crise aberta em 1973 (...) A aceleração do tempo de giro na produção envolve acelerações paralelas na troca e no consumo (...) Dentre as inúmeras conseqüências dessa aceleração generalizada dos tempos de giro do capital, destacarei as que têm influência particular nas maneiras pós-modernas de pensar, de sentir e de agir. A primeira conseqüência importante foi acentuar a volatilidade e efemeridade de modas, produtos, técnicas de produção, processos de trabalho, idéias e ideologias, valores e práticas estabelecidas (...) No domínio da produção de mercadorias, o efeito primário foi a ênfase nos valores e virtudes da instantaneidade (alimentos e refeições instantâneos e rápidos e outras comodidades) e da descartabilidade (xícaras, pratos, talheres, embalagens, guardanapos, roupas etc.) (...) Foram essas as formas imediatas e tangíveis pelas quais o ‘impulso acelerador da sociedade mais ampla’ golpeou ‘a experiência cotidiana comum do indivíduo’ (Alvin Toffler, *Choque do Futuro*). Por intermédio desses mecanismos (altamente eficazes da perspectiva da aceleração do giro de bens no consumo), as pessoas foram forçadas a lidar com a descartabilidade, a novidade e as perspectivas de obsolescência instantânea.”

tempo”, como explicitado na questão acima reproduzida, então, nos parece, muda a própria natureza de qualquer idéia de tempo-espaço concernente. Assim sendo, não se trata do *mesmo* tempo-espaço em nível de maior ou menor compressão, mas de *outro* tempo-espaço, dotado de conteúdo e forma correspondentes específicos. Ou seja, não é possível gnosiologicamente trabalhar o saber sobre os homens na modernidade radicalizada com um conceito de tempo-espaço anacrônico, cujo fundamento não esteja em sintonia com a cultura e as práticas hoje vigentes – por conseguinte, em sintonia com processos que envolvem, ainda que não exclusivamente, lógicas de “temporalização” do espaço num quadro cujo referente primordial é o “último veículo” viriliano.

Mas, exatamente que elementos de forma e conteúdo podem especificar uma noção de tempo-espaço atinente às características da modernidade radicalizada? Em primeiro lugar, a nosso ver é indispensável a assunção de uma essência una à idéia, de modo a assegurar através dela a expressão da mútua dependência entre durações e extensões dos eventos. Dentro do largo espectro assim firmado, certas conceituações de tempo-espaço desenvolvidas no campo do saber sobre as coisas nos parecem ideações férteis a pensar a estrutura da noção no contexto social. Elas são singularmente passíveis de apropriação pelas narrativas dedicadas ao período da modernidade radicalizada, exatamente porque configuram e operam apresentações cujos significados também têm por *metron* a velocidade da luz. Fique claro, contudo, que a similaridade apontada não implica trânsito livre dos conceitos desen-

volvidos para as descrições do mundo das coisas no reino das relações sociais, uma vez que o significado de cada noção somente se estabelece enquanto objetividade no contexto teórico de que é constituinte. Operemos esse deslizamento recriador.

O tempo-espaço que temos em conta – como noção gnosiológica, instrumental, que articula o enredo narrativo –, compatível em especial às descrições sobre a modernidade radicalizada, não é um receptáculo neutro, nem algo correspondente ao estatuto posicional dos eventos entre si. Como ferramenta que especifica os simulacros, que dá textura às superfícies, é um pleno de qualidades diferenciadas constituído por (e constituinte de) cada evento e pelo (do) conjunto de eventos. As densidades, texturas e formas singulares que toma – em que a métrica euclidiana é caso particular e excepcional –, suas continuidades e rupturas, são determinadas em cada ato do saber pelo arranjo, pelas respectivas relações entre os eventos e pelo formato e natureza imaginados a cada um deles; dizem respeito, portanto, exclusivamente a cada intervenção gnosiológica. Nesse quadro, as durações, os ritmos, as extensões e as formas dos acontecimentos sociais, além da mútua dependência indicada, não podem ser assumidos como universais, mas como valores relativos a essa intervenção ou, em outros termos, como valores que se referem a um particular contexto produtor de conhecimento. Do mesmo modo, a posição do dito acontecimento no tempo-espaço é relativa. Não há simultaneidade absoluta. Por conseguinte, qualquer sincronia só pode ser afirmada por intermédio de vinculação

topológica (tempo-espacial) específica que estabeleça os liames dos eventos entre si e destes com o sujeito cognoscente, configurando determinado contexto de conhecimento. Cada narrativa é duplamente amarrada ao pólo-sujeito desse contexto, tanto pela singularidade determinada pela linguagem de interlocução adotada, pelas questões pinçadas à indagação e pelo recorte tempo-espacial especificado previamente ao olhar inquiridor, quanto pela interferência e pela incerteza resultantes da própria ação inquiridora. Nesse sentido, o ato de produção do saber é uma modalidade do agir social; todo observador é necessariamente, voluntariamente ou não, conscientemente ou não, também jogador. Todo sujeito do conhecimento é, como tal, um agente político.

Uma topologia histórico-geográfica-ecológica

Essa concepção de tempo-espaco gravada pelos predicados de relatividade e multiplicidade, no entanto, traz embutida o germe de um desdobramento que na verdade redefine mais amplamente a própria idéia original. Se o tempo-espaco é suposto dependente em sua essência qualitativa do específico caráter social dos eventos que abarca – e vice-versa –, e se

esses eventos, enquanto acontecimentos sociais, expressam relações entre os homens e, através destas, interações com o ambiente físico em que vivem esses homens, então também o mundo das coisas – como *res naturalis* em sua dupla e cada vez mais indistinguível especificidade de coisa fabricada ou não – é de determinação e determinante indissociável das conformações particulares tomadas pelo tempo-espaco. Assim sendo, parece-nos mais conveniente, de modo a explicitar a trama apontada, tomar como referente aos eventos sociais, enquanto noção gnosiológica articuladora dos enredos narrativos, uma noção una de *tempo-espaco-ambiente*²⁴ e, conseqüentemente, construir cada evento social e as relações entre eles, enquanto objetos de conhecimento, tanto através dos valores entrelaçados de duração, extensão, forma, localização, e de afirmações sobre origem, regularidade, acaso e intenção, quanto pelas características de artifício e de não-artifício do ambiente com que interagem por incorporação direta e como *locus* de ocorrência. Valores, afirmações e características que, reiteremos, são interdependentes e concernentes ao contexto do conhecimento.

A idéia de um referente assim constituído permite retomar em melhor base a

²⁴ Pode-se objetar à idéia prescrita certa superposição entre os conteúdos expressos pelos termos “espaco” e “ambiente”. Evidentemente, o ambiente enquanto coletânea de artificios e não-artificios pode ser tomado na dimensão de *res extensa*, por conseguinte, enquanto espaco. Optamos, no entanto, por atribuir à noção de “ambiente” a exclusiva e particular discriminação dos predicados de *res naturalis*, considerada tanto na forma manipulada quanto na não-manipulada. Assim agimos, em primeiro lugar, para preservar explicitamente na nova idéia a forma tempo-espaco da qual ela é desdobrada e, sem menos importância, por queremos deixar em destaque a dimensão espacial. Além disso, assim fazendo, a noção de ambiente, exatamente por englobar o que seriam produtos artificiais e não-artificiais, sinaliza a caducidade da rígida distinção epistemológica entre ambos.

problemática do saber sobre os homens na modernidade radicalizada. A topologia quântica, que havíamos indicado como substrato às relações de pertinência e às afirmações de identidade e alteridade, agora pode operar sobre um leito conceitual que sintetiza e supera sinergicamente as especificidades problemáticas das tramas temporais, dos arranjos espaciais e das injunções do meio. A especificidade “topo” é, agora, não somente localização no tempo-espaço, mas, em pé de igualdade gnosiológica, também discriminação do ambiente como *res naturalis* manipulada ou não. Tempo-espaço-ambiente é a noção chave ao que denominamos de episteme não-canônica. Essa episteme – antes de tudo um campo de jogo aos acordos paralógicos, nem de longe uma nova metanarrativa legitimadora –, atenta à novidade e ao tradicional das práticas – portanto abarcando em sua complexidade os confrontos paradoxais *sucesso/não-sucesso, intenção/acaso, duração/não-duração, reversibilidade/irreversibilidade, extensão/não-extensão, contigüidade/não-contigüidade, forma/não-forma, regularidade/não-regularidade e manipulação/não-manipulação* –, tem o caráter de *trama conjuntural da diferença*, pois seu intento primordial é exatamente mostrar o que é distinto – e, como contrapartida, o que expressa identidade –, além de, em desdobramento, elaborar uma narrativa que navegue os meandros e as sutilezas da tensão das partes entre si e de cada uma em relação ao conjunto. A suposição primordial dessa narrativa é que a tensão indicada é o substrato que confere positividade permanentemente, de modo singular em cada conjuntura, ao acontecer dos homens.

Trazendo à tona o modo como explicitamos gnosiologicamente as conotações sociais do tempo, do espaço e do ambiente, podemos caracterizar a idéia regente da trama conjuntural indicada como *topologia histórico-geográfica-ecológica*. Não se pode falar aí, propriamente, em “passado”, “presente” e “futuro” como períodos no tempo, amarrados em seqüência rígida segundo o sentido inexorável e irreversível do fluir cronológico. A diferenciação nessa topologia apenas diz respeito a situações qualitativamente distintas do emaranhado histórico-geográfico-ecológico, elaboradas conjunta e mescladamente enquanto memória, vivência e utopia. É interessante observar que, apesar do formato similar, essa alma matriz da episteme imaginada é radicalmente distinta da suscitada respectivamente pela espaciologia e pelo ecologismo através das idéias de geo-história e eco-história. Em primeiro lugar, essas proposições traduzem o escopo das respectivas vertentes de pretender configurar novos paradigmas legitimadores mais eficazes, segundo pontos de vista particulares, o que não somente foge aos nossos objetivos, mas efetivamente contrapõe-se à nossa compreensão da problemática da legitimação na modernidade radicalizada. Em segundo lugar, cada uma dessas proposições importa na incorporação ao saber sobre os homens apenas de determinada dimensão parcial do ambiente em que se dá o devir social: a idéia de geo-história indica a junção da trama do espaço ao fio do tempo; a de eco-história indica postura semelhante, agregando agora às artimanhas temporais as injunções de um suposto mundo natural. Não há nessas propostas de modalidades do saber sobre

os homens indicação rigorosa de que são imaginadas em patamar qualitativamente distinto – de complexidade mais elevada, tradução de inexorável interdependência entre diacronias e durações do devir humano com, no primeiro caso, suas sincronias, extensões e formas, e, no segundo, com as modalidades de existência e transformação das coisas – daquele em que se situam respectivamente os saberes singulares das disciplinas história, geografia e ecologia. Além do mais, a noção de tempo assumida para a história é, em geral, a de um tempo intencional e heterogêneo mas dotado de destino – o tempo conspurcado de *Clio* –, e as idéias-base de espaço e natureza não escapam, respectivamente, enquanto padrões inquestionáveis, às razões da métrica euclidiana e às lógicas deterministas da pura necessidade.

A idéia de história-geográfica-ecológica, como sinalizador não-canônico do saber sobre os homens, na medida em que afirma e destaca o inescapável papel interveniente e singular do sujeito no contexto produtor de conhecimento, faz aflorar em toda a plenitude a questão da subjetividade. Com isso não queremos trazer à baila as idiosincrasias dos indivíduos, mas sim a problemática do livre exercício da cultura – melhor seria dizer “das culturas” presentes nas sociedades heterogêneas e complexas –, ao construir e questionar seus objetos, agora sem o peso absoluto da razão teleológica que frustrou a subjetividade suscitada por Hegel como princípio dos tempos modernos. Se a episteme imaginada tem o caráter de trama conjuntural da diferença, então é no tecer da trama e, particular-

mente, no tópico da diferença, que a subjetividade se exerce. Nossa visão sobre o estabelecimento dessas tramas entre os não similares, em aparente paradoxo, recupera certos fundamentos da episteme da tradição – conforme a interpretação de Foucault (1992) – usados exatamente para indicar semelhanças. Retomemos essa interpretação para melhor esclarecimento do que propugnamos.

Segundo o autor referido, o saber ancorado na noção de *semelhança* mostra-se dominante no período que vai da origem do pensamento ocidental na Antigüidade grega até o fim do século XVI, já em pleno processo da Revolução iniciada por Copérnico. Evidentemente esse recorte temporal implica simplificações brutais que reduzem ao mesmo leito as múltiplas singularidades do pensamento originário, o pensamento platônico, o de Aristóteles, as versões cristianizadas destes últimos que vigeram na Idade Média etc. Tome-mos, apenas para exemplificar, a representação aristotélica, base hegemônica do saber sobre as coisas quando da ruptura considerada. Ali a representação do processo “movimento” é fundada num complexo causal dominado não só por uma dimensão teleológica, mas por uma essência qualitativa, o que indica na concepção uma mescla da racionalidade emergente com a tradição do qualitativo mágico: as coisas do Cosmo aristotélico movem-se por “tendência imanente” aos seus “lugares naturais”. Há então uma harmonia, um equilíbrio, uma paz, uma empatia, uma identificação entre coisas e locais determinados. Assim, dentro dessa concepção, dois objetos podem ser lidos como semelhantes pela identificação

do sentido comum de seus movimentos naturais ou, o que é a mesma coisa, pela identidade de seus lugares naturais.

No momento de ruptura a um novo padrão de fundamentação das similitudes, na passagem do século XVI ao XVII, as semelhanças eram pensadas, não exclusivamente, mas em essência, através de quatro noções constitutivas: *convenientia*, *aemulatio*, *analogia* e *simpatia*²⁵. *Convenientia*, naquela conjuntura, designa uma semelhança por proximidade espacial que, supunha-se, permite a comunicação, a troca, a influência de paixões, energias, propriedades. Como explicita Foucault (1992, p. 34), trata-se de

“semelhança do lugar, do local onde a natureza colocou as duas coisas, similitude, pois, de propriedades; pois neste continente natural que é o mundo, a vizinhança não é uma relação exterior entre as coisas, mas o signo de um parentesco ao menos obscuro (...) à similitude como razão surda da vizinhança, superpõe-se uma semelhança que é o efeito visível da proximidade.”

Convenientia, assim sendo, concerne a uma semelhança devida mais ao ambiente comum aos objetos do que a eles

em si; “é da ordem da conjunção e do ajustamento” (ibid.) ao meio. *Aemulatio* era também pensada como uma forma de *convenientia*, mas que – e nisto aloca-se uma distinção especialmente significativa à nossa argumentação – estabelece similitudes libertas de qualquer amarra vinculada à distância ou ao posicionamento relativo. Atua por reflexão em círculos de recíproca mudança, ignorando a extensão, o espaço. Já *analogia* era imaginada como certa síntese de aspectos das duas noções anteriores: as semelhanças que opera transcendem ao espaço, mas são expressões de ajustamentos, solidariedades, à maneira de *convenientia*; seu foco, todavia, são as relações constitutivas das coisas. *Simpatia* tem como contraface *antipatia*. Era concebida configurando uma semelhança sem nenhum suposto; sua força arrasadora não se limita à similitude, mas também determina assimilações, simbioses, alterações no sentido da identidade única. Assim sendo, *antipatia* funciona como uma saudável salvaguarda da diferença. É da tensão entre os dois termos que se objetiva a existência singular²⁶. O par *simpatia/antipatia* como que envolve e suporta os outros três fundamentos da similitude. Do mesmo modo que *aemulatio* e *analogia*, estabelece semelhanças “desprezando” tempo e espaço.

²⁵ Foucault (1992) neste ponto segue classificação apresentada por P. Grégoire, em 1610, na obra *Syntaxeon artis mirabilis*.

²⁶ “A identidade das coisas, o fato de que possam assemelhar-se a outras e aproximar-se delas, sem contudo se dissiparem, preservando sua singularidade, é o contrabalançar constante da simpatia e da antipatia que o garante. Explica que as coisas cresçam, se desenvolvam, se misturem, desapareçam, morram, mas indefinidamente se reencontrem; em suma, que haja um espaço (não, porém, sem referência nem repetição, sem amparo de similitude) e um tempo (que deixa, porém, reaparecer indefinidamente as mesmas figuras, as mesmas espécies, os mesmos elementos).” (Foucault, 1992, p. 41)

Supomos como base do estabelecimento de diferenças e suas tramas conjunturais, alma do saber sobre os homens concebido para a modernidade radicalizada, essencialmente esses mesmos quatro fundamentos, alargando, porém, o significado de *analogia* com o sentido específico que adquiriu na modernidade, ou seja, incluindo como objeto de seu campo focal também os ajustamentos expressos pela existência de descrições matemáticas comuns. Privilegiamos agora, no entanto, também a contraface das afirmações positivas de semelhança operada pelos referidos fundamentos, ou seja, colocando igualmente em foco exatamente o que não é lido através deles como semelhante. A transcendência ao tempo e ao espaço dos fundamentos indicados é uma característica especialmente adequada à apresentação das práticas hodiernas que, como visto, navegam por sobre as barreiras da sucessão cronológica e da extensão territorial. Essas diferenças e semelhanças, deixemos claro, não são algo em si, mas sim arranjos culturalmente determinados. É através dos fundamentos referidos que a subjetividade do sujeito do conhecimento manifesta-se, afirmando conveniências, emulações, analogias, simpatias e antipatias entre objetos que, por sua vez, constituem-se como tal no mesmo processo de estabelecimento dessas afirmações relacionais. Em conjunto, essas afirmações configuram propriamente um contexto gnosiológico enquanto erigem tramas aos olhos do sujeito, legitimáveis apenas nos confrontos com outros sujeitos, com outros contextos. As tramas, portanto,

como elaborações subjetivas da cultura, mesmo podendo ser eventualmente apresentadas em efêmeras classificações ou através de regularidades regionais, conformam especificidade que escapa tanto ao reino taxionômico da tradição quanto ao draconiano império de *mathesis* vigente nas epistemes modernas. Se, como explicita Foucault (1992), na alta modernidade o saber histórico articula diacronicamente analogias²⁷ que relacionam diferentes organizações, na sugestão gnosiológica que aportamos à modernidade radicalizada é o saber de caráter histórico-geográfico-ecológico que institui topologias da diferença como tramas complexas temporais-espaciais-ambientais.

Se lembramos os campos problemáticos anteriormente identificados como chaves ao saber hodierno, podemos verificar que, naquele que sintetiza os paradoxos expostos pelas práticas atuais em termos de tempo e espaço, as noções adotadas como base às afirmações de presença/ausência – as noções de pertinência, identidade e alteridade – podem, agora, ser compreendidas como impregnadas pelos sentidos de *convenientia*, *aemulatio*, *analogia* e do par *simpatia/antipatia*. Isso especifica de tal maneira o modo de olhar que – exatamente por deixar aflorar a subjetividade alocada no pólo sujeito de cada contexto gnosiológico particular e positivada enquanto “escuta poética” permanentemente ativa – permite que o saber decorrente, essencialmente dinâmico, opere um verdadeiro (re)encantamento do mundo dos homens, tor-

²⁷ Relembremos, como já explicitado, que “analogia” no contexto gnosiológico moderno expressa relação entre fenômenos que podem ser descritos por um mesmo formalismo matemático.

nando-o “devir mágico”, visto que aberto ao acaso das coisas e à incerteza da criatividade humana, livre das prisões da extensão e da seqüência cronológica irreversível e, especialmente, descomprometido de quaisquer *mathesis*, taxionomias e *telos* desde sempre estabelecidos. A verdadeira estética da elaboração do saber assim desenhada, em nosso ponto de vista, como gnosiologia de intensidades, é constitutivamente mais rica, mais nuancada, que a epistemologia de quantidades, segmentada, regida por lógicas causais lineares, expressa no saber das grandes narrativas modernas. As diferenças de culturas, de subjetividades e de interesses na sociedade, entretanto, dão margem à coexistência de múltiplos contextos de conhecimento, portanto à variedade de histórias-geográficas-ecológicas, constituindo certo perspectivismo gnosiológico. Isto, apesar de tudo, não significa nem implica relativismo absoluto, pois que necessariamente uma *arete* e um sentido de *dike*, devidamente acordados e permanentemente revalidados, devem garantir a possibilidade de juízo elementar sobre os saberes nas regiões do tempo-espaço-ambiente em que se afirmam.

O saber sobre os homens constituído segundo o traçamento anterior é também, e necessariamente, saber sobre as coisas. Enquanto tal, cumpre, como qualquer discurso desde os primórdios do pensamento ocidental, funções de pacificação, de explicação e de técnica de domínio diante do que é constituído enquanto álter. Mas há nesse caso uma singularidade que recai sobre o papel explicativo. Esse saber sobre as coisas assume por pressuposto a impossibilidade de juízo em

face da especulação sobre “aquilo que verdadeiramente é”. Por conseguinte, a pacificação que permite não tem caráter ontológico, decorrendo, porém, da fertilidade e da amplitude com que permite aos homens afirmarem suas intenções no acontecer temporal-espaço-ambiental.

O reinado de *Clio*, musa da história moderna, parece definitivamente esgotado, não só pelas críticas contundentes e pelas novas concepções do saber sobre os homens emergidas desde o século anterior, mas também por sua incapacidade de responder satisfatoriamente ao caráter e à velocidade crescentemente acelerada das mudanças contemporâneas, e, o que é cruelmente arrasador, pela falência efetiva das diversas teleologias que produziu. Entretanto, o que se prenuncia ao campo de jogo do saber sobre os homens não é uma sucessão de soberanos, na verdade não é mais reinado algum; agora nesse campo, presentes como em uma dança coletiva, solidária e sublime, tão prazerosa quanto extenuante, despontam e fundem-se em múltiplas coreografias o tempo turbilhão de um *Zeus* também maculado pelo sentido de *kairos*, o espaço de todas e nenhuma extensão de um *Hermes* cavaleiro do último veículo, da centralidade sem centro de uma *Hestia* de múltiplas *agoras*, e a natureza artifício de uma *Gaia* que acolheu o homem. Não há nesse campo de jogo a dominância de intentos de preservação da cultura – como sob o reinado de *Mnemosine* –, ou salvacionistas – como no reinado de *Clio* –, a melodia que embala o saber que aí brota, entretanto, é inspirada pelo desafio e pela atração da criação do novo.

Referências bibliográficas

- COCCO, Giuseppe. Os Paradigmas Sociais do Pós-Fordismo: Trabalho Imaterial e Nova Democracia do Trabalho. In: Seminário Internacional: Globalização, Progresso Técnico e Trabalho Industrial, 1996, Rio de Janeiro. *Anais...* Rio de Janeiro: CIET/SENAI/IPPUR-UFRJ, 1995. p. 95-99.
- DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Félix. *Mil Mesetas. capitalismo y esquizofrenia*. Valencia: Pre-Textos, 1988.
- DELEUZE, Gilles. *Lógica do Sentido*. 2. ed. São Paulo: Perspectiva, 1974.
- FOUCAULT, Michel. *As Palavras e as Coisas*. São Paulo: Martins Fontes, 1992.
- GIDDENS, Anthony. *A constituição da sociedade*. São Paulo: Martins Fontes, 1989.
- _____. *As Conseqüências da Modernidade*. São Paulo: Unesp, 1991.
- HARVEY, David. *A Condição Pós-Moderna*. São Paulo: Loyola, 1993.
- HUSSERL, Edmund. *Investigações Lógicas. Elementos de uma elucidação fenomenológica do conhecimento (Sexta Investigação)*. São Paulo: Nova Cultural, 1996. (Os Pensadores).
- KOYRÉ, Alexandre. Da Influência das Concepções Filosóficas Sobre a Evolução das Teorias Científicas. In: KOYRÉ, A. *Estudos de História do Pensamento Filosófico*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1991. p. 201-214.
- MORA, José Ferrater. *Diccionario de Filosofía*, Barcelona: Ariel, 1994. 4 v.
- MORIN, Edgar. *O Método I: A natureza da Natureza*. Portugal: Publicações Europa-América, 1987.
- _____. Epistemologia da Complexidade. In: SCHNITMAN, Dora Fried. (Org.). *Novos Paradigmas, Cultura e Subjetividade*. Porto Alegre: Artes Médicas, 1996. p. 274-286.
- ROSSET, Clément. *A antinatureza: elementos para uma filosofia trágica*. Rio de Janeiro: Espaço e Tempo, 1989.
- RYDER, J. D. Feedback. In: *Grolier Multimedia Encyclopedia*. USA, Danbury: Grolier Electronic Publishing, 1996.
- SAHLINS, Marshall. *Cultura e Razão Prática*. Rio de Janeiro: Zahar, 1979.
- SANTOS, Milton. Analyse du Système Monde et de l'Économie Mondiale. *Coloque du Réseau sur l'analyse du système-monde et de l'économie mondiale*, Paris, fev. 1993.
- SHIELDS, R.. A truant proximity: presence and absence in the space of modernity. *Environment and Planning D: Society and Space*, v. 10, p. 181-98, 1992.
- WIENER, Norbert. *Cibernética e Sociedade: o uso humano de seres humanos*. 2. ed. São Paulo: Cultrix, 1967.

Resumo

O presente trabalho trata do saber sobre os homens na contemporaneidade. Sua problemática tem como um de seus tópicos-chave o fato de as práticas sociais na vigente modernidade radicalizada – cujos conteúdos e formas são marcados pelas possibilidades propiciadas pelo advento de novas tecnologias de comunicação, de modalidades particulares da organização produtiva, de rearranjos nos domínios do Estado e da Sociedade Civil, e por novos referentes estéticos e éticos – terem por base, e ao mesmo tempo determinarem, novas temporalidades, espacialidades e visões da natureza dos diversos agentes. A premissa assumida em decorrência é que o saber sobre os homens necessita de uma epistemologia em concordância aos novos fundamentos das práticas. O trabalho desenvolvido reflete sobre o conteúdo das práticas sociais contemporâneas e sugere elementos à construção de uma modalidade epistemológica com o caráter de “topologia histórico-geográfica-ecológica”.

Palavras-chave: epistemologia / pós-modernidade / práticas sociais

Abstract

This article is about the knowledge on men in the contemporary world. It's problematics has as one of its key topics the social practices on the effective radicalized modernity, whose forms and contents are marked by the possibilities of new communication technologies, of peculiar modalities of productive organization, of rearrangement in the domains of the State and Civil Society, and by new aesthetic and ethics standards, being supported by new temporalities, espacialities and visions about Nature. The premise assumed is that the knowledge about men needs an epistemology in agreement with the new practices foundations. The text discusses the content of the contemporary social practices and suggests elements of one epistemological modality synthesized by the idea of “historical-geographical-ecological” topology.

Keywords: epistemology / postmodernity / social practices

Recebido para publicação em junho de 2001

Frederico Guilherme Bandeira de Araujo é professor do Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional da Universidade Federal do Rio de Janeiro

O surgimento da habitação social e a experiência da Viena Vermelha

Luís Octávio da Silva

O background das intervenções no setor habitacional

A questão habitacional constitui uma problemática já antiga da história das cidades. Entretanto, foi com a Revolução Industrial e o processo de urbanização que essa problemática adquiriu contornos quantitativos nunca dantes delineados. Os baixos salários e a lógica de mercado aplicada à produção imobiliária urbana foram responsáveis pelo estabelecimento de um quadro de grande precariedade das condições habitacionais, num contexto de urbanização acelerada. A emergência de políticas públicas nesse setor decorreu de uma convergência de heterogêneas perspectivas que se debruçaram sobre a questão: as constatações e denúncias da situação, as formu-

lações utópicas propositivas e as experiências não-governamentais. No que diz respeito às constatações e denúncias, podemos listar um grande número de iniciativas, algumas delas governamentais, outras não. As comissões de estudo, o jornalismo de denúncia, os relatórios médico-sanitários, as denúncias na produção literária ou mesmo iconográfica constituíram uma referência de base para as proposições de reforma urbana e os programas de habitação social.

Quanto às proposições utópicas, pode-se afirmar que, desde o Renascimento¹, a questão habitacional esteve fre-

¹ Foi só a partir do Renascimento que houve uma efetiva objetivação do espaço urbano. As formulações utópicas anteriores a essa época se centravam principalmente na organização social e política sem referências específicas à organização física do meio urbano. Na *República*, de Platão, por exemplo, o limite da comunidade (5.040 habitantes) era estabelecido não por condicionantes físicas ou técnicas, mas sim por uma possível harmonia dada pela escala do convívio social.

qüentemente contemplada e vinculada às propostas de reforma social presentes nas formulações utópicas. Na *Ilha da Utopia*, de Thomas More (1516), de que provém o termo utopia, “as moradias não seriam de forma alguma miseráveis”². A tradição utópica vem, de longa data, considerando temáticas que se revelaram nevrálgicas não só para os programas de habitação social como para o próprio urbanismo contemporâneo. Em *Christianopolis*, a cidade utópica vislumbrada por Johann Valentin Andreae (1619), inexistente a propriedade privada e o território é organizado em zonas de uso. Na *Nova Atlântida*, de Francis Bacon (1627), por sua vez, diferentemente da maioria das utopias, a propriedade privada é admitida. Ela se pretende assim uma “utopia realizável”. As cinquenta e quatro cidades existentes na *Ilha da Utopia*, de More, se organizam segundo um idêntico plano uniforme, repetitivo, regular e racional. Pode-se questionar em que medida essa concepção de regularidade, como uma característica almejada, antecipa a monotonia dos grandes conjuntos habitacionais contemporâneos.

O século XIX assistiu ao aparecimento das primeiras intervenções de reforma da situação habitacional. No âmbito não-governamental, podem-se relacionar as vilas e cidades operárias, as ações filantrópicas e as experiências das associações de mutuários. Em 1825, por exemplo, um grupo de industriais ingleses criou um conjunto de vilas operárias na região das

cidades de Bradford, Halifax e Leeds. Um outro exemplo é a Cidade de Berlim, que foi palco de experiências de promoção habitacional em bases cooperativas desde 1847. Muitos dos consórcios cooperativos mutualistas, especialmente os ingleses (as chamadas *building societies*), constituíam mais operações imobiliárias de pequenos investidores do que ações sociais propriamente ditas³. Apesar de não centrada especificamente na questão habitacional, merece menção a existência de uma consistente tradição americana no tocante à implantação de comunidades de orientação religiosa, fortemente inspiradas pelas proposições utopistas. Essas experiências foram todas muito pouco significativas em termos numéricos. A maior parte da população de baixa renda das cidades industriais do capitalismo nascente se abrigava em precárias moradias produzidas ou adaptadas pelo pequeno capital rentista⁴. Elas assumiram tipologias com grandes variações geográficas, como por exemplo os *slums* londrinos, os *tenements* nova-iorquinos ou as *Mietkasernen* berlineses. Como características comuns a essas variantes podem-se apontar as altas densidades, a precariedade das instalações sanitárias e uma qualidade de vida degradante, do ponto de vista tanto físico quanto moral. A evolução dos sistemas de transporte possibilitou novas alternativas habitacionais. Nas grandes cidades americanas e inglesas foram principalmente as classes médias e as mais abastadas que se suburbanizaram, ado-

² Apud Borsi, 1997, p. 29 (tradução nossa).

³ Tafuri e Dal Co, 1991.

⁴ Peter Hall (1995) menciona que no caso dos EUA foi bastante corrente a adoção da solução de co-habitação em residências unifamiliares.

tando soluções extensivas e de baixa densidade. Em Berlim, o crescimento se fez, nessa época, seguindo os mesmos padrões urbanísticos então existentes. As *Mietkasernen* são blocos de apartamentos, de cinco pavimentos, organizados em torno de exíguas áreas internas aos quarteirões. Os novos bairros resultavam da transformação direta de áreas de uso rural em densos bairros populares⁵. Em Paris, o aumento dos valores imobiliários tornara difíceis as alternativas habitacionais para a população de mais baixa renda. Uma parte dela passou a ocupar

imóveis subdivididos nos bairros mais antigos. Ocupações ilegais (*bidonvilles*) ocuparam terrenos vazios, principalmente nas áreas periféricas antigamente ocupadas pelas fortificações. As áreas mais afastadas foram ocupadas por um grande número de loteamentos precários desprovidos de infra-estrutura e de serviços⁶. No caso de Paris nas últimas décadas do século XIX e primeiras do século XX, são bastante evidentes as similaridades com os cortiços, favelas e loteamentos periféricos atualmente existentes nas grandes cidades brasileiras.



Mietkasernen Mayershof na Ackerstrasse, Berlim da segunda metade do século XIX (fonte: Dal Co e Tafuri, 1991, p. 22).



Tenement em Nova York, no final do século XIX (fonte: Dal Co e Tafuri, 1991, p. 38).

⁵ Ibid., p. 36.

⁶ Evenson, 1983.



Zona das fortificações parisiense, em 1919. Foto de Eugène Atget (fonte: Dethier; Guiheux. *La ville, art et architecture en Europe, 1870-1993*. Paris: Centre Georges Pompidou, 1994. p. 100).



Casa-cabana em um assentamento ilegal vienense, em 1922 (fonte: Blau, 1999, p. 85).

As primeiras ações governamentais

As primeiras intervenções físicas por parte do Estado em relação à questão habitacional se caracterizaram principalmente pelas ações de erradicação dos cortiços e de outros territórios indesejáveis. De certa forma, pode-se dizer que representaram uma antipolítica de habitação social. Nas áreas que foram objeto das intervenções, eram significativos os contingentes de desalojados. Obviamente essas ações eram sempre justificadas como medidas que visavam à melhoria das condições sanitária, estética ou de circulação. Aconteceram de forma muito mais intensa nas cidades européias, onde os bairros antigos e deteriorados tinham um peso muito maior do que nas cidades americanas. Nos Estados Unidos, as intervenções ocorreram essencialmente no âmbito da regulamentação da produção rentista. Durante boa parte da segunda

metade do século XIX, várias medidas legais, no plano tanto nacional quanto local, procuraram normatizar a produção dos *tenements*. Essas intervenções foram responsáveis pela evolução dessa tipologia edilícia, que foi pouco a pouco ganhando melhores condições de iluminação e ventilação. Originalmente ela era uma edificação maciça, com vários andares, praticamente sem recuos, que ocupava a quase totalidade da área do lote. Os *dumb-bell tenements*, por sua vez, já possuíam poços que garantiam um mínimo de iluminação e ventilação. Em 1901, uma nova lei tentava pôr fim a essa modalidade habitacional. Essa lei tornou-se um marco na história urbana do país e é reveladora da opção americana caracterizada pela não-intervenção direta compensada por uma hiper-regulamentação. A lei possuía mais de cem “pormenoriza-

dos parágrafos” regulamentando padrões espaciais, dispositivos de proteção contra incêndios, sistemas de encanamento etc.⁷

À medida que nos aproximamos do final do século XIX, evoluía a idéia da necessidade da produção de moradias para a população carente. Mas o desenvolvimento dos acontecimentos assumiu contextos bastante díspares dependendo do país em questão. Nos Estados Unidos, a idéia pró-promoção da habitação social era contraposta ao paradigma da não-intervenção ou, para ser mais exato, da intervenção indireta exclusivamente via regulamentação da produção privada. Convém lembrar que, ao mesmo tempo que existe essa controvérsia em torno do papel do Estado nesse setor, o planejamento e o urbanismo estavam se definindo como campo de atuação. Nesse país, a questão habitacional foi excluída do âmbito de atuação do planejamento urbano. Nenhuma das grandes tendências e paradigmas do planejamento urbano americano incorporou a questão habitacional. Enquanto a reforma urbana europeia esteve diretamente ligada às tentativas de resolução da questão da moradia, o planejamento das cidades americanas continuou a se centrar na implantação de áreas verdes públicas, nas ações de embelezamento e finalmente na promoção da eficiência. O conteúdo programático do movimento pró-parques, do City Beautiful, da Civic Art e do City Efficient não deixa margem a dúvidas a esse respeito. Peter Marcuse⁸

foi um dos autores que procuraram apresentar os motivos dessa exclusão. Segundo ele, após 1910, houve um esvaziamento das duas principais razões que levariam à necessidade de ações governamentais no âmbito habitacional. Os riscos de incêndio e as condições de saúde sofreram impacto das novas tecnologias nesses dois campos. Os riscos quanto à ordem pública foram equacionados principalmente por meio de ações voluntárias de assistência social aos imigrantes. Daí o fato de o planejamento urbano americano dessa época não contemplar programas de habitação social. Na verdade, após a entrada dos Estados Unidos na Primeira Guerra Mundial, em 1917, esse país foi palco de uma breve experiência de programa habitacional de interesse social em larga escala. Essa experiência se inseria num vasto programa conhecido como “economia de guerra”, através do qual o Estado, com o seu poder de compra, pretendia promover uma racionalização dos processos produtivos, assegurando assim a provisão de determinados serviços e bens em setores específicos. Esse programa de provisão de moradias para a classe trabalhadora durou um ano e consistia em um esquema financeiro e na imposição de padrões em relação aos materiais, técnicas e projetos executados por agências específicas. As *war villages* construídas nesse breve período foram responsáveis pela provisão de moradias para cerca de 360.000 trabalhadores e suas famílias⁹. A partir do final da guerra, na medida em que a dita situação

⁷ Hall, op. cit., p. 43.

⁸ Housing Policy and City Planning: The Puzzling Split in the United States, 1893-1911. In: Cherry, G. E. (Ed.). *Shaping the Urban World*. Londres: Mansell, 1980. p. 23-58. Apud Hall, op. cit., p. 45.

⁹ Dal Co, 1973, p. 230.

de emergência era superada, o referido embate das posições pró e anti-intervenção voltaram à pauta. A posição hegemônica e vencedora foi a que advogava o não-intervencionismo.

No cenário europeu, a existência de um forte movimento operário aliado a uma burocracia estatal de tradição intervencionista fizeram com que o movimento pela reforma social e o planejamento urbano incorporassem a questão habitacional no cerne de suas preocupações. As políticas públicas no setor da habitação tomaram corpo principalmente por volta da virada do século XIX para o XX. Também nesse continente evoluía a idéia da necessidade de produção de moradias, embora, num primeiro momento, diretamente ligada às ações de erradicação dos cortiços, num intento de saneamento físico e “social”. Outra esfera de intervenção estatal foi a do controle dos aluguéis. A idéia da reforma das condições de habitação da classe trabalhadora não foi uma exclusividade das correntes progressistas. Assim como entidades privadas de orientação filantrópica, algumas administrações de orientação mais conservadora viam nos programas sociais, de forma geral, um preço a pagar pela paz e estabilidade social. Mas nem todos eram a favor da re-

forma urbana. Na França, por exemplo, ainda na década de 1880, qualquer intento de intervenção ou de regulamentação do direito de propriedade era prontamente lido como de orientação socialista, portanto, temido e condenado. Nesse mesmo país, “em 1883, um médico exprimia o desejo de que cada habitação dispusesse de um banheiro, mas reconhecia que essa proposição era ‘radical e absolutamente revolucionária’”¹⁰. A implantação de programas de habitação social ocorreu por meio da montagem de quadros técnico-administrativos específicos (Secretarias de Habitação) no âmbito das gestões locais. Tomava corpo a idéia de que a garantia das condições da habitação fazia parte dos deveres e incumbências do Estado. Na França, evoluiu uma legislação (1894, 1906 e 1912) que organizou a produção de habitações sociais pelas administrações locais. Nesse país, entretanto, em comparação à Inglaterra ou à Alemanha, até o final da Segunda Guerra Mundial, a habitação social não foi prioridade do Estado. Entre 1894 e 1914, só 10.000 moradias foram produzidas em toda a região de Paris¹¹. Na Grã-Bretanha, os programas tiveram início com uma lei aprovada em 1890, contaram com uma forte influência do movimento fabiano¹² e, num primeiro momento, foram concentrados na região

¹⁰ Evenson, op. cit., p. 219 (tradução nossa).

¹¹ Evenson, op. cit.; e Hall, op. cit.

¹² “Sociedade Fabiana, formada em 1884” na Inglaterra “sob a liderança de Henry Mayers Hyndman, membro da Federação Social-Democrata. Logo depois, com a dissidência da federação, foi fundada a Liga Socialista. Entre seus membros fundadores, figuravam William Morris, Belford Bax, Edward Aveling e Elenor Marx. Nos bastidores, a liga recebeu o apoio de Frederick Engels, segundo Lichtheim” (Gunn, 1997, p. 16). Pregava uma visão reformista que incluía a idéia da necessidade de esperar que as premissas do socialismo amadurecessem e, portanto, se contrapunha a visões mais radicais de transformação social. O próprio termo “fabiano” advém do nome do comandante militar romano Fabius Cuntador, que, na guerra contra Aníbal, soube esperar o momento mais propício para desencadear uma vitoriosa ação de ataque.

de Londres. Como já mencionado, consistiam principalmente em ações de erradicação de cortiços conjugadas à construção de unidades novas no mesmo local e também em áreas periféricas. Em 1909, uma nova lei possibilitou parcerias do poder público com construtores privados. A falta de controle das tarifas de transporte inviabilizou a ocupação das novas unidades pela população mais carente, que continuava a ocupar os cortiços em bairros deteriorados. De 1890 a 1914, apenas 18.000 moradias haviam sido concluídas, principalmente na região de Londres. Esse número era inferior ao de moradias eliminadas com as derrubadas dos cortiços. O resultado foi que entre 1901 e 1913 a superpopulação das áreas deterioradas só fez aumentar¹³.

Na Europa do norte (aí incluídas a Inglaterra e a Alemanha), foi principalmente depois da Primeira Guerra Mundial que as autoridades públicas se sentiram realmente pressionadas a buscar um novo modelo de políticas sociais. Era vergonhoso que ex-combatentes não possuíssem moradia decente. A própria cidade de Londres foi, durante a guerra, cenário de uma importante greve de inquilinos que resultou na imposição de uma legislação de controle dos aluguéis. Finda a guerra, o abrandamento desse controle seria impossível sem alterações significativas na oferta de moradias. Já em 1919 entrou em vigor a Lei de Habitação e do Planeja-

mento Urbano, que incumbiu as administrações locais de conhecer a realidade habitacional e de executar programas setoriais não mais restritos apenas à derrubada de cortiços. Essa lei garantiu também a provisão de subsídios para tal. Com reflexos e retomadas, que não cabe aqui detalhar, pode-se afirmar que no período que se seguiu implantou-se uma efetiva política de produção de moradias sociais em larga escala. Entre 1919 e 1933/34, em toda a Grã-Bretanha, as autoridades locais foram responsáveis pela produção de 763.000 moradias, das quais cerca de 31% foram concluídas naqueles anos¹⁴.

No período e na temática tratados neste trabalho, o mundo germânico apresentou um quadro bastante particular e inovador, comparado a países de forte tradição urbanística, como a França ou a Grã-Bretanha. Como já dito anteriormente, na França, os programas de habitação social adquiriram contornos numericamente significativos apenas após a Segunda Guerra Mundial. Na Grã-Bretanha, os resultados quantitativos foram qualitativamente decepcionantes. A expressiva produção de moradias entre as guerras apresentou soluções pouco imaginativas, tanto do ponto de vista urbanístico quanto do arquitetônico¹⁵. No que se pode considerar a segunda fase dos programas de habitação social (1919-1933/34), o custo do transporte constituiu, nesse país, o fator de elitização da clientela atendida¹⁶. A Ale-

¹³ Hall, op. cit., p. 77.

¹⁴ Ibid., p. 83.

¹⁵ Ibid., p. 84.

¹⁶ Ibid. (citando Young. *Becontree and Dagenham: The Story of the Growth of a Housing Estate*. Relatório para o Pilgrim Trust. Londres: Becontree Social Survey Committee, 1934. p. 118-120; e Burnet. *A Social History of Housing 1815-1970*. New Abbot: David and Charle, 1978. 233p.).

manha, por sua vez, apresentava de longa data o que se poderia chamar de uma tradição não só de gestão urbanística, veja-se o papel pioneiro do zoneamento alemão, quanto do próprio tratamento da questão habitacional. A tipologia arquitetônica das *Mietkasernen*, supracitada, parece ter sido fruto de uma iniciativa de Frederico, o Grande (1712-1786), para o alojamento das famílias dos soldados, donde o nome, que significa “casernas de aluguel”. Posteriormente, esse tipo de implantação foi muito difundida a partir da ação do prefeito Jakob Hobrecht em 1858. O conceito das *Mietkasernen* envolvia a idéia de promover uma integração social que instalava, num mesmo bloco de edifícios, ricos e pobres¹⁷. Ironicamente, o que se pretendia uma solução, com o aumento da demanda decorrente do grande crescimento da população das cidades, acabou se convertendo num ícone de sub-habitação e de ganância dos proprietários imobiliários. Durante o período entre as guerras, várias foram as municipalidades alemãs que empreenderam programas de produção de habitação social (Colônia, Celle, Breslau, Hanover, Hamburgo), mas, dentre elas, as experiências de Berlim e de Frankfurt foram certamente as mais importantes. Nesse país, desde a segunda década do século XX, havia uma formulação bastante clara da necessidade de uma política de socialização dos terrenos e da indústria da construção como forma de garantir um controle sobre os processos de especulação imobiliária. Em 1919, a Constituição de Weimar estabeleceu como incumbên-

cia do Estado nacional alemão a definição de uma política de gestão do solo, no intento de assegurar a generalização do direito a moradia¹⁸. Essa diretriz não chegou a ser efetivada, em função da turbulência financeira e política que se seguiu, mas a própria formulação dessa questão no texto constitucional é reveladora do grau de amadurecimento dessa problemática. Durante os anos 1920, “pipocou” nas mais diversas localidades do país a ação de cooperativas de produção de moradias ligadas à central sindical, de orientação social-democrata. Essa produção, viabilizada financeiramente pelo banco sindical, destinava-se aos trabalhadores sindicalizados. Nas prefeituras de Frankfurt e de Berlim, essas iniciativas foram potencializadas pela ação de administrações social-democratas. No caso de Frankfurt, o programa foi em grande parte facilitado pela já existência de considerável quantidade de propriedade fundiária pública, fruto de toda uma política de constituição de estoque, política existente desde o final do século XIX. A isso somou-se a existência de recursos financeiros consideráveis provenientes de uma taxa de 15% da renda imobiliária dos imóveis construídos antes da Primeira Guerra. Vinte e cinco por cento desse montante era destinado à promoção pública. A experiência de Frankfurt foi dirigida por Ernest May, figura de projeção internacional na difusão da arquitetura moderna. Ela durou de 1923 até 1930, quando 15.000 unidades foram produzidas, beneficiando 52.000 pessoas de um universo aproximado de 550.000 habitantes que a cidade abrigava naquela

¹⁷ Ibid., p. 36.

¹⁸ Tafuri e Dal Co, op. cit., p. 149.

época¹⁹. Nesse caso, foi o valor dos aluguéis que impediu o acesso das camadas mais desfavorecidas do operariado às unidades produzidas. Tanto no caso de Frankfurt quanto no de Berlim, a dimensão inovadora esteve ligada ao emprego de técnicas de produção industrializada e à estética modernista. Ambas as cidades constituíram o que se pode considerar um dos primeiros laboratórios aplicados do movimento moderno internacional.

Nos Países Baixos, desde 1852 tem-se notícia de ações filantrópicas que se dedicam à questão da moradia. Em 1868, já havia também cooperativas operárias agindo conjuntamente com as administrações locais. Assim como em outros países, essas primeiras intervenções foram quantitativamente insuficientes em face das dimensões do problema. A partir de 1896, a prefeitura da Cidade de Amsterdã implantou programas de doação de terrenos e de prestação de assistência técnica para a elaboração de projetos²⁰. Na verdade, os Países Baixos, dada a sua própria circunstância geológica, vêm apresentando notáveis particularidades institucionais no que diz respeito à gestão do território e, de uma forma mais geral, à dos recursos naturais. Tal, por exemplo, é o caso da gestão dos recursos hídricos, em que a necessidade de construção e de manutenção de sistemas de diques e drenagens engendrou a necessidade do desenvolvimento de avançadas formas associativas e de peculiares relações público-privado. No tocante ao desenvolvimento urbano, os altos investi-

mentos necessários para tornar urbanizáveis áreas geologicamente delicadas induziram ao desenvolvimento de um esquema institucional específico segundo o qual os proprietários se organizavam em consórcios e se faziam desapropriar, para o Estado executar os investimentos e restituir ao consórcio a terra beneficiada por um preço bem superior. A promoção imobiliária nesse país, segundo Tafuri e Dal Co (1976, p. 164), teria um caráter muito menos especulativo (quanto à dimensão fundiária) que em outros. Aliás, em termos político-econômicos, aquele capitalismo holandês tenderia muito mais aos investimentos nos setores produtivos, destinando comparativamente uma proporção muito menor do capital à renda fundiária.

Em 1901, foi aprovada uma lei nacional que conferiu às administrações locais o direito, o dever e os meios financeiros para o estabelecimento de planos de extensão para desapropriar imóveis insalubres, adquirir áreas e construir seja diretamente seja por meio de parcerias com cooperativas operárias ou com sociedades de promoção de moradias populares²¹. De 1918 a 1925, algumas administrações socialistas holandesas empreenderam importantes programas de promoção de habitação social, intimamente articulados com os programas de implantação de infra-estrutura e de controle dos aluguéis. A partir de 1925, o avanço das forças conservadoras significou o cancelamento de muitos desses programas e do controle dos aluguéis.

¹⁹ Ibid., p. 151-155.

²⁰ Panerai, Castex e Depaule, 1997.

²¹ Ibid., p. 77-78.

Os modelos urbanísticos

Os ideais de reforma urbana que norteavam essas ações em relação à questão da moradia sempre trouxeram, de forma subjacente ou explicitamente, determinadas visões, projeções e partidos de ordem geográfica, urbanística e até arquitetônica que pretendiam responder às problemáticas impostas pela cidade industrial. A identificação dessas visões, que passaremos a designar como “paradigmas”, constitui um dado imprescindível para a compreensão e a análise das políticas de habitação social.

A contraposição, diferenciação e mesmo proximidade em relação ao meio rural têm sido uma temática permanente na definição do urbano e mesmo nas formulações do que seria o urbano desejável. Voltando ao exemplo de Thomas More, na *Ilha da Utopia*, “a menor distância entre duas cidades (dentre as cinquenta e quatro lá existentes) é de vinte e quatro milhas”²². A idéia do esvaziamento da cidade em proveito do meio rural, na busca de melhores condições ambientais, já existia, pelo menos desde a Antiguidade romana. Sem dúvida, essa idéia foi enormemente potencializada pela insalubridade da cidade industrial. Não é de estranhar que nas primeiras formulações da reforma urbana/social tenha emergido a proposta de desadensamento. Este embutia a idéia do abandono e conseqüentemente da negação da cidade existente. Essa perspectiva estava presente em praticamente todas as figurações utópicas

do século XIX. Talvez uma das formulações mais acabadas e influentes dessa idéia de desadensamento e de abandono da congestionada cidade industrial seja a da Cidade-Jardim, apresentada originalmente por Ebenezer Howard em 1898 na obra *To-morrow: A Peaceful Path to Real Reform*. Ainda que a dimensão físico-territorial não esgote a proposta de Howard, ela foi seguramente a de maior impacto e repercussão. E decerto está entre as de maior reverberação na história do urbanismo contemporâneo. Mas a proposta de Howard foi “apenas uma” dentro de um vasto conjunto de propostas de melhoria da cidade industrial via o seu esvaziamento/abandono e a construção de núcleos de dimensões limitadas em meio a parques e/ou a uma idílica zona rural. A proposta de desadensamento físico se articulava muito bem, por exemplo, com a perspectiva anti-urbana segundo a qual a cidade era local de inevitáveis vícios e perversões. Esse paradigma se alinhava também com a tradição paisagística rural inglesa e com a ideologia então bastante presente no mundo germânico de que seria no pequeno vilarejo (e não na cidade) que residiria a verdadeira alma alemã.

Entretanto, esse paradigma não era único. Contrastada com ele, existia a visão de que a cidade desejável para o futuro seria densa, compacta e veloz, como por exemplo *La città futurista*, de Antonio Sant’Elia (1914), ou a proposta de *Cons-*

²² Borsi, op. cit., p. 29 (tradução nossa).

truções para uma metrópole moderna, de Mario Chiattonne, também de 1914. Na verdade, a principal referência temática em relação à qual os paradigmas se posicionavam era a da grande cidade, cheia de indústrias, poluída, congestionada e problemática. Era fundamentalmente a grande metrópole que deveria ser esvaziada, segundo o paradigma do desadensamento. Muito próximo à idéia do futuro urbano como sinônimo de altas densidades e arranha-céus, está o paradigma que via a grande cidade como local de vida cultural intensa, de realizações arquitetônicas monumentais, de desenvolvimento econômico e de oportunidades de emancipação dos indivíduos. Duas referências importantes foram Otto Wagner e Ludwig Hilberseimer. O primeiro foi o ganhador do concurso urbanístico para a cidade de Viena em 1893 (cujo plano não foi realizado) e autor do projeto para o desenvolvimento de uma grande cidade (1911); o segundo foi o projetista da *Cidade vertical*, em 1924, e autor de *A arquitetura da Grande Cidade*, publicada em 1927. O modo como esse paradigma configurava a cidade existente, embora ambíguo, era certamente bastante diferente da proposta de abandoná-la, como era o caso do paradigma do desadensamento. A grande cidade, no paradigma que leva o seu nome, deveria ser transformada e adaptada às necessidades do progresso e do desenvolvimento. Para os seus defensores, como Otto Wagner, o crescimento da grande metrópole não deveria ser limitado. A tarefa a ser executada seria a de reorganizar suas funções, principalmente melhorando suas condições operacionais, de

comunicação e de articulação de suas partes. Na proposta de Otto Wagner para Viena, assim como na proposta para o desenvolvimento de uma grande cidade, havia uma clara aceitação e mesmo reprodução da malha urbana e da tipologia histórica existente. Isso é bastante explícito, por exemplo, quanto à organização volumétrica, às proporções e principalmente ao esquema de ocupação dos quarteirões.



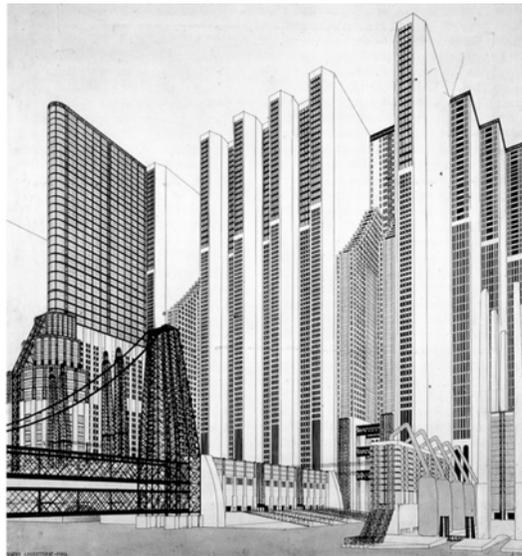
Gravura que figura no livro *Ilha da Utopia* de Thomas More, 1516. Note-se já presente uma determinada concepção de uma relação ideal entre o urbano e o rural. No canto superior direito, o meio urbano, congestionado e densamente ocupado, antípoda do que se passava na ilha.



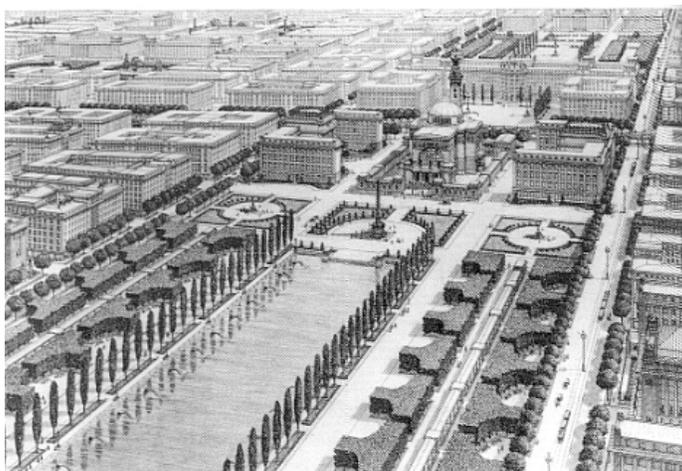
Frontispício da edição inglesa de *Notícias de lugar algum*, de William Morris, 1891. O ideal de desadensamento é apresentado como solução ao congestionamento da cidade industrial.



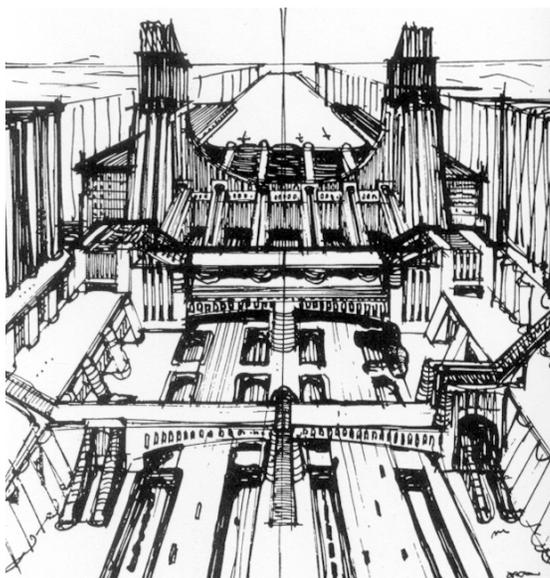
Cartaz publicitário americano, veículo da ideologia do subúrbio-jardim e da casa unifamiliar isolada como requisitos para a felicidade.



Projeto de "Construção para uma metrópole moderna" de Mario Chiattonne, 1914 (fonte: Dethier e Guiheux, op. cit., p. 197).



Projeto da “Grande cidade”, vista do centro do que seria o XXII “arrondissement” de Viena, de Otto Wagner, 1911 (fonte: Dethier e Guiheux, op. cit., p. 130).



Estudo para “A cidade futurista” (projeto para aeroporto e estação ferroviária em Milão), de Antonio Sant’Elia, 1914. O avião foi um elemento freqüente das figurações da cidade futurista italiana (fonte: Borsi, 1997, p. 120).



Projeto de “Avenida das casas-torre” de Auguste Perret, ligando Paris a Saint-Germain-en-Laye, 1922 (fonte: Evenson, 1979, p. 183).

Não é tarefa simples o estabelecimento de associações entre esses partidos urbanísticos e posições políticas. A grande metrópole era vista com desconfiança pelos conservadores e combatida também pelas posições de esquerda, veja-se por exemplo os “desurbanistas” soviéticos²³. A idéia do desadensamento, por sua vez, foi amplamente adotada pelos programas de habitação social anteriormente apresentados. Ela serviu de referência tanto para os programas de orientação mais conservadora, como foi o caso do período anterior à Primeira Guerra em Londres, quanto por administrações mais progressistas, como foi o caso de Frankfurt entre 1923 e 1930. Isso sem esquecer que essa idéia foi apropriada também pelos promotores privados responsáveis pelo desenvolvimento de um enorme número de bairros-jardim. A idéia do desadensamento implicava ainda dois outros planos de resolução: o regional e o arquitetônico. No plano regional, o desadensamento acarretava um projeto de ocupação geográfica do território que ruralizava o urbano ao mesmo tempo que urbanizava o meio rural. No arquitetônico, a opção pelas baixas densidades estava originalmente

ligada à idéia da tipologia da casa individual. Os grandes conjuntos nas cidades satélites se tornaram um fenômeno de massa somente após a Segunda Guerra. A unidade habitacional isolada, conquanto possua raízes culturais longínquas, como é o caso do mundo anglófono, foi prontamente apropriada pela ideologia conservadora de valorização da propriedade privada de caráter individualista. Uma vez mais podemos recorrer às formulações utópicas, para perceber o quanto essas opções feitas pelos programas sociais implantados no século XX pertencem a paradigmas já de longa data delineados. Nas principais figurações utópicas dos socialistas do século XIX, o que aparece não é a casa individual e isolada, mas sim o grande conjunto coletivo. Assim eram organizados o Falanstério de Fourier e o Familistério de Godin. Se quisermos, podemos recuar até pelo menos *Christianopolis*, de Johann Valentin Andreae (1619), que sem dúvida se organizava, também, em forma de grandes conjuntos coletivos. Obviamente, como já mencionado, em *Christianopolis* inexistia a propriedade privada.

A experiência da Viena Vermelha

Nos anos que se seguiram à Primeira Guerra Mundial, o crescimento da Cidade de Viena assumiu contornos extraordinários. A desarticulação do império austro-húngaro implicou um rearranjo político-territorial e demográfico de grandes proporções. Em termos econômicos, a

grande metrópole viu-se esvaziada da função administrativa do extinto grande império. Com o novo recorte territorial, Viena estava então isolada inclusive das regiões que anteriormente a abasteciam de víveres e de carvão. O cenário do pós-guerra era de pobreza e penúria. Em

²³ Banik-Schweitzer, 2000, p. 61.

1919, assumiu a administração municipal o Partido Social-Democrata, de orientação socialista. No plano nacional, isso aconteceu paralelamente à tomada de poder pelos socialistas cristãos (1920), nitidamente conservadores. A orientação política dos social-democratas austríacos era um comprometimento explícito com as transformações sociais, posição bem mais progressista e radical que a da maioria dos social-democratas europeus. Estes últimos, desde a cisão da Segunda Internacional (1914), assumiam abertamente posições “reformistas”, em oposição à “ortodoxia” dos comunistas. O socialismo municipal de Viena era então uma vitrine observada atentamente, tanto pela direita quanto pela esquerda. O modelo de passagem para o socialismo, aí proposto, diferia em muito da opção revolucionária russa, recém-vitoriosa. O programa de habitação social da Viena Vermelha era, na verdade, não apenas um programa social setorial, mas sim o ponto central de articulação de todo um projeto de desenvolvimento de uma cultura da classe trabalhadora socializada. E isso se dava fisicamente nos conjuntos habitacionais, que eram multifuncionais, abrigando centros educativos, unidades de prestação de serviço de saúde, creches, atividades culturais (cinemas, teatros etc.), centros esportivos e centros comunitários. Esses conjuntos se chamavam *Gemeinbauten* (edifícios municipais).

De fato, o programa habitacional da Viena Vermelha teve início sob uma forma

bastante diferente. Durante o período de guerra, uma parte significativa da população, por uma estratégia de sobrevivência, mudou-se para a periferia da cidade. Em assentamentos ilegais, na literatura internacional conhecidos como *wild settlements*, era possível a produção de víveres que permitiram a essa população sobreviver à penúria que acompanhou os tempos de guerra. Findo o conflito, uma parcela dessa população voltou para a cidade e uma outra se organizou em cooperativas para a construção de moradias segundo o modelo das cidades-jardim. É importante ressaltar que na Áustria esse modelo assumia contornos e traços muito diversos tanto da formulação original de Howard quanto das experiências existentes em outros locais do universo germânico. A cidade-jardim vienense não tinha nada de anti-urbana. Ela era relativamente densa e seus jardins, freqüentemente produtivos. Em 1923, houve uma inversão de diretrizes e o programa abandonou o modelo dos *Siedlungen*²⁴ pela construção dos *Gemeinbauten*, totalmente inseridos na cidade existente e, portanto, com características totalmente urbanas. De aspecto denso e monumental, são conjuntos bastante heterogêneos que ocupam pequenas ou grandes áreas, com 20 a 2.000 unidades habitacionais, e não obedecem a soluções arquitetônicas únicas. Cento e noventa arquitetos, ligados a escritórios particulares, foram responsáveis pelo desenvolvimento dos projetos. Num quadro de grande desemprego, não foram prioridade nem a industrialização nem as

²⁴ Designava originalmente o conjunto de casas agrupadas em torno das minas de carvão e das siderúrgicas, não totalmente independentes do subúrbio. Em alemão tem o significado de colônia e era a forma como eram denominados os assentamentos que seguiam o “modelo” das cidades-jardim: unidades unifamiliares, baixas densidades, localizadas na periferia das áreas urbanas.

inovações tecnológicas, mas sim o engajamento de mão-de-obra²⁵.

Para a aquisição de áreas, a prefeitura não dispunha do instrumento da desapropriação. Os terrenos eram negociados eventualmente através de intermediários como forma de escapar da majoração dos preços, de certa forma inevitável se o vendedor soubesse que o comprador seria o poder público. Na verdade, a prefeitura beneficiou-se de um grande estoque de terras preexistente, fruto de políticas de aquisição anteriores. Em 1918, antes portanto da administração social-democrata, a prefeitura já era proprietária de 4.690 hectares, perfazendo 18% da superfície do município. O período de crise financeira facilitou a queda dos preços e ofereceu à prefeitura oportunidades bastante vantajosas. Em 1922, o Ato de Controle dos Aluguéis foi outro fator a contribuir para a depreciação do custo dos terrenos. Em 1928, a prefeitura já era proprietária de 8.000 ha, correspondentes a 1/4 da superfície municipal. Em 1931, possuía 1/3 do município²⁶. Em termos de recursos financeiros, a principal fonte foi a taxa sobre os aluguéis estabelecida pelo Ato de Controle dos Aluguéis de 1922, que era cobrada dos inquilinos e cujas alíquotas eram altamente progressivas. A maior parte do total arrecadado provinha dos inquilinos das propriedades de luxo. O sucesso do programa de habitação da Viena Vermelha deve-se em grande medida ao fato de estar muito bem articulado e inserido em uma política de gestão do solo mais ampla. Outros instrumentos garantiam o rebaixamento

do preço da terra e o controle da valorização imobiliária: o imposto sobre a terra urbanizável e não ocupada; a taxação da valorização imobiliária; o direito de recompra pela prefeitura pelo valor declarado (o que inibia a subdeclaração como estratégia de escapar da taxa sobre valorização); a manipulação do zoneamento; e uma lei de 1929 que possibilitava a desapropriação de imóveis insalubres e de nesgas (sobras de terrenos).

O resultado desse programa (1923-1934) foi a construção de 64.000 moradias que abrigaram 200.000 moradores, num total de 2 milhões de habitantes, que era a população da cidade naquela época. Isto é, ao final do período, um em cada dez habitantes da cidade era morador de um *Gemeinbaut*. Além do mais, a população beneficiada era efetivamente a necessitada, diferentemente do que acontecera em Londres ou em Frankfurt. O sistema financeiro funcionava de forma que o valor dos aluguéis não excedia uma pequeníssima parcela do salário do morador. O programa de produção de moradias era então um investimento a fundo perdido. A importância dessa experiência deve-se, de um lado, a esses resultados quantitativos; além disso, a experiência de *Rot Wien* (Viena Vermelha) transcende em muito o campo da política habitacional, constituindo uma referência de abordagem holística no campo da política social. Do ponto de vista urbanístico, a importância está principalmente ligada ao ineditismo da abordagem de trabalhar com a cidade existente e não de acordo com os cânones do desadensamento,

²⁵ Blau, 1999 e 2000.

²⁶ Id., 1999, p. 138-139.

então hegemônicos. Cabe aqui a observação de que essa opção teve um condicionante de âmbito político-institucional. Os limites geográficos da municipalidade tornavam politicamente muito difícil a ado-

ção do modelo rarefeito dos *Siedlungen*. Mas, ao que parece, esse não foi o único fator a determinar o abandono desse programa em proveito dos *Gemeinbauten*.



Siedlung am Wassertum, Viena, 1928 (fonte: Blau, 1999, p. 124).



Karl-Marx-Hof, Viena, 1931 (fonte: Blau, 1999, p. 325).



Efeitos do bombardeio do Karl-Marx-Hof em 18/02/1934 (fonte: Blau, 1999, p. 5).



Cartaz de 1934 retratando a queda da “fortaleza vermelha”, isto é, da administração socialista de Viena (fonte: Blau, 1999, p. 5).

Conclusão

O resgate dessas experiências passadas nos faz perceber a perenidade de algumas das questões que ainda hoje norteiam os debates sobre as soluções e alternativas ao problema da habitação popular. Primeiramente, o papel nevrálgico ocupado pela questão fundiária. Todas as experiências relatadas só se tornaram possíveis pela efetivação de medidas que asseguraram a disponibilidade de terrenos onde os projetos vieram a se implantar. Em

segundo lugar, mas diretamente ligado a essa primeira questão, está o fato de que nas experiências mais profícuas a questão habitacional foi abordada a partir de uma perspectiva mais ampla, mais intimamente concebida com a questão financeira, e contava com instrumentos de gestão do solo bastante eficazes, notadamente no que diz respeito ao controle da especulação imobiliária. Quais foram esses casos? Viena foi um exemplo bastante

“conseqüente”. Em relação a ela, o Ato de Controle dos Aluguéis (1922) foi um instrumento muito mais completo e abrangente do que o descrito ao longo deste texto. Essa lei praticamente expropriou os proprietários dos imóveis de locação de seu direito de propriedade, sem entretanto aboli-lo. A Holanda é um outro caso “radical”. Só para lembrar: os proprietários constituem consórcios de desapropriação, o Estado desapropria a terra, urbaniza-a e revende-a para o mesmo consórcio. Houve a eliminação do capital fundiário (o que ganha com venda de terrenos). Só restou o imobiliário. A tal ponto que pode-se falar de um “capitalismo holandês” (naquela época), em que a proporção de capital ligado diretamente ao setor produtivo (não-especulativo) era maior do que nos outros países.

Em todos os casos aqui abordados, exceto o norte-americano, os programas

que chegaram à produção em massa de moradias se concentraram no período compreendido entre as guerras. Em todos eles, foram as administrações locais que implementaram os programas, cuja existência recebia sempre o apoio, pode-se dizer, de uma lei maior, de âmbito nacional. Só ocorreram programas municipais quando o poder foi assumido por administrações engajadas em alterar o quadro existente. Os resultados obtidos no âmbito dos programas de habitação social no período por nós analisado permitem afirmar que essas experiências constituíram antecipações do Estado de Bem-estar Social que caracterizou o mundo desenvolvido a partir do segundo pós-guerra. Nesse sentido, pelo menos em relação à maioria dos países aqui referidos, as realizações do segundo pós-guerra significam muito mais uma continuidade do que o início de uma nova forma de atuação do Estado.

Referências bibliográficas

BANIK-SCHWEITZER, Renate. Visions urbaines, plans et projets entre 1890 et 1937. In: BLAU, Eve; PLATZER, Monika. *L'idée de la grande ville: L'architecture moderne d'Europe centrale, 1890-1937*. Munique; Londres; Nova York: Prestel, 2000. p. 58-72.

BARROWS, Robert G. Beyond the Tenement: Patterns of American Urban Housing, 1987-1930. *Journal of Urban History*, v. 9, n. 4, p. 395-420, ago. 1983.

BLAU, Eve. *The Architecture of Red Vienna 1919-1934*. Cambridge, Massachusetts; Londres: The MIT Press, 1999. 510p.

_____. Grobstadt et prolétariat dans la Vienne Rouge. In: BLAU, Eve; PLATZER, Monika. *L'idée de la grande ville: L'architecture moderne d'Europe centrale, 1890-1937*. Munique; Londres; Nova York: Prestel, 2000. p. 205-208.

- BORSI, Franco. *Architecture et utopie*. Paris: Hazan, 1997. 198p.
- BURNET. *A Social History of Housing 1815-1970*. New Abbot: David and Charle, 1978. 233p.
- DAL CO, Francesco. From Parks to the Region: Progressive Ideology and the Reform of the American City. In: CIUCCI, Giorgio et al. *The American City: From the Civil War to the New Deal*. Cambridge, Massachusetts: The MIT Press, 1973. p. 143-291.
- EVENSON, Norma. *Paris: Les héritiers d'Hausmann*. Paris: Ecole Nationale Supérieure des Beaux-Arts; Grenoble: Presse Universitaire de Grenoble, 1983 (1979). 386p.
- GUNN, Philip. O paradigma de cidade-jardim na via fabiana de reforma urbana. *Espaço & Debates*, n. 40, p. 11-27, 1997.
- HALL, Peter. *Cidades do amanhã*. São Paulo: Perspectiva, 1995 (1988). 550p.
- PANERAI, Philippe; CASTEX, Jean; DEPAULE, Jean-Charles. *Formes urbaines: de l'îlot à la barre*. Marselha: Ed. Parenthèses, 1997 (1977). 195p.
- TAFURI, Manfredo; DAL CO, Francesco. *Architecture contemporaine*. Paris: Gallimard/Electra, 1991 (1976). 427p.

Resumo

O intuito deste trabalho consiste em apresentar a emergência de programas de produção de habitação social empreendidos em alguns dos principais países da vanguarda do processo de desenvolvimento capitalista. Pretende também abordar as concepções urbanísticas que os nortearam. O período em pauta vai até a Segunda Guerra Mundial, com uma atenção especial para o compreendido entre as guerras. A última parte do texto refere-se especificamente à experiência dos programas de habitação social da *Rot Wien* (Viena Vermelha). Trata-se do período político administrativo de 1919 a 1934, durante o qual esteve no poder municipal da Cidade de Viena o Partido Social Democrata, de orientação socialista. A expe-

Abstract

The aim of this article is to present the emergence of subsidized housing programs in some of the foremost countries involved in the rise of capitalism. The intention is also to consider the urbanistic concepts on which these programs were based. The period covered ends with the second world war, special attention being given to the period between the two wars which, as we will see, was especially important in certain countries. The final part of the text concerns specifically the case of the *Rot Wien* (Red Vienna) subsidized housing program. This was the political administrative period, between 1919 and 1934, during which the Vienna's municipal government of city was in the hands of the Social Democrats, a party of socialist persuasion. The

riência da Viena Vermelha constitui um marco na história dos programas de habitação social não só pelo número de unidades produzidas e pelos instrumentos institucionais e financeiros postos em prática, mas também pelo projeto de sociedade proposto e pelas concepções urbanísticas adotadas. Essa experiência foi encerrada pelo golpe fascista (austríaco) que antecedeu a ocupação alemã ocorrida em 1938.

Palavras-chave: habitação social, urbanismo-história, política urbana, política social.

experience of the Red Vienna project makes for an excellent case study on the history of subsidized housing programs not only because of the number of units it produced but also because of the institutional and financial tools implemented as well as the social plan it proposed and the urbanistic concepts adopted. This experience came to an abrupt end with the coup d'état carried out by Austrian fascist factions giving way to German occupation in 1938.

Keywords: subsidized housing programs, urban history, urban policies, social policies.

Recebido para publicação em maio de 2001

Luís Octávio da Silva é urbanista, mestre em Administração Pública (FGV), doutorando em Estudos Urbanos (Université du Québec à Montréal - Canadá) e professor na Universidade São Judas Tadeu

A espacialidade da riqueza: notas teóricas sobre as principais determinações da dimensão espacial do desenvolvimento capitalista

Carlos Antônio Brandão

O presente texto procura estabelecer e discutir o lugar teórico das principais determinações que explicariam o caráter desigual do processo de desenvolvimento capitalista e busca demonstrar a necessidade de avançar na teorização e na hierarquização dos determinantes que conformam a dimensão espacial desse processo. Sugerimos que para a devida análise crítica da acumulação desigual de capital no espaço seria imprescindível verificar articuladamente os movimentos de homogeneização, de integração, de polarização e de hegemonia nos diversos recortes territoriais.

O desenvolvimento capitalista é intrinsecamente marcado por rupturas, conflitos, desequilíbrios e assimetrias e apresenta uma peculiar espacialidade de sua riqueza, sob a forma de mercadorias, que requer instrumentos analíticos e conceituais bastante precisos para o seu estudo. Podemos dizer que todas as correntes

do pensamento social que procuraram abordar o desenvolvimento desigual dos espaços regionais apresentaram alguma proposição teórica acerca dessas quatro dimensões e forças. Entendemos que esses conceitos de homogeneização, de polarização, de integração e de hegemonia hoje exigem reatualização, pois foram concebidos e utilizados em realidades bastante diversas da apresentada pelo novo momento de mundialização do capital.

Cabe aqui, porém, um conjunto de alertas. É preciso ter cuidado para não cair nem em “abstrações científicas” (Oliveira, 1985), ou seja, entender o espaço e o tempo de forma apartada da ação social de sujeitos concretos, nem em “historicismos”, que não avançam além dos meros estudos caso a caso. Assim, deve-se esclarecer que esses quatro conceitos, mesmo retrabalhados, não possibilitam o estabelecimento de leis gerais de movi-

mento, ou seja, o entendimento da dimensão espacial do processo de desenvolvimento não pode prescindir, em nenhum momento, da História. As categorias sociais possuem uma natureza intrínseca não universalizável, posto que históricas. Marx (1982, p. 17) afirma, acerca do método da economia política, que “até as categorias mais abstratas (...) são, contudo, na determinidade dessa abstração, igualmente produto de condições históricas, e não possuem plena validade senão para essas condições e dentro dos limites destas”. Esse princípio é discutido por Pacheco (1998, p. 32), quando este esclarece que

“a discussão sobre regiões é desde logo uma problemática afeita ao desenvolvimento do capitalismo e à conformação de padrões de divisão do trabalho que se diferenciam espacialmente, com a conseqüente diferenciação econômica do espaço e, portanto, também dos sujeitos que habitam este espaço. Mas se o entendimento deste processo exige uma formulação teórica, esta formulação não se confunde com leis gerais. Trata-se de um processo eminentemente histórico-genético (...). Isto não significa obrigatoriamente ancorar-se numa proposta historicista, mas significa reconhecer que a elaboração teórica sobre este

processo não tem como fugir da fixação de suas condições históricas.”

Outro alerta importante é que aqueles quatro conceitos devem ser formulados em planos teóricos distintos, fruto que são de determinações muito diversas. Estando posicionados em âmbitos diferentes de análise, não são deriváveis dos mesmos elementos, e a passagem de um para outro envolve necessariamente inúmeras mediações teóricas que estão por ser construídas. Vários exemplos dos equívocos cometidos no estudo da relação entre tais conceitos podem ser encontrados em diversas passagens dos especialistas da área. Assim, Boudeville (1973) afirma que “a ausência de homogeneidade é a medida da ausência de integração”; Lipietz (1977, p.150) diz que “a homogeneidade é constitutiva da polarização (sem articulação não há polarização) e reciprocamente sem campo de forças sociais não há senão unidade formal do espaço considerado”, e Aydalot (1976), por sua vez, ensina que “o que define um espaço não pode ser um critério de homogeneidade, senão pelo contrário, um critério de complexidade”.

Procuraremos demonstrar como os conceitos propostos neste ensaio poderiam constituir-se em elemento fundante de uma perspectiva crítica que assuma como constitutiva a dimensão espacial dos processos econômicos e sociais.

Reconceituando o processo de homogeneização

A abordagem aqui proposta se afasta completamente da discussão de espaço homogêneo da chamada Ciência Regional. Ou seja, esse conceito deve ser iso-

lado de qualquer idéia de otimização, de convergência ou de equipotência “espacial”, bem como de critérios de semelhança e de contiguidade. Boudeville (1973),

por exemplo, irá tratar a homogeneização como “medida dos fatos (isto é, maior ou menor uniformidade)”, e já se tornou uma tradição dos estudos regionais a utilização desse conceito como critério para delimitar fronteiras regionais. O sentido aqui proposto procura mostrar que esse processo não delimita “regiões”, mas sobretudo “desfaz” fronteiras territoriais, abrindo horizontes e dispondo espaços para a valorização capitalista mais ampla.

Propomos que toda a ênfase da análise espacial recaia no processo de homogeneização de relações, isto é, de equalização, enquanto tendência, requerida pelo capital de relações de produção mais apropriadas a seu movimento unificado de valorização, ou seja, de condições “mais igualitárias” para a sua reprodução ampliada. Certamente o capital não requer e não engendra qualquer igualação de níveis de desenvolvimento do conjunto das forças produtivas. Realizar a separação de características comuns (topográficas, climáticas etc.) de uma determinada porção territorial (para contrapô-las a dessemelhanças extrafronteira sob análise) pouco permite avançar na análise da dimensão espacial do processo de desenvolvimento. Focalizar identidades regionais, buscando mostrar a harmonização e a coesão comunitárias e igualitárias de um espaço visto como contínuo e forçando a construção de uma personalidade própria e fundada em idiossincrasias localizadas, serve perfeitamente para a construção de uma pauta de reivindicações regionalistas, mas atrapalha a investigação crítica da dinâmica concreta de um determinado recorte territorial. Em outras palavras, a homoge-

neização não deve ser associada a nenhuma idéia de afinidades ou de solidariedade de uma “comunidade” particular, mas ao movimento universalizante do capital, arrebatando mesmo os espaços mais remotos a um único domínio. Apenas nesse sentido o capital é homogeneizador e abarcador.

Esse processo homogeneizador deve ser encarado através do vetor da acumulação capitalista de busca da valorização unificada e da universalização da mercadoria. Ou seja, da própria definição de capitalismo como regime social que leva a mercantilização às últimas conseqüências. O processo homogeneizador é atinente: à imposição pelo capital, em qualquer espaço, de seus pressupostos imanentes; à capacidade do mesmo em incorporar massas humanas à sua dinâmica; à atração de todos os entes à órbita de seu mercado; à subordinação a si de todas as unidades societárias; à busca de construção de um espaço uno de acumulação e à destruição de quaisquer barreiras espaciais e temporais que possam gerar atritos e fricções ao seu movimento geral. A luta do capital por uma esfera unificada de valorização engendra a arena e fixa os parâmetros (a igualdade das regras) sob os quais se dará a luta concorrencial. O capital busca a equivalência de suas condições reprodutivas em todo e qualquer lugar, assim, são próprias do seu movimento a aniquilação do espaço pelo tempo, a força dissolvente de relações arcaicas e a mobilidade e flexibilidade espaciais. É preciso muito cuidado no tratamento dessa dimensão “espacial” do capitalismo porque ela não tem nada de niveladora de desigualdades. Na ver-

dade, esse processo homogeneizador (de relações mercantis) cria e recria estruturas heterogêneas e desigualdades em seu movimento. Certamente o desenvolvimento capitalista não é uma dinâmica evolutiva de “nivelamento” e de propagação de progresso técnico por todas as porções do território. O que ele difunde é a lógica da multiplicação do valor, de um modo continuamente renovado em busca do enriquecimento absoluto, realizando recorrentemente a ruptura do isolamento, atravessando todas as fronteiras, arrefecendo barreiras e proteções erguidas por relações arcaicas¹. Sujeitando todos os recortes do território que interessem à sua determinação, o capital funde os espaços circunscritos, apropriando-se de terra, trabalho e dinheiro, transformando-os em mercadoria, segundo Polanyi (1980). Em sua trajetória de busca de riqueza abstrata, utiliza cegamente todos os entes em todas as escalas, segundo esse objetivo último de ganho privado, reproduzindo a

segregação, as assimetrias e as descontinuidades, acirrando a competição e aprofundando a desigualdade entre pessoas e lugares.

Essas estruturas heterogêneas criadas e recriadas no bojo do movimento homogeneizador serão enlaçadas e, crescentemente, vinculadas a partir da dominância de formas superiores de capital, presentes nas áreas onde o nível de desenvolvimento das forças produtivas tenha alcançado dimensão suficiente para requerer inexoravelmente uma divisão social do trabalho supra-regional e, portanto, uma potente articulação inter-regional. A homogeneização diz respeito, pois, a esse processo de construção dos *loci* e das regras das lutas concorrenciais, que busca engendrar um espaço unificado de valorização do capital e que define os espaços de mercado nos quais se desenvolverá a “coerção imposta” do processo de integração.

Reconceituando o processo de integração

O âmbito da análise em que se procura reconceituar a integração deve abranger a dinâmica coercitiva da concorrência como seletividade impositiva que irá operar naqueles espaços e horizontes abertos pela homogeneização. Após essa última ter “limpado o terreno”, ao “nivelar” as condições reprodutivas ambientais e ao construir as arenas para a valorização desimpedida de obstáculos extra-econô-

micos (tarefas do processo homogeneizador), a pugna entre as diversas unidades de riqueza poderá ocorrer nos construtos sociais denominados “mercados” (tarefa realizada via processo integrador). Ou seja, diversamente da concepção neoliberal presente, por exemplo, na concepção vulgar de globalização, a integração é um processo de enfrentamentos em um ambiente nada idílico, determinada que é,

¹ É no *Manifesto Comunista* que Marx e Engels realizam profunda análise do caráter disruptivo do capitalismo, da força propagadora (e “homogeneizadora”) que submete **todos** os seus elementos à lógica da mercantilização máxima.

em última instância, pela concorrência, necessariamente marcada por rupturas, transformações, conquistas e tentativas de preservação de espaços e horizontes renovados para a reprodução ampliada do capital.

A integração é sempre um processo contínuo e de difícil reversão, que exerce influência complexa e contraditória sobre as regiões aderentes, que serão engolfadas em adaptações recíprocas, com intensidades e naturezas diversas, destacando-se, evidentemente, a potência do vetor “centro dinâmico” => “periferia”, embora nunca possa ser encarada como unidirecional.

Dessa forma, ela recondiciona as economias aderentes, forçando-as à convergência e à acomodação das estruturas produtivas regionais. Quando acelera-se o processo interativo, acirra-se a concorrência inter-regional. Os mercados regionais passam a ser expostos à pluralidade das formas superiores de capitais forâneos. Na esteira da incorporação, multiplicam-se as interdependências e as complementaridades regionais, que podem acarretar o aumento tanto das potencialidades quanto das vulnerabilidades regionais. Metamorfoseia-se a densidade econômica de pontos seletivos no espaço: sua capacidade diferencial de multiplicação, de reprodução e de geração de valor e riqueza; sua capacidade de articulação inter-regional; o grau e a natureza das vinculações e a densidade dos circuitos “produtivos”. Mudam e diversificam-se os fluxos, o movimento de seus eixos de circulação e seu potencial produtivo.

Um autor clássico que apresenta uma boa percepção desse processo é Lênin (1982, p. 353), que diferencia o desenvolvimento do capitalismo numa parte do país do desenvolvimento do capitalismo nas “novas terras”.

“No primeiro, o que temos são relações capitalistas já estabelecidas que se desenvolvem; no segundo, a formação de novas relações capitalistas num novo território. O primeiro processo implica o *desenvolvimento em profundidade* do capitalismo, o segundo, o *desenvolvimento em extensão*”.

A integração visaria a uma maior profundidade e extensão na acumulação de capital.

À medida que disseminam-se as vinculações mercantis e que se acelera o concerto de uma divisão inter-regional do trabalho, torna-se cada vez mais evidente o contraste com a fase pré-integração. Naquele momento pretérito, vigorava uma verdadeira constelação de núcleos isolados, com relações mercantis rarefeitas, compondo um verdadeiro mosaico de “regiões” dispersas. Nesses espaços, dada a precariedade das comunicações inter-regionais, os segredos – base de sustentação do capital mercantil – são preservados e utilizados na constituição e na manutenção de canais especiais para a obtenção de privilégios e benesses no Poder Público. A ruptura do isolamento inter-regional acelera as temporalidades dos diversos espaços integrados. Concordamos com Faria (2000), que assevera que

“a maior circulação de mercadorias não só permitia romper com as limitações da duração do ciclo produtivo local, como, pelo aumento concomitante do fluxo de informações, proporcionava uma maior velocidade aos processos sociais e políticos, acelerando o próprio curso da história”.

Tornar os espaços conexos não é uma tarefa que ocorre com naturalidade.

“Passar do mercado regional ao mercado nacional costurando juntas economias de raio bastante curto, quase autônomas e muitas vezes fortemente individualizadas, não tem portanto nada de espontâneo. O mercado nacional foi uma coerência imposta ao mesmo tempo pela vontade política, nem sempre eficaz na matéria, e pelas tensões capitalistas do comércio externo e à longa distância.” (Braudel, 1979, p. 255, apud Faria)

Essa coerência imposta para construir e articular socialmente os mercados encontra diversos obstáculos que se antepõem ao avanço da concorrência intercapitais locais/regionais e ao estabelecimento de laços de complementaridade inter-regionais. A ação das forças da integração geralmente constitui um longo, contraditório, heterogêneo e conflituoso processo em que os espaços regionais circunscritos e capsulares vão sendo enredados a partir daquele(s) espaço(s) onde prevalecem formas superiores de acumulação e de reprodução econômica.

Assim, constata-se que a dinâmica da acumulação de capital geralmente

logra, na longa duração, integrar a economia nacional, formando um único espaço nacional de valorização, embora esse processo pouco tenha a ver com a diminuição das especificidades intra e inter-regionais. Muito pelo contrário, a integração põe em toda a inteireza a questão do fosso no nível de desenvolvimento das forças produtivas entre as regiões, impondo a conscientização da natureza desigual do processo de desenvolvimento capitalista e explicitando uma “questão regional”, que ganha foros de problemática concreta a ser enfrentada no/pelo Estado. Isso só acontece quando se consolida uma economia nacional integrada, diversificada e complexa (que tenha estabelecido e cristalizado uma divisão inter-regional do trabalho). Assim, a constituição, de modo irrecorrível, de um “mercado interno” não nega, antes reafirma e explicita, os descompassos, assimetrias e disritmias da dinâmica de transformação nos diferenciados espaços regionais, expondo, de forma eloqüente, as heterogeneidades estruturais inter-regionais (“desequilíbrios regionais”), as forças desintegradoras, e criando uma densidade social para a reivindicação de políticas compensatórias.

A partir da consolidação desse processo torna-se impossível qualquer experiência de engendrar-se, ao nível de uma única região, uma matriz produtiva densa e integrada, isto é, regionalmente “completa”. Inescapavelmente resta a cada região desprender-se de qualquer “ingenuidade” de buscar autonomia econômica (Cano, 1998) e, portanto, inserir-se especializada e complementarmente em elos específicos das cadeias produtivas

constitutivas da “matriz produtiva nacional”, que se encontra especializada por todo o território doméstico.

Note-se que a natureza daquele entrelaçamento de espaços diferenciados é bastante distinta segundo o grau alcançado pelo desenvolvimento das forças produtivas, tanto no “centro” quanto nos diversos espaços periféricos. Cada espaço constitutivo da diversidade regional acaba sucumbindo, de forma singular, ao enquadramento e à hierarquização provenientes do espaço regional hegemônico. Todas as regiões encontraram seu *locus* de vinculação na equação produtiva nacional, comprometendo, desse modo, sua autonomia econômica. A impactação intra-regional no momento do (e posteriormente ao) engate de cada região no “quadro nacional” é (des)estruturante, uma vez que os “espaços internos” a cada região metabolizarão, de maneira distinta, esse processo (Brandão, 2001).

Consolidadas a formação e a integração do mercado nacional, as economias regionais periféricas são impedidas de levar adiante qualquer projeto de “repetir os passos” da região dominante. Como afirma Cano (1998), as regiões periféricas passam a ser “acionadas” a partir do comando da economia do centro. Resta, então, tão-somente integrar-se comple-

mentarmente à economia do pólo dinâmico da acumulação, submetendo-se e enquadrando-se a uma hierarquia comandada por aquele centro do processo de decisões atinentes à acumulação de capital, que passa a ditar o ritmo e a natureza da incorporação de cada região do *ranking* nacional, vetando o que não fosse aquela “articulação possível” em cada momento e eventualmente gerando efeitos de destruição nas regiões que ousassem enfrentar os requerimentos emitidos pelo núcleo da acumulação de capital². Os diversos capitais, enquanto unidades expansivas de valorização, se disseminam e se defrontam em todo o território nacional (espaço agora homogeneizado para o jogo concorrencial), conformando uma estrutura produtiva densa, integrada, complexa e diversificada, que se localiza em diferentes parcelas do espaço geográfico nacional.

Amplificam-se e adensam-se os fluxos entre as regiões, e a relação centro-periferia ganha nova dinâmica e natureza. Transformam-se, inclusive, as pautas de comercialização regional, com a implantação e a diversificação da indústria da periferia, complementarmente ao pólo. Uma vez realizada a integração, a natureza e a dinâmica da potência desse “núcleo central da acumulação” devem ser analisadas, e deve-se perquerir sobre seu papel polarizador.

² Wilson Cano (1998) discutiu em detalhe o caso brasileiro de integração do mercado nacional, inclusive alertando para o fato de que o processo integrador pode proporcionar tanto efeitos de estímulo quanto efeitos de inibição/bloqueio e destruição.

Conceituando o processo de polarização capitalista

A terceira dimensão que deve estar presente em qualquer abordagem que não descure dos aspectos espaciais da acumulação de capital é a da **polarização**. Esta deriva da própria natureza desigual e combinada do desenvolvimento capitalista. O desenvolvimento das forças produtivas gera polaridades, “campo de forças” desigualmente distribuídas no espaço, ou seja, estruturas de dominação fundadas na assimetria e na irreversibilidade, que ainda serão reforçadas pela inércia dos investimentos em capital fixo concentrados naquela área central, marcada por forças aglomerativas. Apesar de contemplar a necessária interdependência entre distintas áreas, essa atração pelos pontos nodais funda-se na heterogeneidade e no exercício unilateral do poder e da potência do “centro” sobre algum tipo de “periferia”.

Os mais diversos estudiosos da temática urbano-regional apresentaram contribuições pertinentes às forças polarizadoras, ressaltando as características de cumulatividade, de crescimento não-balanceado e não-generalizado, ou seja, o caráter de transmissão bloqueada própria do crescimento econômico. Boudeville (1973) fala da polarização como medida dos processos (com maior ou menor interdependência e hierarquia). As idéias clássicas associadas a esse conceito, tais como irradiação mercantil com satélites gravitando em torno de alguns nós centrais, medida pela intensidade dos fluxos, sempre estiveram presentes no debate. Furió (1996, p. 79) expressa bem esse

conjunto de contribuições quando discute que “os fluxos não se distribuem aleatoriamente, nem com intensidades uniformes (...) os fluxos mais importantes tendem a orientar-se na direção e desde alguns centros dominantes”.

Em um nível mais geral, a polarização deriva dos processos de concentração e centralização do capital e de seus desdobramentos no espaço, embora entre um e outro inúmeras mediações sejam requeridas. Na verdade, ela é decorrente da heterogeneidade estrutural e da própria cumulatividade e das forças aglomerativas presentes no espaço geográfico capitalista.

O capitalismo continuamente desenha e redesenha “novas geografias”, produzindo novas escalas, novos pontos nodais, rearranjando as forças da polarização, da heterogeneidade e da dominação regionais. Muda o padrão de articulação da diversidade regional. Mudam os núcleos dinâmicos de comando que exercem diferentes espécies de atratividade e dominação e geram estratégicos pontos, eixos e nós de maior ou menor potência reprodutiva e capacidade de apropriação.

Atualmente, encontramos um novo caráter da influência exercida de alguns pontos do espaço sobre outros: as relações entre as regiões dominantes e as regiões subordinadas têm se transformado rapidamente, na medida em que o sistema capitalista aperfeiçoou uma série de instrumentos técnicos, organizacionais

etc. que lhe permitiu avançar em sua seletividade geográfica. Assim, a noção de polarização não precisa e não deve ser associada a conceitos do tipo indústria motriz, efeitos de filtração etc. e nem estar sempre necessariamente vinculada, como ocorreu no passado, de alguma forma, à variável distância. Crescentemente, a pesquisa regional e urbana deve encerrar um mapeamento exaustivo e complexo de localizações, de movimentos, de redes (direção e sentido), de fluxos (origens e destinos) e de nós (entrelaçamentos). Nesse sentido, a importante e cada vez mais freqüente pesquisa da matriz espacializada de investimentos ajuda a entender uma parte do processo, mas perde o sentido e a natureza da dominância exercida pelos *controlling cores* das grandes corporações e das grandes fortunas sobre

o desempenho das áreas periféricas. Ou seja, é o poder de controle progressivo dos *headquarters* do grande capital que possibilita “ondas desconcentracionistas” a partir do centro. Em outras palavras, são a potência e a eficácia das forças centrípetas que permitem a ação das forças centrífugas.

A discussão da gravitação, a partir de alguns poucos pontos focais, impõe a discussão da capacidade e do poder de decisão diferencial acerca do conjunto de elementos que dão sustentação à acumulação de capital. Em outras palavras, há que analisar, a partir do *core* do sistema, o grau de autonomia da reprodução de suas formas dominantes de valorização, para questionar o potencial de gestão e ordenamento sobre o conjunto nacional.

O grande desafio da análise: a incorporação do processo de hegemonia

As profundas transformações que estão se operando nas temporalidades e espacialidades da riqueza capitalista em escala mundial neste momento apresentam uma série de desafios para a análise da expressão espacial de densas e rápidas mudanças sociais.

Essas transformações verificadas no quadro mundial da atualidade e o conseqüente redesenho da geografia econômica mundial impõem uma agenda ampla e complexa de importantes questões que

devem fazer parte do debate acerca do estatuto, hoje, do recorte regional e das metamorfoses do movimento da acumulação de capital em sua dimensão espacial. O grande desafio é, então, procurar responder à intrigante questão: diante da atual onda de “globalização”, que papel a desempenhar resta às regiões?

As tentativas de resposta a essa difícil questão depararam-se com uma insuficiência do quadro teórico da chamada “economia regional e urbana”³. Básica-

³ Como não é nosso objetivo neste ensaio apresentar uma “história do pensamento” sobre a dimensão espacial do processo de desenvolvimento, aí incluída a discussão teórica sobre região, remetemos o leitor para Coraggio (1988), Gottdiener (1985) e Furió (1996).

mente, duas grandes correntes do pensamento social procuraram explicar a problemática das diversidades regionais. Uma, amparada pelo positivismo, conhecida como Ciência Regional, que em seu tratamento econômico de extração neoclássica procurou pensar as causas da ineficiência alocativa de recursos escassos no espaço, pesquisando “a diferenciação e inter-relação de áreas num universo de recursos desigualmente distribuídos e imperfeitamente móveis” (Dubey, 1977, p. 26). Outra, de extração marxista, que buscou examinar as diversidades entre as regiões, sob o prisma do movimento da acumulação de capital. Talvez se pudesse acrescentar uma “terceira via”, de corte “keynesiano”, que procurou analisar os mecanismos de determinação e medição das rendas regionais e propor ações estatais de Planejamento Regional. Entretanto, tal perspectiva acabou por emaranhar-se e esterilizar-se na primeira corrente listada, de base neoclássica.

Assim, uma ampla agenda de pesquisas se abre na atualidade, impondo uma espécie de “retematização” das diversidades regionais capitalistas. Em escala global, a realidade do desenvolvimento desigual dentro das diversas nações e dos blocos de nações vem sendo crescentemente diagnosticado e submetido a intervenções públicas compensatórias. A celeridade e a dimensão das revitalizações, das desindustrializações, das realocações regionais é impressionante. Surgem novas interdependências setoriais e territoriais, que redefinem circuitos produtivos regionais/locais e (re)criam novos usos das heterogeneidades espaciais pelo capital.

A crescente internacionalização dos circuitos econômicos, financeiros e tecnológicos do capital mundializado, de um modo geral, debilita os centros nacionais de decisão e comando sobre os destinos de qualquer espaço nacional. Uma das primeiras manifestações dessa desconstrução nacional se revela no esgarçamento do pacto federativo, que desorganiza as articulações entre o poder central e os poderes locais/regionais. Nesse sentido, muitos proclamam que bastaria cumprir as “exigências” da globalização, deste novo imperialismo da “partilha dos lugares eleitos”, ajustando-se, adaptando-se e submetendo-se a esta “fatalidade”, para formar um espaço receptivo e conquistador da confiança dos agentes econômicos mais poderosos. Com a completa negação da natureza das hierarquias (impostas em variadas escalas) de geração e apropriação de riqueza, segundo esse “pensamento único” que invade o debate do desenvolvimento regional e local na atualidade, teria ocorrido o fim das escalas intermediárias (e das mediações) entre o local e o global. Assim, “o local pode tudo”, e, diante da crescente “sensibilidade do capital às variações do lugar”, bastaria que se mostrasse diferente e “especial”, propagandeando suas vantagens comparativas de competitividade, para ter garantida sua inserção na modernidade. Exacerba-se, desse modo, uma luta entre os lugares para realizar a melhor “venda da região ou da cidade”, com a busca desenfreada de atratividade a novos investimentos, melhorando o “clima local dos negócios”.

Nesse novo contexto mundial, em que ordena-se e impõe-se, em uma “escala

geográfica condensatória”, a reprodução material e afirma-se a “totalidade empírica”, de que nos fala Milton Santos, contrapondo o mundo e o local, é preciso reproblematicar a região:

“a crescente importância da escala planetária na organização da economia, das finanças, das redes de poder tem, paradoxalmente, reforçado a importância das decisões nas escalas regionais e locais. O recrudescimento dos nacionalismos, regionalismos e localismos obriga-nos a encarar novos problemas e novos aparatos conceituais para a pesquisa regional.” (Castro, 1994, p. 158)

As mudanças tecnológicas e os imperativos da globalização têm apresentado novos requisitos locais, reafirmam-se e negam-se externalidades locais e regionais, desconstruem-se regiões. Tendências e contratendências medem suas respectivas forças. Muitas ainda não tiveram o tempo e a circunstância adequados para sua efetivação. Observadores menos atentos sugerem o fim das escalas intermediárias entre o local e o global.

O início do enfrentamento de tão complexas questões passa pelo levantamento mínimo das poderosas contradições inculcadas nesse objeto, que encontra manifestação em vários movimentos paradoxais que, *grosso modo*, poderiam ser sintetizados naqueles apresentados por Harvey (1992): “quanto menos importantes as barreiras espaciais, tanto maior a sensibilidade do capital às variações do lugar dentro do espaço e tanto maior o incentivo para que os lu-

gares se diferenciem de maneiras atrativas ao capital”. Mas listemos algumas contradições, que se exacerbam no momento contemporâneo.

É inconteste que o movimento da acumulação de capital se processa, em sua expressão espacial, de forma mutável, parcial, diversa, irregular e com alta seletividade. As manifestações no espaço da valorização e da riqueza são altamente discriminatórias. Existe, assim, um processo de busca e seleção por pontos do espaço que ofereçam maior capacidade de apropriação privada de rendimentos e onde “valorizar o valor” seja mais fácil. Cristalizam-se no espaço estruturas que “materializam-se” enquanto fluxos e fixos diversos, reveladores de uma propagação não-seqüencial, de uma intermitência espacial no processo de valorização do capital. Cabe notar que existe uma cumulatividade estrutural inerente a esse processo que irá determinar uma fixidez do arranjo espacial da reprodução da vida social. O peso da experiência passada – “espaço construído” – afirma cicatrizes, sinais e vestígios que posicionam “rugosidades” (Santos, 1985) no (e do) espaço. Ou seja, heranças e resíduos nos pontos do espaço que obstaculizam a fluidez e a mobilidade, constituindo formas fixadas através do prolongamento do passado no presente. Nesse contexto, não há sentido em buscar qualquer desses fenômenos “fora da história”. O movimento da acumulação de capital, sobretudo em sua face homogeneizadora de relações, vai procurar suplantando essa durabilidade das formas, das estruturas, das relações e dos processos preexistentes que soem limitar e dirigir as transformações em curso

requeridas por aquele movimento. Esse é um processo conflitivo e contraditório que nunca se completa plenamente e “de uma vez por todas...”.

Isso porque, por um lado, o capital busca valorizar-se sem confinamentos regionais/espaciais. Generalizando suas relações, procura impor e tornar comum sua lógica, circulando seus valores, símbolos e informações supra-regionalmente, gestando em seu cosmopolitismo um espaço e um mercado uno. No *Manifesto Comunista*, Marx e Engels (1982, p. 97) afirmam: “O capital necessita estabelecer-se em toda parte, explorar em toda parte, criar vínculos em toda parte...”. Estas são determinações de natureza genética do capital enquanto relação social, que encontram-se em uma fase superior de mundialização no presente, em que “o capital flui e suas atividades induzidas de produção/gerenciamento/distribuição espalham-se por redes interconectadas de geometria variável” (Castells, 1999). Seriam a desterritorialização e a dissolução das regiões, a derrota das especificidades, até se confundirem com o “espaço total”? Existiria a possibilidade concreta de um momento superior de “suplantação do espaço e invalidação do tempo” (Castells, 1999) ou de “aniquilação do espaço pelo tempo” (Harvey, 1992)?

Por outro lado, ao mesmo tempo, a natureza desigual da acumulação engendra um espaço múltiplo. “O capital não somente produz o espaço em geral, mas também produz as reais escalas espaciais que dão ao desenvolvimento desigual a sua coerência” (Smith, 1988, p. 19). As manifestações dos processos de produ-

ção, de consumo, de distribuição, de troca (circulação) são marcadamente diferenciadas espacialmente. Castells (1999) apresenta a tese de que, crescentemente, o capital é global, mas o trabalho é local. Um aumenta sua coordenação global no espaço dos fluxos. O outro se individualiza no espaço dos lugares.

À medida que as fronteiras territoriais são redesenhadas (apagadas segundo alguns), várias hipóteses são levantadas procurando dar resposta à contradição de que, mesmo com o capital universalizado, acentuam-se os particularismos localistas. A visão liberal-conservadora, representada por Ohmae (1993), discute a “disfuncionalidade” do Estado-nação em face do movimento globalizante e abarcador do capital. Considera que o recorte nacional conforma uma unidade não-natural para o *borderless world*. A escala eficiente – a regional – é a que vê constantemente seus contornos serem ratificados pelo mercado e que possui capacidade de justificar infra-estrutura (redes de comunicações, transportes e serviços profissionais de qualidade), comprovando a eficiência das ações do que ele denomina de Estados-Região.

Realmente, assiste-se atualmente ao crescente poder de veto, de bloqueio e de burla de grupos nitidamente demarcados territorialmente, com numerosos movimentos exprimindo demandas com expressões regionalistas, à propagação de ondas de separatismos, fragilizando as ações dos Estados nacionais e desintegrando pactos federativos. Com o aprofundamento da crise, diversos grupos de pressão regionais procuram vocalizar

suas demandas, e o regionalismo nada mais é que a expressão política desses grupos, que buscam construir sua identidade no recorte territorial, mobilizando-se para o enfrentamento com outras unidades e escalas espaciais no Estado. A coesão é criada simbolicamente, com a elite local articulando o discurso “em prol dos interesses legítimos da região”. Os donos do poder local instrumentalizam-se contra os valores universais e reatendem toda sorte de particularismos.

Deve-se ainda notar que, em seu esforço ideológico irrealizável de negar a política (restringindo ao máximo o espaço do público e expandindo o espaço do privado) e a utilidade de qualquer ente regulador externo ao mercado, os (neo)liberais apóiam toda e qualquer ação que possa significar um solapamento das bases do Estado, fomentando todo tipo de localismos.

Nesse contexto fragmentador, reforçam-se as lógicas autônomas que crêem na força de seu potencial endógeno de enfrentamento, bastando cumprir a “agenda estratégica com a qual possam assegurar a inserção competitiva” (Compans, 2001). Assim, questiona-se: que lógicas “regionais” poderiam estar atravessando ou “passando por cima” e ao largo da “jurisdição” e da “alçada” dos Estados nacionais?

Para tratar adequadamente tais questões complexas será preciso um novo esforço teórico, que passa, a nosso juízo, pela reconstrução dos três conceitos básicos (homogeneização, integração e polarização) inerentes à expressão espacial do

desenvolvimento capitalista, pois entendemos que essas são as três indissociáveis dimensões do processo de desenvolvimento desigual da acumulação de capital no espaço.

Além disso, os estudos dos padrões de desenvolvimento regional deveriam incorporar um quarto e último elemento fundante das relações intra e entre espaços e escalas geográficas: a **hegemonia**. Inicialmente cabe uma advertência de que ele é o “objeto terminal” da economia política da espacialidade capitalista. É nesse âmbito que se deve esclarecer como a questão das diversidades regionais se apresenta inescapavelmente como uma questão de Estado, expressa como uma “Questão Regional”. A equação política e a correlação de forças presentes em determinada Nação revelam marcantes cortes regionais/locais.

Com esse conceito de inspiração gramsciana, queremos apreender os processos assimétricos em que um agente privilegiado detém o poder de ditar, (re)desenhar, delimitar e negar domínio de ação e raio de manobra de outrem. Assim, o poder hegemônico deverá ter poder de enquadramento e hierarquização de relações, processos e estruturas, e ser o portador do novo (por exemplo, o domínio tecnológico). Deverá ter capacidade de iniciativa, de “endogenia de desenvolvimento”, de regulação e de administração dos limites e possibilidades de si e dos outros. Dada uma certa correlação de forças, considerada em determinado tempo-espaço, é preciso perscrutar a força coercitiva, os níveis e graus de “consentimento” para o domínio e exercí-

cio de direção que consolide um determinado “projeto de incorporação de todos” em sua órbita. Dessa forma, a afirmação enquanto núcleo hegemônico pressupõe algum grau de autonomia reprodutiva, de capacidade inovativa (em contraponto aos “outros” – os subordinados) e de direção persuasiva cultural-ideológica sobre o “conjunto nacional”, exercida no interior de uma determinada aliança. O ser hegemônico necessita ser minimamente “dono de seu próprio destino” para propor, articular e sustentar uma determinada unidade e administrar e centralizar uma “coesão nacional imaginária”.

O avanço dos estudos regionais em um tal terreno permitiria iluminar questões candentes como o esgarçamento dos pactos federativos, o uso de fundos públicos na reprodução das elites e fortunas regionais, a estrutura, as contradições e fissuras no bloco de poder, e trazer elementos

explicativos das dificuldades imensas em cimentar pactuações legitimadoras em países continentais e desiguais como o Brasil.

Por fim, caberia lembrar que o estudo regional crítico só tem sentido se indagar as causas da perpetuação das “estruturas de dominação: de renda, de propriedade, de controle político, de acesso ao Estado etc.” (Cano, 1998, p. 310). Ou seja, é somente a partir da inserção das questões urbano-regionais no contexto da reprodução social que se poderiam desvendar as causas mais profundas das heterogeneidades estruturais que se manifestam espacialmente na produção da riqueza capitalista. Nesse sentido, talvez os conceitos aqui abordados possam contribuir para a melhor apreensão da natureza desse processo de desenvolvimento desigual, excludente e segregador.

Referências bibliográficas

AYDALOT, P. *Dynamique spatiale et développement inégal*. Paris: Economica, 1976.

BOUDEVILLE, J. R. *Os Espaços Econômicos*. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1973.

BRANDÃO, C. A. Uma História da Longa Construção da Unidade Nacional: notas sobre a natureza da formação e integra-

ção do mercado nacional. In: Congresso Brasileiro de História Econômica, 4, 2001, São Paulo. *Anais...* ABPHE, USP, São Paulo, 2001.

CANO, W. *Desequilíbrios Regionais e Concentração Industrial no Brasil (1930-95)*. Campinas: Unicamp.IE, 1998.

CASTELLS, M. *A Sociedade em Rede*. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

- CASTRO, I. E. Visibilidade da Região e do Regionalismo. In: Lavinias, L. et al. *Integração, Região e Regionalismo*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1994.
- COMPANS, R. A emergência do empreendedorismo público urbano na cidade do Rio de Janeiro. 2001. Tese (Doutoramento) – IPPUR / UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO, Rio de Janeiro.
- CORAGGIO, J. L. *Territorios en transición: crítica a la planificación en América Latina*. Quito: Ciudad, 1988.
- DUBEY, V. Definição de Economia Regional. In: SCHWARTZMAN, J. (Org.). *Economia Regional: textos escolhidos*. Belo Horizonte: Cedeplar/Minter, 1977.
- FARIA, L. A. *Capitalismo, Espaço e Tempo*. Porto Alegre: FEE, 2000. Mimeo.
- FIORI, J. L. *Em Busca do Dissenso Perdido*. Rio de Janeiro: Insight Editorial, 1995.
- FURIÓ, E. *Evolución y Cambio en la Economía Regional*. Barcelona: Editorial Ariel, 1996.
- GOTTDIENER, M. *A Produção Social do Espaço Urbano*. São Paulo: EDUSP, 1985.
- HARVEY, D. *A Condição Pós-Moderna*. Rio de Janeiro: Loyola, 1992.
- LÊNIN, V. I. *O Desenvolvimento do Capitalismo na Rússia*. São Paulo: Abril Cultural, 1982.
- LIPETZ, A. *O Capital e seu Espaço*. São Paulo: Nobel, 1977.
- MARX, K.; ENGELS, F. *O Manifesto Comunista*. Rio de Janeiro: Zahar, 1982.
- MARX, K. *Para a Crítica da Economia Política*. São Paulo: Abril Cultural, 1982.
- MASSEY, D. *Spatial Divisions of Labor: social structures and the geography of production*. 2. ed. New York: Routledge, 1995.
- MAXIMOVA, M. *Problemas Fundamentais da Integração Capitalista*. Lisboa: Livros Horizontes, 1974.
- OHMAE, K. *O Fim do Estado-Nação: a ascensão das economias regionais*. Rio de Janeiro: Campus, 1996.
- OLIVEIRA, C. A. *O Processo de Industrialização: do capitalismo originário ao atrasado*. 1985. Tese (Doutoramento) – Unicamp.IE, Campinas.
- PACHECO, C. A. *Fragmentação da Nação*. Campinas: Unicamp.IE, 1998.
- POLANYI, K. *A Grande Transformação*. Rio de Janeiro: Campus, 1980.
- ROLIM, C. F. C. Integração x Integração: a busca dos conceitos perdidos. In: LAVINIAS, L. et al. *Integração, Região e Regionalismo*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1994.
- SMITH, N. *Desenvolvimento Desigual*. Rio de Janeiro: Forense, 1988.

Resumo

O texto discute os elementos-chave para a pesquisa da dimensão espacial do processo de desenvolvimento capitalista. Propõe que a devida análise crítica do movimento desigual da acumulação de capital no espaço requer a verificação articulada dos processos de homogeneização, de integração, de polarização e de hegemonia nos recortes territoriais. Entende que esses conceitos hoje precisam ser reatualizados, pois foram concebidos e utilizados em realidades bastante diversas da apresentada pelo novo momento do processo de mundialização do capital.

Palavras-Chave: Desenvolvimento; Espaço; Globalização.

Abstract

The present paper aims at discussing the key elements for research focused on the spatial dimension of the capitalist development process. It proposes that as far as a proper critical analysis of unequal capital accumulation is concerned, it would request concentration on verifying in a combined way the processes of homogenization, integration, polarization and hegemony of the territorial scales. It suggests that these concepts should be brought up to date as long as they have been conceived and applied to rather diverse realities as compared to the current one deriving from the process of capital globalization.

Keywords: Development; Space; Globalization

Recebido para publicação em maio de 2001

Carlos Antônio Brandão é professor do Instituto de Economia da UNICAMP e pesquisador do Núcleo de Economia Social, Urbana e Regional - NESUR

Pesquisa

Espaços de convergência e utopia: um diálogo entre as obras de Milton Santos e de Henri Lefebvre*

Cristovão Fernandes Duarte

Introdução

A centralidade assumida pela problemática do urbano, com especial ênfase a partir dos anos 1970, tem produzido uma avalanche discursiva, envolvendo pesquisadores dos mais diversos campos do conhecimento. Um desafio comum, no entanto, parece presidir e, ao mesmo tempo, justificar o renovado interesse pelo fenômeno urbano: tentar compreender o que se passa com as nossas cidades no momento mesmo em que se assiste ao processo de globalização financeira e tecnológica do capitalismo.

O presente ensaio insere-se nesse debate, ao cotejar as idéias de dois pensadores do fenômeno urbano contemporâ-

neo – Henri Lefebvre e Milton Santos –, cujas contribuições teóricas vêm permitindo uma promissora revisão dos conceitos tradicionalmente veiculados sobre o espaço.

Henri Lefebvre (1901-1991) deixou-nos uma vasta obra composta de 57 livros, dedicada sobretudo ao estudo do mundo moderno. Traduzida no mundo inteiro, ela ignora as fronteiras entre as disciplinas especializadas (parcelares), transitando com liberdade e rigor entre diferentes campos do conhecimento, tais como a filosofia, a sociologia, a história, a lingüística etc. Entre os temas recorrentes no pensamento desse autor, destacam-se a crítica da vida cotidiana, o marxismo, o Estado, o espaço

* O presente ensaio deve ser em parte creditado aos companheiros e companheiras do Grupo de Estudos Lefebvrianos - GEL, com os quais vimos, na Cidade do Rio de Janeiro, discutindo coletivamente as contribuições de Henri Lefebvre sobre a problemática do espaço.

e o urbano. Pensar no limite, isto é, forçar sempre o entendimento para além do já pensado; não recuar diante do possível-impossível da utopia; recuperar, por meio da dialética entre a teoria e a prática, um mundo vivo, em transformação permanente, tais foram os desafios enfrentados por Lefebvre. Disso resultou, entre outras contribuições, a proposição do *método regressivo-progressivo* (chave de decifração de sua obra), método que permite compreender o objeto (virtual) da análise como um campo de possibilidades de futuro, que restabelece o compromisso entre a produção do conhecimento e a construção (simultânea) de uma estratégia para a transformação da realidade.

Milton Santos (1926-2001) foi professor emérito de Geografia Humana da Universidade de São Paulo. Com mais de 30 livros publicados, este geógrafo brasileiro, recentemente falecido, tornou-se referência obrigatória para estudiosos do espaço no mundo inteiro. Tendo lecionado em diversas universidades da Europa, da África, da América do Norte, da América Central e da América do Sul, sua trajetória foi marcada pelo reconhecimento nacional e internacional de seu trabalho intelectual. Além do Prêmio Internacional de Geografia Vautrin Lud, em 1994, recebeu o título de doutor *honoris causa* da Universidade de Toulouse (1980), da Universidade de Buenos Aires (1992), da Universidade Complutense de Madri (1994) e da Universidade de Barcelona (1996), bem como de diversas universidades brasileiras. Compartilhando com Lefebvre o traço da transdisciplinaridade, Milton Santos revelou-nos uma *geografia nova*, melhor

dizendo, uma *metageografia* dotada de um sistema descritivo-interpretativo capaz de engajar/explicar os processos espaciais em curso no período atual.

O diálogo entre os autores anunciado no título deste ensaio não deve ser tomado em sentido literal. Trata-se, na verdade, de uma conversa orquestrada e dirigida no sentido de demonstrar o parentesco conceitual entre o *slogan* lefebvriano do “direito à cidade” e a “força de resposta do lugar” de Milton Santos. A nosso ver, os conteúdos utópicos subjacentes àquelas formulações partilhavam motivações teóricas semelhantes, que decorreriam, basicamente, do resgate no campo teórico e prático, empreendido por ambos os autores, da dimensão espacial do cotidiano como reduto do valor de uso e fonte de produção de contra-racionalidades diante dos efeitos da difusão, em escala planetária, da racionalidade dominante.

Embora reconhecendo a autonomia e a singularidade do pensamento de um e de outro, é necessário identificar as convergências e simetrias aludidas, articulando pontualmente algumas das idéias desenvolvidas por Milton Santos e Henri Lefebvre acerca da dimensão espacial das práticas sociais.

Num plano secundário mas não menos importante, a “leitura cruzada” dos pensamentos de Milton Santos e de Henri Lefebvre, que se utiliza de um para compreender o outro e vice-versa, revelará também o próprio método de estudo adotado: uma tentativa de apreensão da complexidade teórica contida nas obras aqui focalizadas.

Convergência e utopia

Tanto para Lefebvre como para Milton Santos, o conhecimento do espaço tem como ponto de partida a relação dialética estabelecida entre sociedade e espaço, entendendo o espaço como meio de produção da realidade social (Lefebvre, 2000, p.102; Santos, 1999, p. 52 e 88). Essa premissa confere ao espaço uma centralidade poucas vezes igualada, obrigando ao pensamento uma revisão conceitual com relação ao conhecimento produzido a partir das ciências especializadas. Para Milton Santos, o mundo (que é um só) é visto através do prisma de uma determinada disciplina, mas o conhecimento produzido por cada parcela autônoma deve ser reintegrado no saber geral. Por isso, continua o autor, “construir o objeto de uma disciplina e construir sua meta-disciplina são operações simultâneas e conjugadas” (Santos, 1999, p. 17). Em outras palavras, o objeto teórico não pode ser reduzido (subordinado) aos interesses específicos das disciplinas. Ao contrário, é o objeto teórico, assim construído, que deve fornecer às disciplinas um horizonte comum (a totalidade), aberto de possibilidades a serem alcançadas (através dos processos de totalização), permitindo-lhes transcender as verdades parciais.

Ao longo de sua obra, Lefebvre empreende uma verdadeira demolição dos reducionismos (sempre instrumentalizados ideologicamente) oriundos dos campos da filosofia, da sociologia, da política, da economia, do urbanismo, da geografia etc, postulando a necessidade de um pensamento e de uma estratégia do conhe-

cimento capazes de restituir a totalidade do espaço (Lefebvre, 1972, p. 149). Uma totalidade que, no entanto, sempre será provisória. Milton Santos credita a Henri Lefebvre a formulação do conceito de totalização ou totalizações, posteriormente desenvolvido por Sartre (Santos, 1999, p. 95). A totalidade é o resultado dos processos de totalização dos quais se encarrega o pensamento dialético e, como tal, não se deixa apreender. Visando apreendê-la, o pensamento recorre à abstração para, através da análise, decupar, fragmentar, cindir o todo. O movimento prossegue então em sentido inverso, da parte para o todo (síntese), rearticulando em novas bases o que havia sido repartido (Lefebvre, 1983, p. 117-21). O ponto de chegada não coincide com o ponto de partida, do contrário não se poderia falar em produção de conhecimento sobre a realidade. No processo de totalização, nem mesmo o que foi momentaneamente separado pela análise pode permanecer inalterado. A cristalização aqui corresponderia à paralisação do processo de produção do conhecimento: “cada nova totalização cria novos indivíduos e dá às velhas coisas um novo conteúdo” (Santos, 1999, p. 96). É desse modo que se entende o caráter provisório e dinâmico da totalidade: o ponto de chegada (a totalidade) se transforma em novo ponto de partida, permitindo ao pensamento retomar o movimento, para o qual a velha metáfora da *espiral dialética ascendente* continua adequada.

A *démarche* sobre o espaço inaugurada por Lefebvre o leva a perceber anteci-

padamente (a primeira edição de *O direito à cidade* é de 1967) a nova escala planetária assumida pela problemática do urbano, bem como uma nova estratégia de dominação por ela implicada (Lefebvre, 1991, p. 25). *O direito à cidade* surge, assim, como um manifesto; uma bandeira de luta do pensamento crítico contra a consumação dessa nova forma de dominação global, vislumbrada ainda em seu início. Entre as ameaças identificadas pelo autor, destaca-se a imposição da lógica do mundo da mercadoria sobre o espaço social urbano. Para Lefebvre, a forma urbana é a forma mental e social da simultaneidade, da reunião, da convergência, dos encontros, da festa (id., 1972, p. 125-7). Constitui, portanto, um reduto de resistência do valor de uso, isto é, da diferença, da diversidade, da complexidade. A forma do valor de troca reduz o urbano à mercadoria, suprimindo um direito até então intocado, no exato momento em que o desenvolvimento da sociedade urbana poderia propiciar a sua ampliação efetiva para toda a sociedade: o direito ao valor de uso do espaço e do tempo, implícito no direito à cidade (id., 1991, p. 81-2 e 104). Essa invasão do espaço corresponde, segundo o autor, à nova inspiração do capitalismo, quando este parecia já estar perdendo o fôlego. A produção global e total do espaço social e o surgimento de um mercado de espaços em escala planetária cumprem assim os objetivos de uma completa reorganização da produção, subordinada aos novos centros de informação e decisão (id., 1972, p. 160-1). Nos centros de decisão do neocapitalismo, superpostos aos centros de consumo da cidade capitalista precedente, não são mais as pessoas e

as coisas que se devem reunir, mas as informações e os conhecimentos (id., 1991, p. 131).

Seguindo por outro caminho, com escalas em diferentes paragens, Milton Santos reencontra nas cidades, sobretudo nas grandes metrópoles, assoladas pela globalização financeira e tecnológica dos dias atuais, fragmentadas pela verticalidade dos fluxos hegemônicos e submetidas à perversidade dos processos de exclusão social, a *força de resposta do lugar*. A resposta contra-hegemônica vem exatamente daqueles que, tudo perdendo, mantiveram-se ligados a uma sociabilidade eminentemente urbana, inscrita nos interstícios territoriais da própria exclusão, comandada agora (de fora para dentro) por uma ordem distante. Nessas áreas de sombra, resultantes de sucessivos arranjos espaciais sobre o território, de velhas carcaças herdadas de um passado distante (em alguns casos, como as periferias e favelas, nem tão distante assim), protegidas por suas próprias fraquezas e pela incapacidade de adaptação em face dos imperativos econômicos e tecnológicos da globalização, pôde ser forjada uma outra lógica (Santos, 1999, p. 246 e 261). Contribuem para isso, segundo o autor, as relações de proximidade, contigüidade e reciprocidade, como vetores de produção permanente de redes horizontalizadas de solidariedade e de interação comunicativa entre os participantes (co-presença e condição de vizinhança). A intensificação dos conteúdos comunicacionais produzida nos guetos urbanos favoreceria, assim, o fortalecimento da visão crítica de um cotidiano repetitivo e indesejável (no qual prevalece a explora-

ção e a escassez) e a afirmação de uma cultura popular (articulando o universal e o particular) em contraposição à cultura de massas (ibid., p. 256 e 260). A diversidade socioespacial produzida pela urbanização acelerada das últimas décadas e potencializada pela utilização das tecnologias da informação atualmente disponíveis adquire um conteúdo explosivo, indicando a reemergência das massas populares e o surgimento de um novo período histórico (id., 2000, p. 143). De trincheiras de resistência, os guetos urbanos passam à condição de atores sociais, interpelando e desvelando, cotidianamente, o alcance real dos objetivos de uma racionalidade totalitária e excludente, cuja eficácia sistêmica não pode ali se realizar plenamente. Em meio à ideologia do consumo, os pobres descobrem a escassez e dela tomam consciência (ibid., p. 128-34). A força, diz Milton Santos, está, paradoxalmente, com os homens lentos. E a sua lentidão deriva também da resistência oferecida pelo “prático-inerte” sarreano, representado pelas estruturas materiais sedimentadas pelo tempo na cidade. Os lugares, funcionando como intermediários entre o mundo e o indivíduo, assumem, portanto, uma posição central na história (id., 1999, p. 251-2).

Estamos diante, pois, da redescoberta (ou reafirmação) da dimensão espacial do cotidiano e da superação da forma

mercadoria, através da retomada do valor de uso do espaço (e do tempo).

Nas obras sobre o espaço que se seguiram ao “*Direito à cidade*”¹, Lefebvre retoma e desenvolve os conceitos nele contidos, reafirmando a idéia da construção do projeto (utópico) de uma nova sociedade: *a sociedade urbana mundial*. Desse engajamento político da sua produção teórica, o próprio título do livro *A revolução urbana*, publicado pela primeira vez em 1970, constitui uma clara evidência. Nele, reaparece a proposição da autogestão (urbana) generalizada, incluindo e vinculando a autogestão industrial, como estratégia política para a implementação do “direito à cidade (isto é, do direito de não ser excluído da centralidade e de seu movimento)” (Lefebvre, 1972, p. 155).

O livro *La pensée marxiste et la ville*, rebatizado na tradução brasileira de 1999 como *A cidade do capital*², propõe uma reflexão a partir das indicações sobre a cidade e a problemática do urbano presentes nos escritos de Marx e Engels. Trata-se de um esforço para “limpar o caminho”, em meio ao dogmatismo economicista vigente, resgatando e inscrevendo *o urbano* como objeto de análise dentro do quadro teórico do materialismo histórico.

¹ Entre as quais destacamos de modo especial: *La vie quotidienne dans le monde moderne* (1968), *La révolution urbaine* (1970), *La pensée marxiste et la ville* (1972), *Espace et politique* (1973) e *La production de l'espace* (1974). (Nota: as referências bibliográficas inseridas no corpo do texto indicam a data de edição das traduções consultadas, relacionadas no fim deste trabalho).

² O título da edição brasileira, é preciso que se diga, revela uma visão editorial mais comprometida com o produto do que com a obra.

Diante dos objetivos deste ensaio, destacamos da obra supracitada a análise que Lefebvre faz de *A situação da classe trabalhadora na Inglaterra*, escrito por Engels em 1845. A originalidade do pensamento de Engels, então com vinte e três anos, revela-se na descrição pioneira dos modos de funcionamento do capitalismo (na Inglaterra) e na clarividente percepção dos processos de urbanização e industrialização nele imbricados. O paralelismo entre a concentração demográfica e a concentração do capital é apontado por Engels como a dupla tendência centralizadora do capitalismo. Essa premissa guiará a denúncia das péssimas condições de vida dos trabalhadores britânicos e as poderosas contradições da realidade urbana. A imagem da cidade desvela-se pela simultaneidade dos opostos: a riqueza e a pobreza, a beleza e a fealdade, a civilização e a barbárie. A balbúrdia das ruas apinhadas, a mescla das classes sociais, a dissolução da identidade individual no anonimato da multidão, levaram Engels a introduzir os temas da “multidão solitária” e da “atomização” (id., 1999, p. 15). Em nenhum momento, como nota Lefebvre, Engels pretende associar essa realidade com uma doença do “organismo” social. Ao contrário, para o fundador do materialismo histórico, as relações de produção capitalistas engendram uma *ordem específica* – a da produção industrial, que, por sua vez, gera uma *desordem específica*: a desordem urbana (ibid., p. 19-20). *A guerra de todos contra todos*, na qual se inscreve a luta de classes, foi a expressão encontrada para descrever a concorrência e a violência generalizadas, intrínsecas à moderna sociedade burguesa (ibid., p. 25). De acordo com Engels,

“as grandes cidades são a sede do movimento operário; foi nelas que os operários começaram a refletir na sua situação e na luta, foi aí que pela primeira vez se manifestou a oposição entre o proletariado e a burguesia (...)” (apud ibid., p. 27).

Passados exatos cento e cinquenta e cinco anos, as palavras de Engels ainda repercutem. Suas notáveis intuições são retomadas, repensadas e atualizadas nas formulações de Henri Lefebvre e de Milton Santos. A metáfora da “guerra de todos contra todos”, vislumbrada em 1845, se transforma, com a expansão planetária dos mercados, na “guerra dos lugares” (Santos, 1999, p. 198). A luta pela apropriação do espaço-tempo assume o centro da cena, confrontando ricos e pobres, dominantes e dominados. De um lado, a produção do espaço como valor de troca, de outro, a produção do espaço como valor de uso (Lefebvre, 1972, p. 25). No primeiro caso, “o reino da necessidade”: a ordem distante (informacional), os fluxos hegemônicos, as verticalidades, a separação, a segregação; no segundo, “o reino da liberdade”: a ordem próxima (comunicacional), a lentidão, as horizontalidades, a co-presença, o acontecer solidário (Santos, 1999, p. 205-7). Oposições dialéticas, cuja superação se processará *no e pelo* espaço social urbano.

Em 1974, com *A produção do espaço*, o pensamento de Lefebvre é condensado na forma de um tratado sobre a problemática do espaço. Nesse tratado, antigas idéias assumem uma nova formalização e um novo grau de complexidade. O “urbano” dá lugar ao espaço social, conside-

rado em escala planetária. No âmbito da abordagem aqui pretendida, interessa ressaltar, sobretudo, a tríade conceitual das práticas sociais de produção/reprodução do espaço proposta pelo autor. Para ele, essas práticas podem ser analiticamente subdivididas em três dimensões: práticas espaciais, representações do espaço e espaços de representação (Lefebvre, 2000, p. 42-3). Essas dimensões dizem respeito, respectivamente, ao físico, ao mental e ao social, embora não se possa conceber nenhuma delas independentemente das demais. Ao longo da exposição, o autor introduzirá ainda os termos *percebido*, *concebido* e *vivido*, como traduções sintéticas dos três conceitos formulados (ibid., p. 48-9).

A interdependência entre os conceitos propostos acarreta sérios problemas à tentativa de explicação isolada de cada um deles, e tal procedimento implica um grande esforço imaginativo. Talvez por isso o próprio Lefebvre evite definições claras, preferindo desenvolver ao longo do livro uma aproximação gradual a cada conceito por comparação e contraste com os demais, como corretamente percebeu Shields³.

Em que pesem as dificuldades referidas, faz-se necessário aqui uma apresentação sumária daqueles conceitos. Por práticas espaciais (*o percebido*) entende-se a relação estabelecida entre as ações humanas e os suportes materiais dos espaços configurados. Recorremos, “como

de costume”, ao auxílio de Milton Santos, quando afirma que a materialidade do espaço geográfico constitui, simultaneamente, uma condição, uma estrutura de controle, um limite e um convite à ação (Santos, 1999, p. 257). A ação não pode prescindir de seu suporte físico, embora ela não se esgote na relação com a materialidade. A ação implica, ao mesmo tempo, na produção do sentido (significado) e na produção da presença (corporeidade). A simples menção das palavras “sentido” e “presença” já insinua a imbricação do *percebido* com o *concebido* e o *vivido*.

Desse modo, a *força de resposta do lugar*, anteriormente mencionada, pode ser entendida como tributária da “cumplidade” estabelecida entre os *homens lentos* (porque excluídos) e a resistência oferecida pelo ambiente construído à mobilidade dos fluxos hegemônicos. De um lado, a restrição, mas também a possibilidade e o convite à ação, e de outro, a produção de sentido e de presença, através da ação⁴. Nesse sentido, a formulação do *percebido* cumpre a função de resgatar, analiticamente, a consideração da materialidade do espaço como uma componente fundamental do cotidiano.

Por representações do espaço (*o concebido*) entendem-se os discursos produzidos sobre o espaço. São formas de conceber e representar o espaço, tais como os planos urbanos, os mapas, as utopias, as leis, as teorias, os códigos, os

³ R. Shields. *Lefebvre, love and struggle*. London: Routledge, 1999.

⁴ Sobre essa questão, ver também Ana Clara Torres Ribeiro. A natureza do poder: técnica e ação social. *Interface – Comunicação, Saúde, Educação*, v. 4, n. 7, p. 13-24, 2000.

discursos ideológicos, o senso comum etc. As ações humanas necessitam de parâmetros que as orientem e que as tornem espacialmente realizáveis num determinado momento. Esses parâmetros decorrem de codificações e de normas instituídas culturalmente compartilhadas. As representações do espaço ligam-se, portanto, aos conhecimentos disponíveis sobre o espaço, sejam eles falsos ou verdadeiros. Mistos de conhecimentos (sempre relativos e em processo de transformação) e de ideologias (manipulações), as representações do espaço engendram/propiciam, fundamentalmente, os *espaços dominantes*. A supremacia do *concebido* sobre o *percebido* e o *vivido* (por intermédio da persuasão ou da violência) acarreta a instauração do espaço abstrato e unificador do poder. Na cidade, repetindo Lefebvre, a instauração do espaço abstrato corresponderia à substituição da heterogeneidade da forma urbana (valor de uso) pela homogeneidade do espaço-mercadoria, da equivalência abstrata entre os diferentes (valor de troca). Ou, segundo as palavras de Milton Santos, à imposição de uma racionalidade totalitária do sempre igual em detrimento da criatividade e da liberdade de uma práxis social, articulada local e globalmente e construída em meio à diversidade socioespacial (ibid., p. 245 e 257-9).

Por espaços de representação (*o vivido*) entendem-se as práticas pré-reflexivas presentes no cotidiano. São os *espaços dominados* pelo interdito, pelos tabus, pela proibição, em suma, pelas representações do espaço (*o concebido*). Mesmo sob dominação, entretanto, o *vivido* insurge-se e subsiste, interagindo dialeticamente com as demais dimensões do espaço. Por isso o *vivido* é também a sede da transgressão, dos desejos (ainda) não realizados, da imaginação, da criatividade, da luta clandestina, da subversão etc. Como exemplo de espaços de representação, Lefebvre aponta a apropriação popular do espaço pelos moradores das favelas e guetos urbanos (apud Shields, op. cit.). Nessas áreas prevalecem formas de sociabilidade e códigos alternativos, a despeito das normas dominantes e das regulamentações estatais vigentes. A convergência conceitual entre os autores aqui focalizados mais uma vez se acentua. Com base na descrição apresentada, o conceito lefebvriano do *vivido* e a formulação de Milton Santos (já referida anteriormente) a respeito da produção de contra-racionalidades em meio à exclusão, da qual decorreria, em última análise, o caráter insurrecional dos pobres na cidade, parecem validar-se mútua e reciprocamente.

O futuro comanda o presente

Henri Lefebvre e Milton Santos elegem o espaço como objeto teórico; ambos inscrevem sua produção intelectual no âmbito da teoria social crítica; além de terem

lido um ao outro, compartilham filiações teóricas comuns, como indicam os casos de Sartre e Engels anteriormente referidos. Essas são considerações secundárias

para os objetivos deste trabalho. O que pretendemos destacar é o projeto utópico que preside e explica os constructos teóricos desses autores.

Assim como Lefebvre, Milton Santos trabalha com a idéia de um presente dinâmico, no qual já se encontram em jogo, como virtualidades, inúmeras possibilidades de um futuro em construção. Essa idéia, aliás, compartilhada também com Sartre (apud Santos, 1999, p. 101 e 265), permite aos dois autores articularem os campos da teoria e da prática urbanas em torno de um *projeto*. E a construção desse projeto só pode ocorrer por meio

da política, entendida, nesse contexto, como uma práxis libertadora e inventiva, capaz de antecipar o lugar, possível-impossível, da utopia.

Do confronto entre as idéias de Milton Santos e de Henri Lefebvre resulta um imenso conjunto de possibilidades, que estimula o prosseguimento desta investigação. Por isso, a conclusão deste ensaio será apenas e necessariamente um expediente provisório. Como nos lembra Umberto Eco, “os livros se falam entre si (...); os livros produzem livros e multiplicam o saber”⁵.

Referências bibliográficas

ECO, Humberto. Reflexões sobre a escrita. *Terceiro Mundo*, n. 20, 1989.

LEFEBVRE, Henri. *La revolución urbana*. Madri: Alianza Editorial, 1972.

_____. *Lógica formal. Lógica dialéctica*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1983.

_____. *O direito à cidade*. São Paulo: Ed. Moraes, 1991.

_____. *A cidade do capital*. Rio de Janeiro: DP&A, 1999.

_____. *La production de l'espace*. Paris: Ed. Anthropos, 2000.

RIBEIRO, Ana Clara Torres. A natureza do poder: técnica e ação social. *Interface – Comunicação, Saúde, Educação*, v. 4, n. 7, p. 13-24, 2000.

SANTOS, Milton. *A natureza do espaço: espaço e tempo: razão e emoção*. São Paulo: Hucitec, 1999.

_____. *Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal*. Rio de Janeiro: Record, 2000.

SHIELDS, R. *Lefebvre, love and struggle*. London: Routledge, 1999.

⁵ Reflexões sobre a escrita. *Terceiro Mundo*, n. 20, 1989.

Resumo

O presente ensaio pretende investigar possíveis simetrias conceituais subjacentes ao *slogan* lefebvriano do “direito à cidade” e à “força da resposta do lugar” de Milton Santos, a partir de uma leitura cruzada das principais contribuições teóricas desses dois autores acerca do espaço social urbano. Segundo o ponto de vista aqui assumido, essas motivações decorreriam, basicamente, do resgate no campo teórico e prático, compreendido por ambos os autores, da dimensão espacial do cotidiano como reduto do valor de uso e fonte de produção de contra-racionalidades diante dos efeitos da difusão, em escala planetária, da racionalidade dominante.

Palavras-chave: cidades, espaço, urbanismo

Abstract

The present work intends to investigate possible subjacent conceptual symmetries of those two slogans: “right to the city” (Henri Lefebvre) and “the powerful response of the place” (Milton Santos) through the examining of the principal literary contributions of those two authors related to the concept of social urban space. According to my point of view, those motivations developed by the two authors were basically due to the idea of the spatial dimension of everyday life, like a place of use value and source production of counter-rationalities dealing with the diffusion effects, in planetary scale, of the dominant rationality.

Keywords: cities, space, urbanism

Recebido para publicação em julho de 2001

Cristovão Fernandes Duarte é professor da Universidade da Amazônia e doutorando do IPPUR-UFRJ

Resenhas

Le Corbusier and the Continual Revolution in Architecture

Charles Jencks

New York; The Monacelli Press

2000, 382 p.

Roberto Segre

En la dedicatoria de un libro a Leleta, esposa de Lucio Costa, Le Corbusier escribió en 1952: “*la vie est sans pitié*”. Esta es la única referencia a un arquitecto brasileño en el reciente volumen de Jencks, *Le Corbusier and the Continual Revolution in Architecture*. Tampoco ningún latinoamericano es citado, pese al considerable número de diseñadores, urbanistas, políticos, clientes y artistas, que mantuvieron estrechos vínculos con el Maestro dentro y fuera del Continente. Poco afortunada resultó nuestra región en el panorama ecuménico de la arquitectura moderna que el autor inició en los setenta con su *evolutionary tree*: un sistema ameboidal en blanco y negro cuya voluble y cambiante estructura, integraba personajes y movimientos que definieron la contemporaneidad. Niemeyer fue el protagonista latinoamericano siempre en primera línea, acompañado luego por el *Argentina Bank* (sin citar ni la obra ni los autores), y actualmente en el 2000, por Costa, Legorreta,

Villaneuva (quizás imaginó que Villanueva fuera un arquitecto francés?). Finalmente, también quedó incluida la omnipresencia de nuestra dura realidad: el 3^{er}. *World Ghetto*.

Cuando a inicios de los años setenta, Jencks publicó *Le Corbusier and the Tragic View of Architecture*, evidenció algunas facetas personales del Maestro que no fueran señaladas hasta entonces, y elaboró ciertos análisis filosóficos, sociológicos y psicológicos originales. Con posterioridad, ocurrió la avalancha de libros y ensayos a raíz de celebrarse el centenario de su nacimiento (1987), profundizándose en temas aún ignorados de su trayectoria. Surgieron trabajos rigurosos realizados en Argentina, Brasil y Chile, que investigaron la significación de sus visitas al Continente en 1929 y 1936; tanto por la incidencia de América Latina en su nueva visión urbana, como por el impacto que ejercieron sus ideas entre los jóvenes profesionales de la región.

Resulta entonces inadmisibile que un ensayo publicado en el año 2000, obvие totalmente el tema, al referirse a los factores que marcaron la obra del Maestro entre 1928 y 1945: América Latina, o mejor dicho sólo Río de Janeiro, es citada en función de las relaciones (amorosas o artísticas) sostenidas con Josephine Baker, otorgando gran importancia a la dinámica (o precariedad) sexual de Le Corbusier: su difícil matrimonio con Yvonne Gallis; el intento (fracasado) de seducción de la periodista hindú Taya Zinkin; los vínculos con Marguerite Tjader-Harris y Minette da Silva; su emoción por las *teenagers* del Vassar College. Caracterización que poco, a nuestro criterio, incidió en su personalidad creadora o en las etapas “estilísticas” de su vida: hasta ahora por sexo o erotismo, sólo pasaron a la historia Don Juan, Casanova y el Marqués de Sade.

Hoy, peca de ligereza y superficialidad desconocer el impacto ejercido sobre Le Corbusier por la visión de La Pampa y la extensión infinita de Buenos Aires; los meandros de los ríos Paraná y Uruguay o el inusitado paisaje de *morros*, mar, playa y bosques, que alberga la ciudad de Río de Janeiro. El cambio profundo de sus visiones urbanas – consideradas por Manfredo Tafuri como las más importantes del siglo XX –, ocurrieron en Río, al imaginar un edificio de apartamentos que se extendía por kilómetros como una cinta continua, fluyendo libremente entre los *morros* y la bahía de Guanabara. De esta primera concepción se materializó luego en 1932, la secuencias de proyectos del Plan Obús para la ciudad de Argel. Sus contactos con la cultura popular se intensificaron en las *favelas*

cariocas, quedando impresionado por la sensualidad y el erotismo de las mulatas, homólogas a la exuberancia del paisaje. Percepciones anteriores a las similares experimentadas con argelinas y españolas en el continente africano.

A su vez, Jencks enfatiza la influencia del pensamiento de Nietzsche en Le Corbusier, a través del libro *Also Sprach Zarathustra*, refiriéndose al vitalismo del “predicador” representado por el espíritu combativo del “superhombre”, volcado a transformar una realidad estática y obsoleta. ¿Donde se materializa la metáfora del Anticristo? Pues, en América Latina. El Maestro, frente a la pequeñez y la mediocridad de la Academia (los planes “clásicos” de las capitales locales), desde las alturas de los *morros* o de los rasca-cielos cartesianos flotando en el Río de la Plata, realiza el gesto demiúrgico creando la ciudad del futuro. En Río, abandona la abstracción metafísica y realza la espontaneidad de la vida al proyectar – parfraseando a Tafuri –, “una inmensa máquina biomórfica”, síntesis entre arquitectura y naturaleza, entre hombre y paisaje. Es entonces en Latinoamérica donde – además de los cambios acaecidos en su producción pictórica al interesarse por la Naturaleza, los “objetos de reacción poética” y los cuerpos femeninos –, se inician los cambios radicales que, de las “cajas blancas”, culminarán en Ronchamp y Chandigarh. Es una historia marginada por Jencks y es deber de nosotros esclarecerla y reafirmarla.

Roberto Segre é professor do PROURB / UFRJ

From the ground up: environmental racism and the rise of the environmental justice movement

Luke Cole & Sheila Foster

New York; London: University Press

2001, 244 p.

Cecília Campello do Amaral Mello

O livro *From the ground up* conta a trajetória de diferentes experiências de lutas políticas nos EUA cujo eixo comum é a oposição à instalação de aterros de lixo tóxico nos ambientes de vida de determinadas comunidades, a partir da percepção de que as atividades altamente poluidoras do meio ambiente tendem a ser alocadas em áreas cuja maioria da população é pobre, negra, latina ou indígena; portanto, de que a alocação desse tipo de depósito obedece a critérios racistas, donde advém a idéia de *racismo ambiental*.

Construindo o texto sobre narrativas que valorizam as experiências propriamente ditas, os autores procuram combinar um olhar de dentro dos movimentos – o que permite um encontro com o instigante desenrolar dos processos de luta, seus personagens principais e secundários e enredos muitas vezes imprevisíveis – com um

olhar distanciado, a partir do qual procuram analisar as experiências buscando elementos propícios para pensar as questões estruturais do funcionamento da “economia política da degradação ambiental” (p. 11) e da máquina política norte-americana e seus efeitos sobre a (re)produção das condições de vida dos imigrantes e das minorias raciais nesse país.

Os autores oferecem uma gama diversificada de estudos de caso, do ponto de vista regional, racial e das táticas utilizadas pelos movimentos, visando a uma representatividade dos casos não por semelhanças que poderiam ter entre si, mas por suas *diferenças* enquanto possibilidade de articulação e ampliação do alcance político das reivindicações por justiça social em conflitos ambientais.

Se, por um lado, a opção por um eixo em torno dos estudos de caso é clara pela

forma como o livro foi organizado – o prefácio já traz um relato envolvente de uma luta bem-sucedida de uma comunidade rural de maioria latina na Califórnia –, por outro, há um considerável investimento dos autores em abordagens mais teóricas, em que procuram analisar as origens do movimento (capítulo 1), as disputas acadêmicas e políticas acerca do conceito de racismo ambiental (capítulo 3), assim como as tensões produzidas pelos mecanismos legais e regulatórios que operam no sentido de conter a ação e as conquistas dos movimentos (capítulo 5).

O primeiro capítulo traz “uma história do movimento por justiça ambiental”, cujas raízes múltiplas se encontram consolidadas muito antes do momento em que diferentes movimentos locais construíram uma coalizão nacional em torno da noção de justiça ambiental, em 1991.

Os autores optam por construir uma história que privilegia os vários espaços de articulação política de que a Justiça Ambiental é tributária, a saber, o movimento por direitos civis, o movimento antitóxico, as universidades, o movimento dos índios norte-americanos, os sindicatos e o movimento ambientalista. O histórico destaca os diferentes pesos e graus de importância dessas dinâmicas coletivas na constituição da Justiça Ambiental e na definição de suas estratégias de luta. Cabe destacar a contribuição central dos movimentos por direitos civis nos EUA, com suas experiências de organização e ação direta, e a contribuição tardia e relativamente pouco significativa do ambientalismo tradicional, em razão das diferenças dos seus membros e

lideranças – em sua maioria homens brancos de classe média e alta –, em relação às minorias raciais representadas pelos movimentos por direitos civis.

Os capítulos voltados para estudos de caso trazem exemplos de lutas travadas por negros, latinos e índios contra grandes corporações da indústria do lixo tóxico. No primeiro caso analisado (capítulo 2), os autores desvendam a “economia política do racismo ambiental”, a partir da luta dos moradores da pequena cidade de Chester, na Pensilvânia, um enclave negro do Estado de Delaware, de maioria branca, contra as indústrias de processamento de lixo e esgoto nele alocadas. Aqui, os autores demonstram como a “racionalidade econômica” defendida para a instalação de unidades altamente poluidoras em determinadas áreas é invocada para justificar todo um complexo processo de tomadas de decisão em que estão em jogo razões de ordem racial e política. Um círculo vicioso perverso é assim produzido: áreas de maioria negra em processo de desindustrialização e o conseqüente aumento do desemprego são os alvos prediletos para a implantação de aterros de lixo e de unidades poluidoras, o que não só estigmatiza esses locais como lhes atribui uma “vocaçãõ” para tal tipo de empreendimento, atraindo cada vez mais atividades econômicas poluentes e afastando as que temem carregar consigo aquele estigma.

O segundo caso aborda as condições de possibilidade da participação política e as potencialidades e limites das batalhas jurídicas, a partir da experiência de Buttonwillow, uma comunidade de maio-

ria latina do sudeste da Califórnia, que se vê ameaçada pela presença de um aterro de lixo tóxico altamente nocivo para a saúde dos seus moradores. O relato descreve a luta dos habitantes por condições equânimes de participação no processo de decisão relativo à expansão do aterro de lixo tóxico, enfocando os obstáculos impostos por uma língua inglesa e uma linguagem técnica desconhecidas por boa parte deles, assim como os limites da luta quando esta sai do confronto direto e ganha os tribunais, onde os recursos e o espectro da ação das grandes corporações são substancialmente maiores do que os de que dispõem os movimentos dos moradores. Entre perdas e ganhos, destacam-se os efeitos de poder advindos da luta pela tradução da língua e da linguagem e pela conseqüente inscrição da participação política de minorias latinas nas instâncias políticas locais.

O último caso analisa o processo de formação de uma Rede Ambiental Indígena (capítulo 6) que rompeu com o isolamento relativo entre os diferentes grupos indígenas norte-americanos, unindo-os em torno da defesa dos seus territórios contra a invasão de incineradores de lixo tóxico e outras formas de atividades poluidoras, que atentam contra o meio ambiente das reservas e contra as representações desses grupos sobre o corpo, a vida e a morte.

O último capítulo do livro – ao qual segue-se um interessante apêndice contendo extensa bibliografia de estudos e artigos sobre a (in)justiça ambiental – traz uma reflexão sobre as transformações que os movimentos por justiça ambiental geraram nos planos macro e micropolíticos. A práxis política opera mudanças que vão além do plano mais visível da “vida comunitária”, produzindo efeitos no nível das subjetividades dos atores que assumem essas lutas, bem como das diretrizes políticas nacionais, como prova o fato de o movimento por justiça ambiental ter sido capaz de modificar a legislação ambiental norte-americana no ano de 1994.

O livro de Cole & Foster é uma excelente porta de entrada para quem busca elementos para compreender como se realiza a articulação de diferentes lutas em torno de eixos convergentes; para quem deseja conhecer melhor a história do movimento por justiça ambiental nos EUA e/ou simplesmente conectar-se com exemplos de lutas e conquistas que se estruturam “das bases para cima”.

Cecília Campello do Amaral Mello é mestranda do PPGAS-MN-UFRJ

Instruções aos colaboradores sobre o envio de artigos para publicação em CADERNOS IPPUR

1. Os artigos devem ser apresentados em no máximo 25 (vinte e cinco) laudas de 20 (vinte) linhas de 70 (setenta) toques; os textos devem ser enviados em disquete de 3,5" ou CD-ROM de computador padrão IBM PC ou compatível, utilizando um dos programas de edição de textos disponíveis para esses equipamentos. As figuras deverão ter extensão EPS, TIF, WMF, CDR ou XLS (gráficos em excel), ser elaboradas em P&B e ter o tamanho máximo de 17 cm x 12 cm. As tabelas deverão ser feitas no Word.

2. As referências bibliográficas devem ser incluídas em notas de rodapé e assim redigidas:

a) **livro** - último Sobrenome, Prenome e demais sobrenomes do(s) autor(es). *Título (em itálico)*: subtítulo. Número da edição, a partir da segunda. Local de publicação: Editora, ano de publicação. Número total de páginas ou, quando mais de um, número de volumes. (Coleção ou Série).

Ex.: Maciel, Alba Costa. *Planejamento de bibliotecas: o diagnóstico*. 13. ed. Niterói: EdUFF, 1993, 91 p.

b) **artigo** - último Sobrenome, prenome e demais sobrenomes do(s) autor(es); título do artigo: subtítulo; *Título do periódico (em itálico)*, local de publicação, nº do volume, do fascículo, da página inicial-página final do artigo, mês e ano de publicação.

Ex.: Targino, Maria das Graças. Citações bibliográficas e notas de rodapé. *Ciência e Cultura*, São Paulo, v. 38, n. 12, p. 704-780, dez. 1986.

3. Devem ser enviados um resumo, com cerca de 10 (dez) linhas, e uma relação de palavras-chave para efeito de classificação bibliográfica.

4. O autor deve enviar referências profissionais.

5. O autor de artigo publicado em CADERNOS IPPUR receberá três exemplares da respectiva revista.

6. Os artigos devem ser enviados ao IPPUR.

IPPUR / UFRJ

Prédio da Reitoria, Sala 543
Cidade Universitária / Ilha do Fundão
21941-590 Rio de Janeiro RJ
Tel.: (21) 2598-1676
Fax: (21) 2598-1923



ASSINATURA

O CADERNOS IPPUR é um periódico semestral, editado pelo Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional da UFRJ.

Para fazer uma assinatura ou obter os exemplares avulsos, preencha esta ficha e a envie ao **IPPUR** juntamente com um cheque cruzado e nominal à **FUJB**, no valor correspondente ao seu pedido.

Assinatura anual: R\$ 30,00
Assinatura bianual: R\$ 55,00
Exemplar avulso: R\$ 16,00

Nome _____

Instituição _____

Endereço _____

Cidade _____

Estado ____ CEP _____

País _____

Tel. () _____

Fax: () _____

E-mail: _____

Desejo fazer uma assinatura anual

Desejo fazer uma assinatura de 2 (dois) anos

Desejo obter os seguintes exemplares avulsos: (mês e ano dos exemplares)

1 _____

2 _____

3 _____

4 _____